PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Número do Processo:	00000.0.017090/2024 (VOLUME 1) - VS
Interessado:	PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
Data de Abertura:	02/07/2024
Data do Volume:	27/06/2024
Assunto:	**Número Processo:** 00.049.777/2024-1 **Prazo em dias MVP:** 15 dias **Assunto:** 391 - Trânsito **Origem:** 8127 - GERENCIA DE PROTOCOLO **Localização:** 8906 - DIRETORIA DE ATOS E DECRETOS
Classificação Arquivística:	99.99.99 - NÃO INFORMADO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4603A8EE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Número do Processo:	00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - VS
Interessado:	ESTADO DE MATO GROSSO PODER JUDICIÁRIO
Data de Abertura:	09/05/2024
Data do Volume:	09/05/2024 16:26:34
Assunto:	REF. LEI DA FAMILIA ACOLHEDORA NO MUNICIPIO DE CUIABA
Classificação Arquivística:	99.99.99 - NÃO INFORMADO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible], de 23 de setembro de 2020

Lei nº 1[illegible], de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Comarca de Cuiabá
1ª Vara Especializada da Infância e Juventude

Ofício nº 45/2024/GAB

Cuiabá/MT, 07 de maio de 2024

Ref.: Lei da Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

Ilustre Procurador-Geral,

Ao cumprimentá-lo, informo que em atenção às tratativas realizadas pessoalmente com o Exmo. Prefeito Municipal de Cuiabá, Sr. Emanuel Pinheiro, **com o objetivo de colaborar com a edição do Projeto de Lei para a Regulamentação da Família Acolhedora no Município de Cuiabá**, encaminho-lhe em anexo a Lei nº 6.831/2018, que é referência nesse serviço e o Decreto nº 11.149/2022, que instituiu o serviço da Família Acolhedora no Município de Rondonópolis/MT, como referências para a instituição do mesmo programa nesta Capital, ao mesmo tempo em que solicitó a especial gentileza de empreender esforços visando à elaboração da Minuta do Projeto de Lei de iniciativa do Executivo Municipal.

Outrossim, informo que esta Magistrada já realizou a exposição da matéria aos Senhores Vereadores da Câmara Municipal de Cuiabá, elencando os benefícios do serviço para as crianças/adolescentes, assim como as vantagens do ponto de vista econômico ao Município.

Atenciosamente,

Gleide Bispo Santos
Juíza de Direito

PROTOCOLO - Cuiabá
Recebi em 09 / 05 / 2024
às 14 horas 57 minutos
Assinatura do Recebedor

Ilmo. Senhor
Benedicto Miguel Calix Filho
DD. Procurador-Geral do Município de Cuiabá
NESTA.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

DECRETO 11.149, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2022.
Regulamenta o "Programa de Serviço Municipal de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes", instituído pela Lei Municipal nº 12.286, de 30 de junho de 2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Rondonópolis e pelo Art. 10, da Lei Municipal nº 12.286, de 30 de junho de 2022, DECRETA:

CAPÍTULO I
DO SERVIÇO

Art. 1º Fica regulamentado por este Decreto o Serviço de Acolhimento Familiar no município de Rondonópolis, instituído pela Lei nº 12.286/2022, que é um serviço tipificado e oferece acolhimento familiar a crianças e adolescentes, visando atingir os objetivos previstos no art. 3º da Lei nº 12.286/2022.

Art. 2º A inclusão no Serviço é uma medida de caráter provisório e excepcional voltado à proteção de crianças e adolescentes que tenham seus direitos ameaçados ou violados, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção.

§ 1º O Serviço deverá ser organizado segundo os princípios, diretrizes e orientações do Estatuto da Criança e do Adolescente e do documento "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes", sobretudo no que se refere à preservação e à reconstrução do vínculo com a família de origem, assim como à manutenção de crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos etc.) numa mesma família. O atendimento também deve envolver o acompanhamento às famílias de origem, com vistas à reintegração familiar.

§ 2º O Serviço de acolhimento familiar, em caráter provisório e excepcional a crianças e adolescentes de ambos os sexos em situação de risco pessoal e social, não se enquadra em conceito de abrigo institucional, nem no de colocação em família substituta na modalidade de adoção.

Art. 3º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

§ 1º Após a determinação da autoridade competente, os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§ 2º Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta.

§ 3º A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), em consonância com o art. 19, § 2º da Lei nº 8.069/90.

CAPÍTULO II

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

PÚBLICO-ALVO

Art. 4º O serviço atenderá crianças e adolescentes entre dez e dezoito anos de idade e, excepcionalmente, jovens entre dezoito e vinte e um anos de idade, para acolhimento pela família previamente cadastrada, mediante determinação da autoridade competente.

Parágrafo Único - O atendimento de jovens entre dezoito e vinte e um anos de idade, será excepcional e dependerá de parecer da equipe técnica, onde deverá constar o grau de autonomia alcançada pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social fará a gestão do Serviço de Acolhimento Familiar, com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I - Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II - Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III - Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI - Conselhos Tutelares.

CAPÍTULO III
FORMAS DE ACESSO

Art. 6º O acesso ao Programa de Serviço Municipal de Acolhimento Familiar para Crianças e Adolescentes será feito mediante determinação do Poder Judiciário.

§ 1º A equipe técnica fará a avaliação da família acolhedora que irá receber a criança ou o adolescente de acordo com o perfil, devendo analisar qual família está disponível para receber o acolhido, verificando o arquivo físico de famílias cadastradas no Cadastro de Reserva, o perfil de acordo com o acolhido, considerando as especificidades da criança ou do adolescente, bem como da família acolhedora, além de verificar com a Equipe Técnica que já atendeu a família acolhedora selecionada antes de encaminhar a criança ou o adolescente, a fim de evitar transferências de famílias posteriormente.

§ 2º O Poder Judiciário deverá ser munido das seguintes informações e documentos para decidir sobre o acolhimento familiar:

I - Documentação pessoal apresentada no momento do acolhimento;

II - Guia de Acolhimento do Conselho Tutelar, Boletim de Ocorrência (quando houver);

III - Em caso do primeiro acolhimento da Família Acolhedora, o RG e CPF dos responsáveis familiares, a fim da emissão do Termo de Guarda;

IV - No caso de acolhidos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) ou pensão, informar o número para a transferência do benefício para a conta judicial.

CAPÍTULO IV

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 10.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

CRITÉRIOS PARA INSCRIÇÃO DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 7º A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 8º Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, caso a avaliação conclua pela necessidade.

Art. 9º São requisitos para inscrição das famílias acolhedoras, nos termos do Art. 19 da Lei Municipal nº 12.286/2022:

I - ser o responsável maior de 21 (vinte e um) anos, sem restrição de gênero ou estado civil;

II - serem residentes no Município de Rondonópolis, há no mínimo 2(dois) anos;

III - não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV - não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V - ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI - apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII - comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;

VIII - comprovar renda familiar;

IX - possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

X – obter parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

XI - participar das capacitações inicial e continuada, bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 10º Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que terá vigência de 1 (um) ano podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 11 O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II - certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III - comprovante de residência;

IV - certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V - comprovante de renda familiar;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

VI – Declaração de que possui espaço físico adequado na residência para acolher a criança ou adolescente;

VII - atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 12 Atendidos todos os requisitos, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que terá vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 13 A Divulgação, Seleção, Preparação e Acompanhamento das Famílias Acolhedoras é um processo de seleção e capacitação criterioso e essencial para a obtenção de famílias acolhedoras com perfil adequado ao desenvolvimento de suas funções, possibilitando a oferta de um serviço de qualidade aos usuários. Para tanto, deve-se prever, minimamente, os seguintes passos:

I - Ampla Divulgação: com informações precisas sobre os objetivos e a operacionalização do Serviço, perfil dos usuários, critérios mínimos para se tornar família acolhedora, dentre outros;

II - A sensibilização de famílias: para a participação do serviço como famílias acolhedoras requer uma estratégia de divulgação permanente, realizada, em conjunto pelo executor e pelo órgão do Governo Municipal competente, que privilegie a clareza dos objetivos dessa modalidade de atendimento, que não deve ser confundida com adoção;

III - Capacitação Inicial: Após a avaliação psicossocial e a apresentação da documentação, as famílias selecionadas deverão participar de processo de capacitação desenvolvido com metodologia participativa;

IV - Avaliação psicossocial: A avaliação deverá ser feita na residência da família, quando deve ser colhidas informações claras e objetivas, de modo a evitar mal-entendidos e poupar tempo e envolvimento emocional da equipe e dos pretendentes ao acolhimento;

V - Avaliação Documental: Documentação mínima a ser exigida constitui-se de documentos pessoais, comprovante de residência, comprovante de renda familiar e certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros maiores de idade do núcleo familiar.

§1º A capacitação inicial será conduzida pelos Serviços de Acolhimento Familiar, com a participação dos profissionais da equipe do serviço, incluindo a rede sócio e intersetorial, quando serão feitas apresentações de experiências de famílias acolhedoras que já vivenciaram o acolhimento, assim como de famílias de origem cujas crianças/adolescentes foram acolhidas pelo serviço e já retornaram ao lar, de modo a dar concretude à proposta, devendo ser abordadas as seguintes temáticas:

a) Operacionalização jurídico-administrativa do serviço e suas particularidades;

b) Direitos da criança e do adolescente;

c) Novas configurações familiares e realidade das famílias em situação de vulnerabilidade social;

d) Etapas do desenvolvimento da criança e do adolescente (características, desafios, comportamentos típicos, fortalecimento da autonomia, desenvolvimento da sexualidade); brincadeiras e jogos adequados para cada faixa etária, exploração do ambiente, formas de lidar com conflitos, colocação de limites etc.;

e) Práticas educativas, como ajudar a criança/adolescente a conhecer e a lidar com sentimentos, fortalecer a autoestima e contribuir para a construção da identidade;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

f) Papel da família acolhedora, da equipe técnica do serviço e da família de origem;

g) Atribuições das famílias acolhedoras quanto ao acompanhamento das atividades do acolhido;

h) Registros fotográficos e de lembranças de vida do acolhido, auxiliar na construção de memórias afetivas;

i) Destinação do valor da bolsa auxílio em prol das necessidades do acolhido;

j) A responsabilização da família acolhedora perante uma possível negligência aos cuidados dos acolhidos.

§2º A Avaliação psicossocial deverá avaliar a disponibilidade afetiva e emocional; padrão saudável das relações de apego e desapego; relações familiares e comunitárias; rotina familiar; não envolvimento de nenhum membro da família com dependência química; espaço e condições gerais da residência; motivação para a função; aptidão para o cuidado com crianças e adolescentes; capacidade de lidar com separação; flexibilidade de horário; capacidade de escuta; estabilidade emocional; capacidade de pedir ajuda e de colaborar com a equipe técnica, dentre outras.

§3º A avaliação psicossocial deverá identificar possíveis motivações equivocadas – como interesse em adoção, além de verificar se as famílias atendem os critérios mínimos exigidos para a função, inclusive em relação ao desejo, disponibilidade e concordância de todos os membros do núcleo familiar em acolher e participar dos encontros de seleção, capacitação e acompanhamento, assim como a disponibilidade da família para acompanhar o acolhido em atividades externas, como consultas e acompanhamentos médicos, acompanhamento escolar, dentre outros.

§4º A avaliação psicossocial, assim como todos os demais documentos que foram solicitados, deve ser anexada à pasta da família acolhedora e estar disponibilizada no Serviço.

§5º A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

a) Participação em capacitação preparatória;

b) Orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

c) Preparação e orientação contínua sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

CAPÍTULO V
ATENDIMENTO

Art. 14 O acompanhamento consiste em um conjunto de atendimentos continuados para a criança ou adolescente e sua família de origem e família acolhedora, realizados enquanto a criança ou adolescente estiver acolhido no Serviço de Acolhimento Familiar, bem como pós- reintegração familiar, em um período mínimo de 6 (seis) meses.

Art. 15 O trabalho social essencial ao serviço consiste em:

I - acolhida;

II - escuta;

III - estudo social;

IV - diagnóstico socioeconômico;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

V - Informação, comunicação e defesa de direitos;

VI - referência e contrarreferência;

VII - orientação e suporte para acesso à documentação pessoal;

VIII - orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; articulação da rede de serviços socioassistenciais;

IX - articulação com outros serviços de políticas públicas setoriais;

X - articulação interinstitucional com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;

XI - mobilização de família extensa ou ampliada;

XII - mobilização e fortalecimento do convívio e de redes sociais de apoio;

XIII - mobilização para o exercício da cidadania;

XIV - articulação com órgãos de capacitação e preparação para o trabalho;

XV - estímulo ao convívio familiar, grupal e social;

XVI - elaboração de relatórios e/ou prontuários.

Art. 16 O atendimento a criança ou adolescente deve acontecer na primeira semana do acolhimento, a partir de então, deverão ser realizadas um conjunto de procedimentos objetivando a proteção integral do acolhido.

I - O atendimento técnico, deverá acontecer no início do processo de construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) do acolhido, observando os seguintes aspectos:

a) Motivos que levaram ao acolhimento e se já esteve acolhido neste ou em outro serviço anteriormente;

b) Configuração e dinâmica familiar, relacionamentos afetivos na família nuclear e extensa, período do ciclo de vida familiar, dificuldades e potencialidades da família no exercício de seu papel.

c) Condições socioeconômicas, acesso a programas, benefícios, recursos, informações e serviços das diversas políticas públicas;

d) Demandas específicas da criança, do adolescente e de sua família que requeiram encaminhamentos imediatos para a rede (sofrimento psíquico, abuso ou dependência de álcool e outras drogas etc.), bem como potencialidades que possam ser estimuladas e desenvolvidas;

e) Rede de relacionamentos sociais e vínculos institucionais da criança, do adolescente e da família, composta por pessoas significativas da comunidade, grupos de pertencimento, atividades coletivas que frequentam na comunidade, escola, instituições religiosas, entre outras;

f) Violência e outras formas de violação de direitos na família, seus significados e possível transgeracionalidade, bem como situações de violações de direitos associadas que podem ocasionar a violação do direito;

g) Significado do afastamento do convívio familiar com a família de origem e do serviço de acolhimento para a criança, o adolescente e a família;

h) Em caso de acolhidos que vieram transferidos dos acolhimentos institucionais, solicitar a equipe técnica da Instituição o PIA ou relatórios acerca do histórico do acolhido, subsidiando as

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 13.019, de 31 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

intervenções a serem realizadas.

CAPÍTULO VI
ATENDIMENTO A FAMÍLIA DE ORIGEM E/OU EXTENSA

Art. 17 O acompanhamento da situação familiar deverá ter início imediatamente após a chegada da criança ou adolescente, ainda, para que a equipe técnica possa, no menor tempo possível, fazer sua análise quanto a real necessidade do acolhimento.

Parágrafo Único - Caso conclua que a manutenção do afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar não é necessária, a equipe técnica responsável pelo acompanhamento deve proceder aos encaminhamentos para viabilizar a imediata reintegração.

Art. 18 O acompanhamento da família deve ser sistemático e acontecer no intervalo máximo de 15 dias, para que em um prazo de até 18 meses, seja possível viabilizar o retorno da criança ou adolescente ao convívio com sua família ou, na sua impossibilidade, o encaminhamento para família substituta.

Art. 19 Quando o desenvolvimento do trabalho de acompanhamento familiar indicar a possibilidade de reintegração da criança ou adolescente à sua família, nuclear ou extensa, a equipe técnica do serviço de acolhimento, em parceria com a coordenação dos serviços de acolhimento e, sempre que possível, com a equipe interprofissional da Justiça da Infância e da Juventude, deverá elaborar estratégias para a reintegração familiar que contemplem os encaminhamentos necessários para viabilizar o retorno seguro da criança ou adolescente à sua família e o fortalecimento desta para o exercício de seu papel de cuidado e proteção.

Parágrafo único. Após o acolhimento da criança ou do adolescente na família acolhedora, a equipe técnica deve iniciar o acompanhamento da família de origem.

Art. 20 O atendimento à família de origem e/ou extensa deverá adotar os seguintes procedimentos:

I - Acolhida da família de origem em visita domiciliar ou na sede do serviço, buscando compreender os motivos que culminaram no acolhimento da criança ou do adolescente;

II - Resgatar com a família de origem os atendimentos e acompanhamentos anteriores ao acolhimento;

III - Orientar a família de origem sobre o Serviço de Acolhimento Familiar e sobre a medida protetiva, orientando que a família pode buscar atendimento jurídico na Defensoria Pública do Estado ou Advogado Dativo junto a Vara da Infância, mediante comprovação de renda por meio da Folha Resumo do Cadastro Único;

IV - Realizar referência e contrarreferência com a rede de serviços socioassistencial e intersetorial, a partir das demandas identificadas;

V - Orientar a família de origem sobre o direito de visitas monitoradas à criança ou ao adolescente, explanando o objetivo da visita monitorada pela equipe técnica, no intuito de não desestabilizar o acolhido.

Art. 21 Quando a reintegração familiar for considerada a melhor medida, a preparação para o retorno deverá incluir uma crescente participação da família na vida da criança e do adolescente, inclusive no cumprimento das responsabilidades parentais, devendo ser propiciada a

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

inserção da família em atividades que envolvam a criança e o adolescente como, por exemplo, reuniões escolares, consultas de saúde, comemoração do aniversário, atividades na comunidade, escola etc.

CAPÍTULO VII
PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO (PIA)

Art. 22. O Plano Individual de Atendimento (PIA) tem como objetivo orientar o trabalho de intervenção durante o período de acolhimento e, após o desligamento da criança ou adolescente do serviço, visando à superação das situações que ensejaram a aplicação da medida, devendo basear-se em um levantamento das particularidades, potencialidades e necessidades específicas de cada caso e delinear estratégias para o seu atendimento.

§ 1º - O PIA deve conter objetivos, estratégias e ações com a finalidade de garantir:

I - A oferta de cuidados de qualidade, o fortalecimento da autonomia, a proteção ao desenvolvimento e aos direitos da criança e do adolescente durante o período de acolhimento, considerando diversidades, singularidades e especificidades;

II - A excepcionalidade e a provisoriedade da medida protetiva de acolhimento;

III - A garantia do direito à convivência familiar (preservação e fortalecimento de vínculos familiares durante o período de acolhimento e, quando possível promoção da reintegração familiar segura e, excepcionalmente, colocação em família adotiva);

IV - A preservação da convivência comunitária, com manutenção de vínculos positivos previamente existentes – incluindo pessoas de referência da comunidade, do território de origem, além de outras referências afetivas como padrinhos, amigos entre outros – e a construção de novos vínculos e a participação na vida comunitária;

V -O acompanhamento e apoio à família de origem, em parceria com outros serviços da rede, com vistas à superação dos motivos que levaram ao acolhimento e ao desenvolvimento de sua capacidade de cuidado e proteção;

VI - A preparação para o desligamento e o acompanhamento após o desligamento do serviço de acolhimento.

§ 2º - A elaboração do PIA deverá observar os seguintes Procedimentos:

I – Levantamento de informações sobre o histórico do acolhido e de sua família de origem e/ou extensa, a fim de delimitar as intervenções a serem realizadas;

II - Após o acolhimento, a equipe técnica deve viabilizar estudo de caso com o CREAS e demais serviços do território a fim de dialogar sobre o acompanhamento da família de origem, entendendo que a continuidade do acompanhamento pelo CREAS se dará caso a violação de direitos aconteça com demais membros da família ou de acordo com avaliação técnica;

III – Definição de estratégias de atuação que contribuam para a superação dos motivos que levaram ao acolhimento, devendo primar pelo fortalecimento dos recursos e das potencialidades da família (nuclear ou extensa), da criança ou do adolescente acolhido, da comunidade e da rede local, à fim de possibilitar a reintegração familiar, ou a colocação em família substituta;

VI - Quando se tratar de adolescente com idade próxima à maioridade com remotas perspectivas de colocação em família substituta, devem ser viabilizadas ações destinadas à preparação para a vida autônoma;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

VII - Realizar a construção do PIA em conjunto com o acolhido e a família de origem/extensa ou colaterais que exerçam vínculos afetivos e de cuidado com o acolhido, possibilitando a reintegração familiar;

VII - O PIA deve conter Plano de Ação pactuado com a família e acolhido com as estratégias necessárias para viabilizar a reintegração familiar.

CAPÍTULO VIII
EVASÃO

Art. 23. Entende-se por evasão quando o acolhido se ausentar da Família Acolhedora sem autorização da família e/ou técnico de referência, bem como não retornar na data e horário previamente estabelecidos.

§ 1º - No caso de evasão deverão ser tomadas as seguintes providencias:

I - Realizar contatos telefônicos, visitas domiciliares, entre outros procedimentos possíveis, com o objetivo de localização da criança ou adolescente acolhido, a fim de averiguar a atual situação em que se encontra e sensibilizá-lo para o retorno à Unidade;

II - Informar à Vara da Infância e aos serviços da rede socioassistencial e intersetorial da evasão da criança ou do adolescente, nos casos em que não houver êxito na sensibilização para o retorno do acolhido ao acolhimento;

III - Informar a evasão ao Conselho Tutelar;

IV - Realizar Boletim de Ocorrência.

CAPÍTULO IX
INTERNAÇÃO

Art. 24. Entende-se por internação, quando a criança ou adolescente acolhido encontra-se internado em hospitais psiquiátricos onde permanecerá por mais de 30 dias afastado do acolhimento, assim como quando a criança ou o adolescente acolhido estiver em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado.

CAPÍTULO X
ACOMPANHAMENTO À FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 25. O acompanhamento à família acolhedora deve ocorrer concomitantemente à família de origem do acolhido, orientando quanto às demandas do acolhido e auxiliando em suas especificidades. Salienta-se que a família deve ser orientada desde o processo de seleção até o desenvolvimento de suas atribuições.

CAPÍTULO XI
ATRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 26. São obrigações da família acolhedora:

I - Prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou ao adolescente;

II - Atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

III - Prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV - Contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V - Comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser Família Acolhedora.

VI - Participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

VII - Promover o acolhimento familiar de crianças e adolescentes afastadas temporariamente de sua família de origem;

VIII - Acolher e dispensar cuidados individualizados em ambiente familiar;

IX - Preservar vínculos com a família de origem, salvo determinação judicial em contrário;

X - Possibilitar a convivência comunitária e o acesso à rede de políticas públicas;

XI - Reduzir as violações dos direitos socioassistenciais, seus agravamentos ou reincidência;

XII - Colaborar para a desinstitucionalização de crianças e adolescentes.

XII - Acompanhar a criança e/ou adolescente em suas demandas de saúde e/ou educação;

XIV - Colaborar com o judiciário, acompanhando o acolhido nos atendimentos sempre que solicitado;

XV - Se atentar as orientações da equipe técnica do serviço de acolhimento familiar e da equipe técnica do judiciário quanto ao processo de desligamento, seja por reintegração ou adoção.

CAPÍTULO XII
DESLIGAMENTO DA FAMÍLIA ACOLHEDORA

Art. 27. A família acolhedora será desvinculada do Serviço sempre que não conseguir executar o acolhimento de acordo com as atribuições a ela designadas, ou houver qualquer tipo de negligência e/ou violência aos acolhidos, sendo que nesses casos é indispensável que seja realizado boletim de ocorrência pelo coordenador ou técnico de referência do serviço.

Art. 28 O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II - Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19, da Lei Nº 12.286, de 30 de junho de 2022, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III - por determinação judicial.

CAPÍTULO XIII

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.064, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

TRANSFERÊNCIAS DE FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 29 Ocorrerá a transferência dos acolhidos entre as famílias acolhedoras sempre que houver a solicitação da família ou de acordo com avaliação técnica, devido a não adaptação na convivência ou quando houver necessidade de atendimentos específicos ao acolhido que demandem de logística mais próxima aos serviços, principalmente quando o acolhido se encontra em acolhimento em área rural.

CAPÍTULO XIV
DESLIGAMENTO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO

Art. 30 O desligamento acontece quando ocorre a transferência de modalidade de acolhimento, óbito, maioridade, reintegração familiar, colocação em família substituta ou determinação judicial.

CAPÍTULO XV
DA BOLSA-AUXÍLIO

Art. 31 A Família acolhedora receberá uma bolsa-auxílio no valor de R$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais, para cada criança e adolescente acolhido, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano, nos termos da Lei Municipal nº 12.286/2022.

§ 1º A Bolsa-Auxílio será paga através de depósito bancário em conta corrente ou conta poupança, indicada exclusivamente para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade, mediante apresentação de recibo à Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social, que emitirá Nota de Autorização de Despesa à Secretaria Municipal de Finanças, relatório situacional da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento.

§ 2º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 3º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§ 4º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsa-auxílio será corresponde a duas unidades do auxílio totalizando 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

§ 5º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I - pessoas usuárias de substância psicoativas;

II - pessoas que convivem com o HIV;

III - pessoas que convivem com neoplasia maligna;

IV - pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

V - excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§ 6º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período mínimo de 10 (dez) anos.

§ 7º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§ 8º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 9º A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento emitirá relatório situacional mensalmente, a fim de atestar a regularidade do atendimento prestado ao acolhido, que instruirá os processos de pagamentos:

Art. 32 O titular da família acolhedora deve apresentar os seguintes documentos para recebimento da bolsa-auxílio:

I - Recibo de pagamento, discriminando o valor e o número do Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

II – Documentos pessoais;

III - Comprovante de residência.

§ 1º A família acolhedora poderá optar pelo recebimento ou não da bolsa auxílio.

§ 2º A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento.

§ 3º Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias.

§ 4º Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência com o acolhido;

Art. 33 O pagamento da bolsa auxílio será bloqueado automaticamente na hipótese de descumprimento das condições previstas na Lei Municipal nº 12.286, de 30 de junho de 2022, até que sejam apurados os fatos que motivaram o bloqueio.

Art. 34 Perderá o direito ao benefício, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas em lei, a família que:

I - cometer maus tratos, opressão, abuso sexual e castigos imoderados contra a criança;

II - obrigar a criança a prestar serviços que não são próprios da sua idade ou reduzi-los à condição análoga à de escravo ou de empregado doméstico;

III - praticar algum dos crimes e infrações previstos na Lei Federal nº 8.069/90;

IV - tiver suspensa ou revogada a guarda, pela autoridade competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
00000.0.010478/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

V - quando a família demonstrar desinteresse em cuidar da criança ou do adolescente, após análise da equipe técnica do Programa;

VI - quando a criança ou adolescente demonstrar desinteresse em permanecer na família, após avaliação da equipe técnica do Programa;

VII - quando a família desatender ou deixar o acompanhamento da equipe multiprofissional;

VIII - quando a família demonstrar interesse maior pelo benefício, acima do bem-estar da criança.

Art.35 A família acolhedora que tenha recebido a bolsa auxílio e não tenha cumprido as prescrições da Lei Municipal nº 12.286, de 30 de junho de 2022, fica obrigada ao ressarcimento da importância recebida durante o período da irregularidade, sob pena de inscrição na Dívida Ativa

CAPÍTULO XVI
ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art.36 São atribuições do(a) Coordenador(a) do Serviço de Acolhimento Familiar:

I - Gestar e Supervisionar o funcionamento do serviço;

II – Organizar a divulgação do serviço e mobilização das famílias acolhedoras;

III – Supervisionar os trabalhos desenvolvidos pela equipe técnica;

IV – Organiza e supervisionar as informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias;

V - Articular a rede de serviços e o Sistema de Garantia de Direitos;

VI - Registrar todos os atendimentos realizados no Prontuário Digital da Secretaria de Assistência Social;

VII - Elaborar relatório mensal das atividades realizadas pelos trabalhadores terceirizados;

VIII - Organizar a logística (agendas) do uso dos veículos nas atividades diárias da unidade;

IX - Solicitar ao setor responsável de cuidadores/acompanhantes aos casos de acolhidos que estão em espaços hospitalares;

X - Realizar de reunião de equipe;

XI - Organizar e supervisionar as escalas de sobreaviso;

XII - Participar de audiências;

XIII - Acompanhar os casos em processo de adoção;

XIV - Registrar Boletim de Ocorrências e acompanhar exames no IML;

XV - Orientar acerca de relatórios e informativos direcionado ao Judiciário e Ministério Público;

XVI - Supervisionar a elaboração dos Planos Individuais de Atendimento;

XVII - Elaborar o Resumo Mensal e enviar ao CMAS;

XVIII - Discutir os casos com a equipe e com a rede de serviços;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

XIX - Atender os acolhidos, suas famílias de origem e suas famílias acolhedoras, de forma presencial e por meio de visita domiciliar;

XX - Mediar os conflitos relacionados às famílias de origem;

XXI - Mediar os conflitos relacionados às famílias acolhedoras e acolhidos;

XXII - Organizar as rotinas das visitas monitoradas;

XXIII - Organizar as atividades coletivas: festividade de Natal, Páscoa e outros para os acolhidos e suas famílias de acolhedoras.

XXIV - Realizar o direcionamento dos novos acolhidos a dupla psicossocial que será a referência para o acolhimento;

XXV - Participar das reuniões da Rede de Atenção e Proteção de Rondonópolis.

Art.37 São atribuições da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar:

I - Receber as crianças e adolescentes acolhidos pelo Conselho Tutelar ou por determinação judicial, realizando os atendimentos/encaminhamentos iniciais e acolhendo em família acolhedora habilitada;

II - Registrar todos os atendimentos realizados no Prontuário Físico e Digital da Secretaria de Assistência Social.

III - Realizar informes de acolhimentos e informações relevantes à Vara da Infância e Juventude;

IV - Realizar referências e contrarreferências para a rede socioassistencial, para a Rede Intersetorial, através de ficha pactuada.

V - Realizar o Plano Individual de atendimento de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VI - Realizar Estudo de Caso com a rede socioassistencial e intersetorial;

VII - Participar em audiências sempre que intimado;

VIII - Realizar atendimentos e acompanhamentos às famílias de origem;

IX - Realizar atendimentos e acompanhamentos às famílias acolhedoras;

X - Realizar visitas domiciliares às famílias acolhedoras e famílias de origem;

XI - Encaminhar relatórios atualizando as informações sobre os acolhidos, principalmente os que se encontram em processo de adoção, contribuindo e dando celeridade ao processo;

XII - Participar das capacitações de novas famílias acolhedoras e capacitações continuadas;

XIII - Mediar conflitos relacionados às famílias de origem;

XIV - Mediar conflitos relacionados às famílias acolhedoras e acolhidos;

XV - Organizar as visitas monitoradas;

XVI - Realizar contatos com a rede intersetorial visando os atendimentos de saúde, educação, lazer, entre outros dos acolhidos e da família de origem.

CAPÍTULO XVII

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A0050005200410 0, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

DA FISCALIZAÇÃO

Art.38 O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora será realizado pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social - SEMPRAS, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - Suas, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avalição contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO XVIII
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 39 As despesas decorrentes do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 40 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, não gerando em nenhuma hipótese, vínculo empregatício ou profissional com o órgão executor do Serviço.

Art. 41 Ficam instituídos os modelos de formulários de declaração de entrega de pertences; de declaração de família acolhedora; de termo de desligamento; de termo de entrega para fins de acolhimento familiar; ficha cadastral de família acolhedora; formulário de plano individual de atendimento; e formulário de plano de ação, constantes nos anexos 1 a 7, que são partes integrantes deste decreto.

Art. 42 Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social.

Art. 43 Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO GOVERNO MUNICIPAL
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022;
107º da Fundação e 68º da Emancipação Política.

JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

IONE RODRIGUES DOS SANTOS
Secretária Municipal de Governo

Registrada na Coordenadoria
Legislativa e de Atos Oficiais
e Publicada no DIORONDON-e.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

ANEXO1

DECLARAÇÃO ENTREGA DE PERTENCES

Declaro para os devidos fins que, eu Sra. _____

_____,

portadora do CPF _____ e RG_____,

Contato:_____residente a Rua

_____nº _____, Bairro

_____, Município de Rondonópolis, recebi do Serviço de Acolhimento familiar os documentos da acolhida especificados abaixo:

( ) CPF: _____ ( ) Cartão SUS: _____

( ) RG _____ ( ) Original ( ) Copia

Carteira de Vacina ( ) Original ( ) Copia

Carteira de Trabalho ( ) Original ( ) Copia

Certidão de Nascimento ( ) Original ( ) Copia

( ) Cesta Básica / Quantidade _____

( ) Kit Higiene (descrever itens); _

( ) Fraldas/Pacote _____

( ) Outros: _____

( ) Medicamentos de uso continuo: _____

( ) Materias Escolares: _____

( ) Necessidade de vestuario imediatos:

_____

_____

Declaração de Família Acolhedora: _____

_____

Rondonópolis, ____ de _____ de_____

Assinatura da Família Acolhedora

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

ANEXO 2

DECLARAÇÃO DE FAMÍLIA ACOLHEDORA

Declaramos para os devidos fins que a Sra _____

_____

portadora do CPF _____ e RG_____ SSP_____ expedição em_____,
Contao: _____ residente na
Rua_____,

nº_____, Bairro_____, cidade de Rondonópolis-MT presta serviço voluntário como famíliaacolhedora, **acolhendo em sua residência** _____, **nascida (o) em** _____, eque está sob medida de proteção expedita pela Vara da Infância e Juventude desta Rondonópolis-MT, sendo esta responsável por qualquer ato em relação aprotegida. Este Programa é executado pelo município, conforme a Lei Municipal nº 12.283de 30 de junho de 2022, através da Secretaria Municipal de Assistência Social,devidamente registrado junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA, obedecendo às condicionalidades expressas em Lei.

Rondonópolis-MT, ___ de _____ de _____

_____

Assinatura Coordenador do Serviço

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

ANEXO 3

TERMO DE DESLIGAMENTO

Nome da Instituição: Prefeitura Municipal de Rondonópolis-MT /Secretaria Municipal de Promoção e Assistência Social - SEMPRAS.

Declaramos para os devidos fins e a quem interessar que

_____,

portadora do **RG:** _____ **e CPF:** _____, está sendo desligada do Serviço de Acolhimento Familiar no município de Rondonópolis-MT, por:

( ) **Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;**

( ) **Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 da Lei Nº 6831 de 09 de abril de 2018, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;**

( ) **Por determinação judicial.**

Fica assim registrado no presente documento, o desligamento da senhora _____,

sendo que ela realizava um trabalhovoluntário, desempenhado junto a este serviço, de acordo com a Lei Federal nº 9.608/98, de 18/02/98, que descreve ser uma atividade não remunerada, com finalidades assistenciais e não gerando vínculo empregaticio nem funcional, ou quaisquer obrigações trabalhistas, providenciarias e afins.

Rondonópolis-MT, _____de _____de_____.

Assinatura coordenador do Serviço

_____

Família Acolhedora

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Publicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

ANEXO 4

TERMO DE ENTREGA PARA FINS DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Aos_____dias do mês de_____do ano de_____, nesta cidade e comarca de Rondonópolis-MT, representando a Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, detectada pelo Conselho Tutelar ____ deste município e posteriormente homologada pelo Exm_____

_____,

portador. Senhor Juiz de Direito da Vara da Infância e da Juventude, nos Autos:_____ compareceram os senhores _____,CPF: _____ e RG nº_____, órgão expedidor: _____ CPF: _____ e RG nº_____, órgão expedidor: _____ ambos brasileiros, profissão: _____ residentes na Rua _____,Nº_____, Bairro: _____, a quem a Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar faz a entrega, neste ato, para fins de acolhimento familiar, nos termos dos art. 33 e seguintes do ECA e da Lei Municipal n° 12.283/2022, da criança_____, Certidão de Nascimento **Livro:**_____ **- Folha:**_____ **- Termo:**_____, brasileira, nascida em _____,ficando responsáveis pela criança e/ou adolescente, devendo apresentá-las em Juízo, bem como no referido Serviço, todas as vezes em que forem solicitados. Devem, ainda, observar os seguintes deveres: (art. 24, da Lei nº 12.283 de 30 de junho de 2022): – O presente compromisso poderá vir a ser revogado, mediante parecer da Equipe Técnica, nos casos de descumprimento dos deveres suprarreferidos e no melhor interesse da criança/adolescente acolhido. **Os signatários estão cientes, ainda, de que não terão preferência para fins de adoção da criança/adolescente acolhida. A família acolhedora poderá ser desligada do serviço em caso de descumprimento no exposto no** art. 26, da Lei nº 12.283 de 30 de junho de 2022. E sendo aceito dito compromisso, que lido e achado conforme, vai devidamente assinado.

_____
Assinatura pai e mãe acolhedor

_____
Assinatura Coordenador

_____
Assinatura Técnico do serviço

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

ANEXO 5

FICHA CADASTRAL DE FAMÍLIA ACOLHEDORA

Nome:_____.

Data de Nasc: ___/___/_____. RG:_____. CPF: _____.

Filiação:_____.

Telefone: (__) _____Celular: (___)_____.

Escolaridade:_____.

End.:_____.

Profissão: _____.Renda: _____.Estado Civil:_____.

Nome do Cônjuge: _____.

Filiação: _____.

Data de Nasc.: ___/___/_____. RG: _____. CPF: _____.

Profissão:_____. Renda: _____. Quanto tempo de munícipe? _____.

Situação da Moradia: ( ) Alugada ( ) Própria ( ) Cedida quanto tempo? _____.

Valor do Aluguel:_____. Valor da prestação: _____Religião família:_____.

UBS Pertencente: _____.

COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nomes	Data nasc.	Escolaridade	Profissão	Registrado	Salário	Parentesco

Qual sua experiência na área pretendida? _____
_____
_____
_____
_____.

Quais os motivos que levam você a cadastrar-se para Família Acolhedora?
_____
_____.

Como ficou sabendo do Serviço de Acolhimento familiar?
_____
_____.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 10.064, de 15 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

Todos os membros da família estão de acordo com a decisão de ser Família Acolhedora: ( ) Sim ( ) Não ( ) Não comuniquei. Por quê?

_____

Tem na família membros que necessitem de cuidados especiais?

_____

_____.

Tem na família membros que possuem algum tipo de vício?_____

_____

Tem alguma preferência em relação a faixa etária e sexo do possível acolhido? Porquê?

_____

_____.

Assumo a responsabilidade pela veracidade das informações aqui prestadas.

Rondonópolis-MT, _____de _____de_____.

_____
Assinatura pai e mãe acolhedor

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

ANEXO 6

PLANO INDIVIDUAL DE ATENDIMENTO

PERÍODO

Data de Início: _____ Data Fim: _____.

1. IDENTIFICAÇÃO

2. COMPOSIÇÃO FAMILIAR

Nº do IPM	Nome	Data de Nas	Idade	Idade	Parentesco	Escolaridade	Ocupação	Renda R$	Deficiência

Data nascimento: _____. Local de nascimento: _____
Certidão de nascimento: _____.
Data da emissão: _____. Cartório: _____
NIS: _____. Cartão SUS: _____
Religião: _____. Batizado: _____
Possui deficiência? _____. Qual? _____
Carteira de vacina: _____.
Escola/CMEI que frequenta? _____. Data de acolhimento: _____.
Encaminhado: _____
Motivo acolhimento: _____

2.2 Nome: _____
Data nascimento: _____. Local de nascimento: _____
Certidão de nascimento: _____.
Data da emissão: _____. Cartório: _____
NIS: _____. Cartão SUS: _____
Religião: _____. Batizado: _____
Possui deficiência? _____. Qual? _____
Carteira de vacina: _____.
Escola/CMEI que frequenta? _____. Data de acolhimento: _____.
Encaminhado: _____
Motivo acolhimento: _____

2.3 Nome: _____
Data nascimento: _____. Local de nascimento: _____
Certidão de nascimento: _____.
Data da emissão: _____. Cartório: _____
NIS: _____. Cartão SUS: _____
Religião: _____. Batizado: _____
Possui deficiência? _____. Qual? _____
Carteira de vacina: _____.
Escola/CMEI que frequenta? _____. Data de acolhimento: _____.
Encaminhado: _____
Motivo acolhimento: _____

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

3. LOGRADOURO

Genitor:_____
Endereço:_____
Telefone:_____

Genitora:_____
Endereço:_____
Telefone:_____

4. HISTÓRICO DO ACOLHIMENTO

_____
_____
_____
_____

5. METODOLOGIA UTILIZADA PARA CONSTRUCÃO DO PLANO

Entrevista Inicial:

Entrevista com:_____
Entrevista com:_____

Atendimento: realizados atendimentos regulares de orientação e acompanhamento aos protegidos para verificação de demandas existentes, assim como à família acolhedora. O SAF foi colocado a disposição da família de origem para esclarecimentos.

Atendimentos ao Acolhido: Descrever uma síntese da opinião da criança ou adolescente em relação ao acolhimento.

Visita Domiciliar: _____
_____
_____.

Visita Monitorada: _____
_____
_____.

Estudo de Caso: Relato e discussão de caso entre a equipe técnica e a coordenação do SAF para melhor apreensão e discussão de encaminhamentos necessários.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

Contatos com a Rede de Serviços:

( ) **Conselho Tutelar** _____ ( ) **USF:** _____

( ) **CRAS:** _____ ( ) **CREAS:** _____

( ) Escola: _____ ( ) CAPS: _____

( ) Outros Serviços _____

Contatos com a família extensa e/ou pessoas com vínculo de afinidade e afetividade:

Entrevista com: _____
Grau de parentesco: _____

Entrevista com: _____
Grau de parentesco: _____

6. ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA

6.1. Acolhimento:

6.1.1 Data do acolhimento: _____

6.1.2 Motivo do Acolhimento: _____
_____.

6.1.3 Origem do encaminhamento: _____.

6.1.4 Aspecto geral na chegada: _____.

6.1.5 Aspectos de saúde: _____.

Apresenta agravos de saúde? ( ) Não ( ) Sim. Qual? _____.

Faz uso de medicamento? ( ) Não ( ) Sim. Qual? _____.

Possui dependência de drogas lícitas e ilícitas? ( ) Não ( ) Sim. Qual? _____.

6.1.6 Já esteve acolhido (a) neste Serviço: ( ) Sim ( ) Não

6.1.7 Já esteve acolhido (a) em outra Unidade de acolhimento: ( ) Não ( ) Sim.
Qual? _____.

6.1.8 Pertence a grupo de irmãos (considerar até 18 anos)? ( ) Não ( ) Sim.

6.1.9 Documentos trazidos no acolhimento:

( ) **Guia de Acolhimento**
( ) Certidão de Nascimento
( ) Carteira de Vacina
( ) Cartão do SUS
( ) CPF
( ) RG
( ) CTPS

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A0050005200410 0, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

( ) Outros:_____

6.1.10 Autos de Medida de Proteção:_____
_____.

6.2. ANÁLISE DO ACOLHIMENTO FAMILIAR:

A família acolhedora da senhora _____
_____, na qual os protegidos se encontram acolhidos, demonstra realizar os cuidados de maneira adequada, expressando também afeto e proteção. Ponderando que atende aos propósitos estabelecidos na Lei Municipal nº 12.283de 30 de junho de 2022, a qual dispõe sobre o Acolhimento Familiar no Município de Rondonópolis, e que passou por processo decapacitação e avaliação deste Serviço, ressalta-se que a mesma vem construindo vínculo positivo e tem conseguido atender e realizar as solicitações pertinentes, trabalhando na perspectiva da garantia de direitos e proteção.

7.2.1 Compromissos assumidos pela Família Acolhedora em relação às crianças:

Contribuir para a continuidade dos acompanhamentos em saúde dos protegidos;
✓ Contribuir para o desenvolvimento físico, mental e emocional dos acolhidos;
✓ Proteger e suprir as necessidades básicas, como: alimentação, cuidados e higiene pessoal;
✓ Contribuir para o processo o desenvolvimento de relacionamentos interpessoais saudáveis;
✓ Contribuir com o processo de reintegração familiar, caso seja possível de ser realizada.

ENCAMINHAMENTOS/ACOMPANHAMENTOS REALIZADOS

[ ] Transferência e inserção escolar das crianças;
[ ] Viabilização de documentação civil;
[ ] Orientação acerca de consultas na área da saúde em nível básico para;
[ ] Encaminhamento (...).

7. AVALIAÇÃO INTERDISCIPLINAR

9.1 – Serviço Social: Aqui fazer analise do Serviço Social
_____
_____
_____
_____.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Diário Oficial Eletrônico (Diorondon-e) Edição nº 5.314.
Rondonópolis, 04 de novembro de 2022, Sexta-Feira.

Estudo socioeconômica familiar:

_____

_____

_____

_____.

9.2 – Psicologia:

_____

_____

_____

_____.

PARECER TÉCNICO

Diante do exposto, considerando que a criança deve ter seus interesses e proteção integral como prioridade absoluta, que é portadora e merecedora de direitos próprios e especiais em virtude da sua condição específica da pessoa em desenvolvimento devendo ser protegida pela família, sociedade e Estado, entende-se que (...). Assim, sugere-se:

[ ] Manutenção do acolhimento/Reintegração;
[ ] Inserção;
[ ] Continuidade (...).

Rondonópolis, ____ de _____ de_____.

Nome do Técnico
Psicóloga
CRP 00/00000

Nome do TécnicoAssistente
Social
CRESS 0000/

Nome do Coordenador
Profissão/Coordenadora
CRP ou CRESS

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.010476/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.022150/2024

ANEXO 7

PLANO DE AÇÃO[1]

ASPECTO CONSIDERADO	INTERESSE E EXPECTATIVAS DO INDIVÍDUO E/OU FAMÍLIA	ESTRATÉGIA DE AÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
CONDIÇÕES GERAIS				
CONDIÇÕES DE SAÚDE				
ACESSO AO CONHECIMENTO / ESCOLARIZAÇÃO				
ACESSO A PROFISSIONALIZAÇÃO/ TRABALHO/ RENDA				
RELAÇÕES FAMILIARES				

Nome Completo: Genitor

Nome Completo: Genitora

Nome Completo: Acolhido

TÉCNICO RESPONSAVEL

Profissão

Registro

1 Plano discutido em atendimentos a família

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8620496D

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)

ESTADO DE MATO GROSSO
MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS
PODER EXECUTIVO

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8620496D

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041003, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Leis Municipais 20 anos
www.LeisMunicipais.com.br

LEI Nº 6831 DE 09 DE ABRIL DE 2018.

REFORMULA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAVEL, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, COM EMENDA DOS ILUSTRES VEREADORES JORGE BOCASANTA/PROS, PARRA/PMDB E POLICIAL MADRIL/PMB, E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cascavel-PR o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I - acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II - família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III - família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV - família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V - família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

VI - bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I - garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II - atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV - contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V - articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas;

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I - Poder Judiciário do Estado do Paraná;

II - Ministério Público do Estado do Paraná;

III - Defensoria Pública do Estado do Paraná;

IV - Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI - Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre zero e dezoito anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei nº 8069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cascavel que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

determinação judicial.

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

§ 1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§ 2º A duração do acolhimento varia de acordo com a situação apresentada e poderá ser interrompido por ordem judicial.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência - FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I - Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;

II - Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III - Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV - Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V - Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI - Manutenção de veículo(s) disponibilizado para o Serviço.

CAPÍTULO IV
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgãos oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V
DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cascavel será coordenado por servidor do Município de Cascavel, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cascavel será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I - enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Divisão de Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade da Seaso;

II - encaminhar em tempo hábil relatório mensal à Divisão Administrativa e Financeira da Seaso, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar: data da inserção da família acolhedora; nome do responsável; RG *(rg ocultado)* responsável; CPF do responsável; endereço da família acolhedora; nome da criança(s)/adolescente(s) acolhido(s); data de nascimento; número da medida de proteção; período de acolhimento; se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais; valor a ser pago;

III - encaminhar, em tempo hábil, à Divisão Administrativa e Financeira da Seaso, relação de nome das famílias, nome do banco e número da agência e da conta bancária para depósito da bolsa-auxílio;

IV - remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;

V - prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI - encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII - cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (Suas).

VIII - monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;

IX - acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das Famílias Acolhedoras.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I - cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II - acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III - acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV - elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible], de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

V - acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI - monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e ou extensa e família acolhedora;

§ 1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em família acolhedora:

I - ser maior de dezoito anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II - ser residente no Município há um ano;

III - não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV - não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V - ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI - apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII - comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;

VIII - comprovar renda familiar;

IX - possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

X - parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

XI - participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

Art. 20 Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 21 O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II - certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

IV - comprovante de residência;

V - certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

VI - comprovante de atividade remunerada de pelo menos um membro da família;

VII - cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VIII - atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22 A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I - participação em capacitação preparatória;

II - orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23 As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24 São obrigações da família acolhedora:

I - prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança ou ao adolescente;

II - atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III - prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV - contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V - comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser Família Acolhedora.

VI - participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25 A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 26 O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I - solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II - descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III - por determinação judicial.

CAPÍTULO VII
DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§ 1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§ 2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§ 3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será corresponde ao número de acolhidos.

§ 4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I - pessoas usuárias de substância psicoativas;

II - pessoas que convivem com o HIV;

III - pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV - pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;

V - excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§ 5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de mínimo de 10 (dez) anos.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

§ 6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§ 7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de R$ 841,35 (oitocentos e quarenta e um reais e trinta e cinco centavos), mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.

Art. 28 A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I - A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II - A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III - Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV - Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada - BPC - ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29 A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social - Seaso.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30 O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social - Seaso, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social - Suas, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avalição contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33 Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 6.286, de 22 de outubro de 2013.

Gabinete do Prefeito Municipal

Cascavel, 09 de abril de 2018.

Leonaldo Paranhos
Prefeito Municipal

Hudson Marcio Moreschi Junior
Secretário Municipal de Assistência Social

Luciano Braga Côrtes
Procurador Geral do Município

Publicado em 18/04/2018.
Órgão Oficial nº 2020/2018.
Órgão Impresso O Paraná nº 12.784/2018.

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Ofieial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 18/04/2018

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14063, de 23 de setembro de 2020

Lei nº 14063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

DESPACHO Nº 0451/2024 GAB-PGM.

PROCESSO Nº 10.476/2024;

INTERESSADO: PODER JUDICIARIO DO ESTADO DE MATO GROSSO

ASSUNTO: FAMILIA ACOLHEDORA

I – Recebido.

II – Vistos, etc...

III – Encaminho os autos à Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos - PAAL, para análise e parecer.

IV – Informo que o Processo Virtual já foi encaminhado nesta data, 09.05.2024, via SIGED.

Cuiabá/MT, 09 de maio de 2024.

Cristiane Alves de Carvalho
Assessoria de Gabinete
Procuradoria-Geral do Município

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA NO SISTEMA SIGED
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375
Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
ICP Brasil
CEC

CUIABÁ
PREFEITURA

DESPACHO N.º 236/GAB/PAAL/PGM/2.024.
PROCESSO SIGED Nº 10.476/2.024
INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD
ASSUNTO: PROJETO DE LEI – REGULAMENTAÇÃO DA FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MINICÍPIO DE CUIABÁ

Vistos, etc.

Cuida-se de processo administrativo encaminhado à esta Procuradoria Geral do Município pelo Juízo da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, através do Ofício nº 45/2024/GAB, solicitando a edição de Projeto de Lei para a *Regulamentação da Família Acolhedora no Munícipio de Cuiabá.*

No bojo da presente solicitação, tem-se que a Magistrada, visando contribuir com a minuta de Projeto de Lei, reuniu ao feito Decreto nº 11.194/2022 e Lei nº 6.831/2018 que dispõe sobre o serviço/programa de acolhimento familiar destinados a crianças e adolescentes.

Neste passo, oportuno dizer que em âmbito municipal figura vigente o Decreto nº 10.071, de 28 de fevereiro de 2024 *aprovando o regimento interno serviço de acolhimento institucional para adultos e famílias.*

Conforme examinado, veiculado Decreto abarca matéria de competência administrativa da Secretaria Municipal, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD, visto sua natureza tratar de *serviço destinado a indivíduos com vínculos rompidos ou fragilizados, a fim de garantir proteção integral*, tendo como público alvo *pessoas adultas (acima de 18 anos) e grupos familiares (com ou sem crianças), que se encontra em situação de rua, desabrigado por abandono, migração, ausência de residência ou, ainda, pessoas em transito e sem condições de autossustento.*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.676, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

Assim, nos termos do parágrafo único, do art. 51, da LC nº 208/2010[1], cumpre o direicionamento dos autos à Secretaria Municipal, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência para análise e **manifestação técnica**, por tratar-se de matéria concernente a sua competência, indispensável para a análise e parecer conclusivo por esta especializada,

Desta feita, **remetam-se** os autos a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, para ciência e manifestação.

Cuiabá/MT, 24 de maio de 2.024.

SONIA CRISTINA MANGONI DE OLIVEIRA LELIS
Procuradora-Chefe da Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos
OAB/MT N. 3.942

[1] *Art. 51 (...) Parágrafo único. Cabe ao Procurador do Município a faculdade de requisitar, com atendimento prioritário, informações escritas, certidões, exames e diligências que julgar necessárias ao desempenho de suas atividades em quaisquer órgãos, secretarias ou repartições da Administração Municipal.*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

Ofício nº 1888/ASSEJUR/SADHPD/2024.

Cuiabá, 03 de junho de 2024.

Ao Senhor Procurador-Geral,
BENEDITO MIGUEL CALIX FILHO
Procuradoria Geral do Município – PGM

Assunto: Projeto de Lei - Implantação do Serviço de Acolhimento Familiar.

Referência: OF n.º 46/2024/GAB da 1º Vara Esp. da Infância e Juventude.

Senhor Procurador-Geral,

Com nossos cumprimentos cordiais, vimos, por meio deste, encaminhar Minuta de Lei que dispõe sobre a instituição do Serviço de Acolhimento Familiar no município de Cuiabá.

A Procuradoria Geral do Município encaminhou o Despacho n.º 236//GAB/PAAL/PGM/2024 solicitando manifestação acerca da determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá.

No referido despacho, a PGM menciona o Decreto nº 10.071/2024, no entanto constatamos que esse decreto não trata do Serviço de Acolhimento Familiar, mas sim de Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias.

Analisando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, podemos verificar a diferença entre esses dois serviços. De acordo com o art. 1º da referida normativa, os Serviços Socioassistenciais são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Os Serviços de Proteção Social de Alta Complexidade compreendem os seguintes serviços:

a) **Serviço de Acolhimento Institucional;**
b) Serviço de Acolhimento em República;
c) **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;**
d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Dessa forma, verifica-se que são "espécies" do Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade. O Serviço de Acolhimento Institucional visa atender pessoas adultas (acima de 18 anos) e grupos familiares, conforme dispõe o art. 4º do Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 10.071/2024. Já o Serviço de Acolhimento em Família

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

Acolhedora é voltado para crianças e adolescentes e, excepcionalmente, para jovens entre 18 e 21 anos de idade.

Sendo assim, elaboramos a minuta de lei para instituir o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Cuiabá, consoante solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude e estamos encaminhando a referida Minuta de Lei à Procuradoria Geral do Município para análise e posterior encaminhamento para a Secretaria Municipal de Governo para publicação caso não seja constatada a necessidade de correção.

Nessa oportunidade, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

HELLEN J. FERREIRA DE JESUS

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

De acordo com o art. 1º da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tais serviços são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento familiar está compreendido no Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, sendo uma das espécies dos serviços enquadrados nesse nível de complexidade.

Nesse contexto, o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que será instituído destinar-se-á à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando o artigo 101, inciso VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar

Considerando todo o exposto, estamos encaminhando o presente projeto de lei, a fim de cumprir a solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.064, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

MINUTA DE LEI Nº _____ DE _____ DE _____ DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

III – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

IV - Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

CAPÍTULO

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – Bolsa- Auxílio para as famílias acolhedoras;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.026, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.064, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

g) Data de nascimento;

h) Número da medida de proteção;

i) Período de acolhimento;

j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 1[illegible] de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;
II – ser residente no Município há um ano;
III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;
IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;
V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;
VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;
VII – comprovar renda familiar;
VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;
IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;
X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;
XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.076, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;
II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;
III – comprovante de residência;
IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;
V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;
VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);
VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;
II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

CUIABÁ
PREFEITURA

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Publicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.026, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII
DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras um bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.406, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado
digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves
Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible], de 15 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 46057375

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;

V – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§8º O valor da bolsa-auxílio será regulamentado por meio de Decreto, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

§9º O disposto no §8º deste artigo será regulamentado dentro de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 11.419, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.”

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2024.

EMANUEL PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

PARECER JURIDICO N° 259/GAB/PAAL/PGM/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010476/2024
INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO.
ASSUNTO: PROJETO DE LEI - "SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM FAMÍLIA ACOLHEDORA".

Versam os presentes autos de processo administrativo, encaminhado a esta Especializada o projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do **Ofício n.º 46/2024**, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o" Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora".

por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, a qual, por meio do Ofício n.º **1888/2024** requer análise acerca do Projeto de Lei **"IMPLANTAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR".**

Tramitou perante **a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA** de Cuiabá o referido projeto, para elaboração da minuta de lei para instituir o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Cuiabá, e fora encaminhado a esta especializada com a minuta pretendida.

Frisamos que a presente manifestação tem por referência apenas os elementos constantes dos autos do processo administrativo epigrafado e que, na forma disposta no art. 3º da Lei Complementar nº 208, de 16 de junho de 2010, compete a este órgão de execução da Procuradoria-Geral do Município prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não adentrando na análise da conveniência e da oportunidade da prática de atos administrativos, nem em aspectos de natureza técnico-administrativa.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

Vale salientar que o Projeto de Lei em apreço é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, não Podendo Legislativo legislar sobre o tema, conforme disposto no art. 61, §1° da CF/88 c/c art. 27 da Lei Orgânica do Município de Cuiabá. Dessa forma, entendo que o Projeto de Lei em análise não é eivado de inconstitucionalidade quanto à iniciativa, seguindo os ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei Orgânica do Município de Cuiabá.

É de bom alvitre consignar também que a Administração Pública obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros, consoante dispõe a Constituição da República em seu Art. 37, *caput*, a seguir transcrito:

> *Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de* ***legalidade****, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:* (Redação dada pela Emenda Constitucional n. 19, de 1998) (Original sem grifos).

Assim, temos que em função do princípio da legalidade está o administrador adstrito ao expresso texto da lei na condução dos atos administrativos, dando-lhe fiel e incondicional cumprimento, como, assevera Hely Lopes Meirelles:

> *"O administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".*

Portanto, Frente à análise da minuta com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora apresentadas e, após a análise da documentação, verificou os pontos que seguem:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

CUIABÁ
PREFEITURA

Através do presente projeto de lei busca-se instituir Política Pública cuja a finalidade *é acolher e atender crianças e adolescentes que estejam em situação de risco social* ou de abandono em razão de negligencia familiar ou opressão, garantindo portando na forma do Art. 101, inciso VIII, do Estatuto da Adolescente- ECA, o acolhimento provisório por famílias substitutas de apoio e, por consequência, o seu direito em convivência em ambiente familiar e comunitário.

Pretende-se com tais medidas proteger o vínculo familiar e comunitário.

Portanto, o projeto de Lei busca realizar mais uma *ação para a efetivação de Política de Proteção as Crianças e Adolescentes em situação de abandono partindo do princípio da importância da preservação do Convívio Familiar e consequentemente atingir metas mais objetivas no que concerne ao acolhimento*, bem como respeitadas as garantias Constitucionais sem perder de vista a princípios importantes dos quais estão inseridos o da proteção integral.

Entretanto o dispositivo previsto na minuta com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora, em seu CAPÍTULO I- em que trata das Disposições Gerais, em seu artigo 2º preceitua que:

> **Art. 2º** Para os efeitos desta lei, considera-se:
>
> ***I – Acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;***

Sendo assim, embora o item I- esteja previsto que o acolhimento é caracterizado pelo **BREVE E EXCEPCIONAL AFASTAMENTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, o artigo do Projeto de Lei não menciona sobre o tempo de permanência

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

no serviço de acolhimento, sendo de fundamental importância observar o Art. 19, § 2º, preceitua que: "a permanência da criança ou do adolescente no serviço de acolhimento não deverá se prolongar por mais de 18 meses, salvo comprovada a necessidade, vejamos o que dispões sobre esse assunto, o artigo 19 da Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

> ***Art. 19. É direito da criança e do adolescente ser criado e educado no seio de sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral. (Redação dada pela Lei nº 13.257, de 2016)***
>
> ***§ 1 o Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento familiar ou institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 3 (três) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.509, de 2017)***
>
> ***§ 2 o A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 18 (dezoito meses), salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.***

Como previsto no ECA, é preciso ressaltar a importância de estabelecer o tempo limite para o acolhimento por estar atrelada, portanto, ao objetivo principal da medida protetiva, de reintegrar à criança e/ou o adolescente à sua família de origem e/ou extensa ou inseri-la em família por adoção, quando comprovada a impossibilidade de reintegração familiar.

Dada a pertinência temática e quanto à análise da presente consulta, o da redação utilizada é coerente e objetiva comporta sutil aprimoramento de ordem textual para prever expressamente o tempo de permanência da criança e adolescente na família

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

acolhedora, portanto sugerimos acrescentar ao art. 2° um novo inciso a nova redação. Dessa feita, opino pelo acréscimo de novo item, nestes moldes:

> ***- O tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, a critério da autoridade judiciária, em decisão fundamentada.***

REMESSA do prejulgado, reformado e acrescido de novo inciso, ao consulente, com supedâneo no art. 2º, ao presente projeto de lei de Implementação do Serviço de Acolhimento Familiar, na forma da pretensão trazida à baila.

É o parecer.

Para tanto, segue em anexo, a minuta recomendada por esta Procuradoria Especializada.

Remetam-se os autos à Secretaria Municipal de Governo para ciência e providências pertinentes.

Cuiabá/MT, 24 de junho de 2024.

SONIA CRISTINA MANGONI DE OLIVEIRA LELIS
PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVO - PAAL
OAB / MT N. 3.942

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

CUIABÁ
PREFEITURA

MENSAGEM Nº /2.024.

Excelentíssimo Senhor Vereador Presidente,
Excelentíssimas Senhoras Vereadoras,
Excelentíssimos Senhores Vereadores.

Tenho a honra de submeter à douta apreciação de Vossa Excelência e seus dignos Pares, com base no artigo 41, I, da Lei Orgânica do Município o Projeto de Lei: **"SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR EM FAMÍLIA ACOLHEDORA".**

A presente propositura visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

Através do presente projeto de lei busca-se instituir Política Pública cuja a finalidade é acolher e atender crianças e adolescentes que estejam em situação de risco social ou de abandono em razão de negligencia familiar ou opressão, garantindo portando na forma do Art. 101, inciso VIII, do Estatuto da Adolescente- ECA, o acolhimento provisório por famílias substitutas de apoio e, por consequência, o seu direito em convivência em ambiente familiar e comunitário.

Pretende-se com tais medidas proteger o vínculo familiar e comunitário. Portanto, o projeto de Lei busca realizar mais uma ação para a efetivação de Política de Proteção as Crianças e Adolescentes em situação de abandono partindo do princípio da importância da preservação do Convívio Familiar e consequentemente atingir metas mais objetivas no que concerne ao acolhimento, bem como respeitadas as garantias Constitucionais sem perder de vista a princípios importantes dos quais estão inseridos o da proteção integral.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

Sob esses argumentos submeto para deliberação dessa Augusta Câmara Municipal e seus dignos pares o presente Projeto de Lei, na expectativa do pleno acolhimento por essa Edilidade, guardiã dos mais nobres interesses do povo cuiabano, e aproveito a oportunidade para reiterar o meu testemunho de apreço e respeito.

Palácio Alencastro em Cuiabá-MT, de de 2.024.

EMANUEL PINHEIRO
Prefeito Municipal

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

MINUTA DE LEI Nº _____ DE _____ DE _____ DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II - o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, a critério da autoridade judiciária, em decisão fundamentada.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

VII- bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

CAPÍTULO
DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII,

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – bolsa- Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – companhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

V – manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V
DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);
g) Data de nascimento;
h) Número da medida de proteção;
i) Período de acolhimento;
j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;
k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;
II – ser residente no Município há um ano;
III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;
IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;
V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;
VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;
VII – comprovar renda familiar;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 13.019, de 31 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora.

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;

II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII
DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras um bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;
II – pessoas que convivem com o HIV;
III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);
IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;
V – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§8º O valor da bolsa-auxílio será regulamentado por meio de Decreto, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

§9º O disposto no §8º deste artigo será regulamentado dentro de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

CUIABÁ
PREFEITURA

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do " Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora".

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário."

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2024.

EMANUEL PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

CUIABÁ
PREFEITURA

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

De acordo com o art. 1º da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tais serviços são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento familiar está compreendido no Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, sendo uma das espécies dos serviços enquadrados nesse nível de complexidade.

Nesse contexto, o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que será instituído destinar-se-á à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando o artigo 101, inciso VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

Considerando todo o exposto, estamos encaminhando o presente projeto de lei, a fim de cumprir a solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4606B2A3

CUIABÁ
PREFEITURA

PROCESSO: 49.777/2024-1

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

ASSUNTO: PROJETO DE LEI FAMÍLIA ACOLHEDORA

DESPACHO

A
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD

Ao cumprimenta-lo cordialmente, e por ordem do Senhor Prefeito Municipal de Cuiabá Emanuel Pinheiro, segue para manifestação sobre possível impacto financeiro. Na sequência, solicitamos o envio a Secretaria Municipal de Planejamento para previsão orçamentária, com a urgência que o caso requer.

Certo do pronto atendimento, subscrevemo-nos.

Palácio Alencastro, em Cuiabá/MT 27 de junho de 2024.

Atenciosamente,

VALDIR LEITE CARDOSO
Secretário Municipal de Governo

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100: Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DO PREFEITO

Lei nº 10.098, de 25 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4604274F

MANIFESTAÇÃO Nº 011/GAB-SEC/SADHPD/2024.

Cuiabá-MT, 03 de julho de 2024.

SIGED: 014420/2024
Assunto: Minuta de Lei que institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Cuiabá.

Em atenção ao **Despacho SMG,** pelo qual solicita manifestação sobre possível impacto financeiro, informamos, em síntese, que:

O **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora**, trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito, porém podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E tem como **público alvo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 e 21 anos de idade, que estão em medida protetiva**.

O Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção, prevê **que cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez**, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, quando esse número poderá ser ampliado.

Assim, as famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam acolher crianças ou adolescentes em medida de proteção aplicada por autoridade competente, a qual encaminha a criança/ adolescente para inclusão nesse serviço, competindo ao mesmo a indicação da família que esteja disponível e em condições para acolhê-lo.

Para sua execução deverá ser respeitado o quadro de **Recursos Humanos** em número mínimo de profissionais necessários, a carga horária mínima e o cumprimento das atribuições abaixo elencadas.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊN
Rua [illegible], Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, CEP 78068-600
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 03/07/2024 11:58:12
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 56353129

Equipe Profissional Mínima[100]

Coordenador e equipe técnica, conforme detalhado abaixo:

Coordenador

Perfil	▪ Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere ▪ Amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.
Quantidade	▪ 1 profissional por serviço
Principais Atividades Desenvolvidas	▪ Gestão e Supervisão do funcionamento do serviço ▪ Organização da divulgação do serviço e mobilização das famílias acolhedoras ▪ Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos ▪ Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias; ▪ Articulação com a rede de serviços; ▪ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos

[100] A composição da equipe que deve atuar nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes foi regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução Nº130, de 2005 do CNAS).

Equipe Técnica

Perfil	▪ Formação Mínima: Nível superior[101] ▪ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	▪ 2 profissionais para o acompanhamento de até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras ▪ Carga Horária Mínima Indicada: 30 horas semanais ▪ Destaca-se a necessidade de flexibilidade nos horários de trabalho dos profissionais, para atendimento às peculiaridades desta modalidade de atendimento (possível necessidade de atendimento fora do horário comercial).
Principais Atividades Desenvolvidas[102]	▪ Acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras; ▪ Articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos; ▪ Preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; ▪ Acompanhamento das crianças e adolescentes; ▪ Organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual; ▪ Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; ▪ Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios, com freqüência bimestral ou semestral, sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Cep 78068-600 - Cuiabá/MT

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 03/07/2024 11:58:12
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 56353129

Bem como, para sua execução deve contar com **infraestrutura e espaços mínimos** sugeridos:

4.3.6 Infra-estrutura e espaços mínimos sugeridos

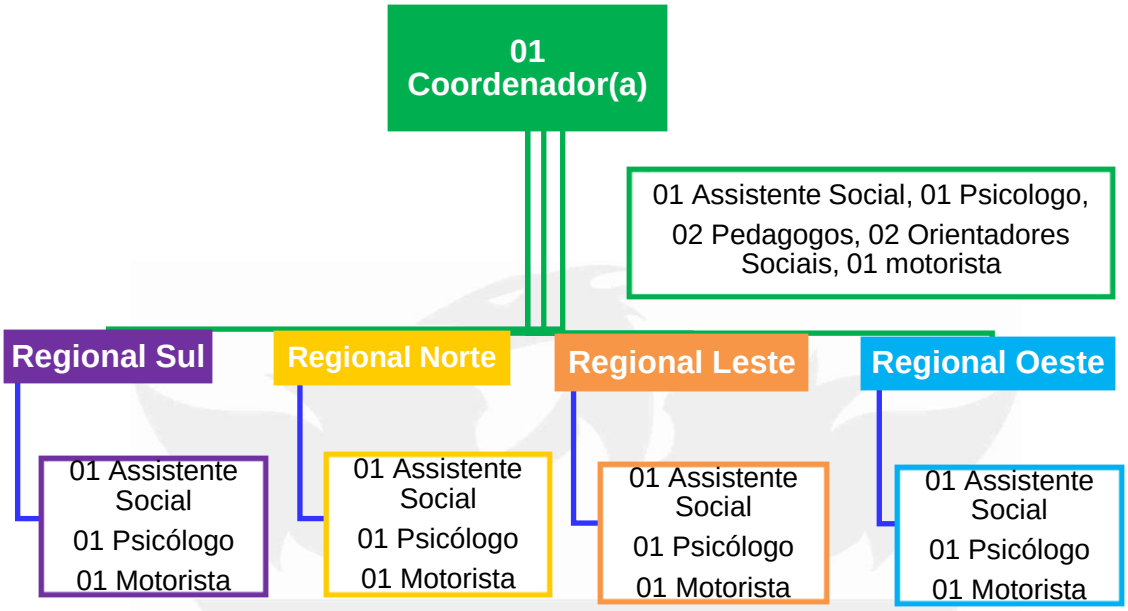
Espaços que deverão funcionar em área específica para atividades técnico-administrativas	
Cômodo	**Características**
Sala para equipe técnica	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva.
Sala de coordenação / atividades administrativas	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística, etc. ▪ O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.
Sala de atendimento	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para atendimento individual ou familiar e condições que garantam privacidade.
Sala / espaço para reuniões	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais.
▪ Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços.	

Às famílias acolhedoras do Serviço, será concedido uma **Bolsa-Auxílio** mensal no valor de **1(um) salário mínimo vigente para cada criança/adolescente acolhido**. Valor este que poderá ser ampliado até 50% em caso de acolhimento de crianças/adolescentes com deficiência.

Até a presente data, o município de Cuiabá mantém parceria com 08 (oito) Organizações da Sociedade Civil – OSC para o acolhimento de crianças/adolescentes nas modalidades abrigo institucional e Casa Lar, totalizando 127 (cento e vinte e sete) acolhidos.

Considerando que a atuação da Política de Assistência Social ocorre de forma descentralizada e por área de abrangência, estima-se a necessidade de garantir uma equipe por regional.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 03/07/2024 11:58:12
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 56353129



Certa da atenção dispensada, segue anexo dotação orçamentária e estimativa de despesas, para análise da Secretaria Municipal de Planejamento.

Sem mais.

HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.

Cuiabá-MT, 03 de julho de 2024.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 03/07/2024 11:58:12
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 56353129

CUIABÁ
PREFEITURA

COMUNICAÇÃO INTERNA	NÚMERO: 235/2024
DE: FMAS	RAMAL: 6837
PARA: GABINETE	RAMAL: 6810

AÇÕES:		
☐ Providenciar	☐ Conferir	☐ Anotar e Devolver
☐ Aprovar	☐ Falar-me	☒ Para Informar
☐ Comentar	☒ Para Conhecimento	☐ Ligou
☐ Assinar	☐ Como Discutido	☐ Espera seu Chamado
☐ Minuta	☒ Como Solicitado	☐ Anexar ao Processo
	☐ Anotar e Arquivar	

ASSUNTO: Dotação Orçamentária.

Cuiabá – MT, 03 de Julho de 2024.

Senhora Secretária,

Em atenção ao despacho da SMG, informamos a dotação orçamentária para compor o processo de minuta de lei que institui o serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, conforme detalhado na planilha anexa de projeção de despesas.

SUBVENÇÕES SOCIAIS		
ÓRGÃO	**NATUREZA DA DESPESA**	
11	3.3.50.43	
UNIDADE	**FONTE**	
601 e 602	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS
	1669	RECURSOS PRÓPRIOS
PROGRAMA/AÇÃO		
2079 e 2066		

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Larissa de Santos Silva
Coordenadora de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil
FMAS - SADHPD

Recebi em: __/__/__	Assinatura:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 56376CC7

QUADRO DE DESPESAS
Serviço de Acolimento em Familia Acolhedora

DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS

								PROVISÕES MENSAIS ESTIMADAS (UNITÁRIO)									
								OUTROS RENDIMENTOS		ENCARGOS							
QUANTIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR SUGERIDO PELA INSTITUIÇÃO	ANÁLISE SADHPD	TOTAL (A x E)	INSALUBRIDADE	AD. NOTURNO	13º SALARIO	ADICIONAL 1/3 FÉRIAS	INSS PATRONAL	INSS PATRONAL - S/ 13º e FÉRIAS	FGTS	FGTS S/ 13º e FÉRIAS	OUTROS ENCARGOS E PROVISÕES (5%)	AUXÍLIO TRANSPORTE (PATRONAL)	TOTAL UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO MENSAL
1	COORDENADOR	44 HORAS	-	5.183,61	5.183,61	-	-	431,97	143,99	1.036,72	115,19	414,69	46,08	287,98	-	7.660,22	7.660,22
5	ASSITENTE SOCIAL	30 HORAS	-	3.827,48	19.137,40	-	-	318,96	106,32	765,50	85,06	306,20	34,02	212,64	- 11,85	5.644,32	28.221,58
5	PSICOLOGO	44 HORAS	-	3.951,10	19.755,50	-	-	329,26	109,75	790,22	87,80	316,09	35,12	219,51	- 19,27	5.819,58	29.097,91
2	PEDAGOGO	44 HORAS	-	3.927,17	7.854,34	-	-	327,26	109,09	785,43	87,27	314,17	34,91	218,18	- 17,83	5.785,65	11.571,31
2	ORIENTADOR SOCIAL	44 HORAS	-	1.938,05	3.876,10	-	-	161,50	53,83	387,61	43,07	155,04	17,23	107,67	101,52	2.965,52	5.931,05
5	MOTORISTA	40 HORAS	-	2.675,68	13.378,40	-	-	222,97	74,32	535,14	59,46	214,05	23,78	148,65	57,26	4.011,32	20.056,60
20				21.503,09	69.185,35												102.538,67

DESPESAS DE CONSUMO

TIPO DE DESPESA	VALOR SUGERIDO PELA INSTITUIÇAÕ MENSAL	ÁNALISE SADHPD	
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	-	1.000,00	OUTRAS DESPESAS
MATERIAIS DE CONSUMO	-	1.500,00	
COMBUSTÍVEL	-	15.000,00	
ALUGUEL DE AUTOMÓVEIS	-	9.000,00	
CONTADOR	-	1.412,00	
TELEFONE	-	500,00	
ENERGIA	-	1.000,00	
BOLSA AUXILIO		84.720,00	
TOTAL MENSAL		**114.132,00**	

Valor Estimado - DESPESA COM PESSOAL	TOTAL MENSAL	102.538,67
	TOTAL 12 MESES	**1.230.464,02**
Valor Estimado - OUTRAS	DESPESAS MENSAL	114.132,00
	TOTAL POR 12 MESES	**1.369.584,00**

TIPO DE DESPESA	VALOR SUGERIDO PELA INSTITUIÇAÕ MENSAL	ÁNALISE SADHPD	
MATERIAS PERMANETES	-	30.000,00	DESPESAS PARCELA ÚNICA
UNIFORME	-	3.000,00	
CRACHAS	-	1.000,00	
TOTAL DESPSAS ÚNICA	**-**	**34.000,00**	

(+)	DESPESAS COM PESSOAL MENSAL	102.538,67	40,9%
(+)	DESPESAS MENSAL	114.132,00	45,5%
(+)	DESPESAS PARCELA ÚNICA	34.000,00	13,6%
(=)	**TOTAL**	**250.670,67**	100,0%
(=)	**Valor Total Projetado para 12 Meses**	**2.634.048,02**	

TOTAL DESPSAS ÚNICA		**34.000,00**
TOTAL OUTRAS DESPESAS MENSAL		**114.132,00**
TOTAL 12 MESES		**718.792,00**

Cronograma Desenbolso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (doze meses)
Despesas com Pessoal	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	1.230.464,02
OUTRAS DESPESAS	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	1.369.584,00
DESPESAS PARCELA ÚNICA	34.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		34.000,00
Total	**250.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**2.634.048,02**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICPAL DE PLANEJAMENTO

PROCESSO:	SIGED 017.090/2024
INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ASSUNTO:	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA
DESTINO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

DESPACHO

AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNO

Sr. VALDIR LEITE CARDOSO

Conforme as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se o demonstrativo do impacto orçamentário e do percentual de despesa com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida prevista na Lei Orçamentária Anual de 2024, decorrente da proposta de aumento das despesas com pessoal resultante da aprovação do projeto de lei mencionado neste processo.

Não consta no projeto em análise plano de compensação para este aumento de despesas, seja pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, conforme determina do art. 17 da LRF. Desta forma, sugerimos que o processo seja encaminhado ao Comitê de Eficiência de Gastos Públicos para análise quanto a compensação necessária para comportar o aumento da despesa proposta e decisão quanto a autorização.

Sugerimos também, face a descentralização orçamentária neste Município, a inclusão de declaração do ordenador de despesa quanto à disponibilidade orçamentária ou sua adequação para atender o custeio do aumento de despesa proposto, correspondente ao impacto orçamentário no montante previsto para o exercício corrente.

Cuiabá, 12/08/2024

EDER GALICIANI
Secretário Municipal de Planejamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 25 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 7444A530

CUIABÁ PREFEITURA

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVSITA NA LOA 2024 (Art. 16 e 17 da LRF)

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DEPESA

1	TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
X	Criação de Ação Governamental (Art. 16)
	Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental(Art. 16)
	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)

DESCRIÇÃO:

IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA

2	CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA	
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Unidade Orçamentária	601 / 602	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção	243 / 244	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE / ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	0006	GESTÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2066 / 2079	APOIO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE / IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3	FONTE DE RECURSO	
X	500	Recursos não Vinculados de Impostos
X	669	Outras Fontes

4	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO				
		2024	2025	2026	Acumulado
	Valor Atual (ano anterior)	-	1.097.520,01	2.744.678,04	3.842.198,05
	Impacto Anual	1.097.520,01	110.630,02	108.963,72	1.317.113,74
	Impacto Total	**1.097.520,01**	**1.208.150,03**	**2.853.641,75**	**5.159.311,79**
	Percentual	#DIV/0!	10,08%	3,97%	34,28%

5	DECLARAÇÃO

Declaramos, para os fins previstos no Art. 16 da Lei Complementar Federal Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que as despesas decorrentes do evento serão financiadas por dotações orçamentárias específicas, devidamente alocadas e suficientes para cobrir os custos previstos para o exercício em que serão realizadas. Certificamos também que há compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CUIABÁ 12/08/2024

ORDENADOR DE DESPESA

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 7444A530

CUIABÁ PREFEITURA

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA	
SIGED	017.090/2024

MÊS	2024	2024		2025		2026	
	VALOR ATUAL	PREVISTO	IMPACTO	PREVISTO	IMPACTO **	PREVISTO	IMPACTO ***
JAN			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
FEV			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
MAR			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
ABR			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
MAI			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
JUN			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
JUL			-	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
AGO		219.504,00	219.504,00	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
SET		219.504,00	219.504,00	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
OUT		219.504,00	219.504,00	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
NOV		219.504,00	219.504,00	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
DEZ		219.504,00	219.504,00	228.723,17	9.219,17	237.803,48	9.080,31
ANO	**-**	**1.097.520,01**	**1.097.520,01**	**2.744.678,04**	**110.630,02**	**2.853.641,75**	**108.963,72**

Impacto Financeiro acumulado	2025	2026	2027	Acumulado
Valor Atual (ano anterior)	-	1.097.520,01	2.744.678,04	
Impacto Anual	1.097.520,01	110.630,02	108.963,72	1.317.113,74
Acréscimo	**1.097.520,01**	**1.208.150,03**	**2.853.641,75**	**1.317.113,74**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL DAS DESPESA COM PESSOAL	2024	% sobre a RCL
	1º Quadrimestre	
I. RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL - 2º BIMESTRE 2024	**3.617.419.637,44**	
II. DESPESA TOTAL COM PESSOAL DO PODER EXECUTIVO PRESVISTA NA LOA 2024 - 1º QUADRIMESTRE DE 2024	**1.709.281.354,05**	**47,25%**
Impacto MVP 018.995/2024 - Aumento Real de 2% para SME (Ativos e Inativos)	**11.760.830,40**	**0,33%**
Impacto MVP 005.527 /2024 - Altera a LC 308/2013 - Regulamenta a Gratificação de	**6.567.030,75**	**0,18%**
Impacto MVP 005.216 /2024 - Altera a LC 226/2013 - Produtividade dos Agentes de Fiscalização e	**4.500.005,31**	**0,12%**
Impacto MVP 004.193 /2024 - Altera a LC 459/2019 - Implantação da Gratificação de	**3.805.054,56**	**0,11%**
Cria cargos CGDA na Secretaria Municipal de Fazenda		**0,00%**
Impacto MVP 107.517 /2022 - Área Meio e Instrumental	**3.731.678,82**	**0,10%**
Impacto MVP 36.985 /2022 - Cirurgião Dentista	**9.991.052,82**	**0,28%**
Impacto MVP 36.985 /2022 - Cirurgião Dentista - PESIONISTAS E INATIVOS	**1.097.520,01**	**0,03%**
Impacto MVP 46.823 /2024 - AUDITOR FISCAL TRIBUTÁRIO	**4.477.798,08**	**0,12%**
Impacto MVP 49.258 /2024 - Criação de Gratificação de Responsabilidade Técnica (GRT)	**5.653.329,15**	**0,16%**
Impacto MVP 49.509/2024 Reajuste dos valores e nova estrutura dos Cargos CGDA'S da SMF	**75.245,84**	**0,00%**
Impacto MVP 49.509/2024 Reajuste da Verba Indenizatória dos Cargos CGDA'S da SMF ****	**-**	**0,00%**
Impacto MVP 50.265/2024 Profissionais da Enfermagem	**7.386.584,04**	**0,20%**
Impacto SIGED 017.090/2024 Implantação do Projeto Família Acolhedora	**1.097.520,01**	**0,03%**
IV. TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL APÓS A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI (II + III)	**1.768.327.483,83**	**48,88%**
Limite Máximo (incisos I, II e III do ast. 20 da LRF) (V) = (I x 0,54)	1.953.406.604,22	54,00%
Limite Prudencial (§ único do art. 20 da LRF) (VI) = (V x 0,95)	1.855.736.274,01	51,30%
Limite de Alerta (§ único do art. 20 da LRF) (VII) = (V x 0,90)	1.758.065.943,80	48,60%

Obs: o impacto é calculado levando em conta a diferença da proposta apresentada menos o valor atual.

**** Verba Indenizatória não impacta no limite das despesas com pessoal sobre a RCL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 7444A530

CUIABÁ PREFEITURA

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA	
SIGED	017.090/2024

PREVISÃO DE INFLAÇÃO - 2024/2025 *	4,20%
PREVISÃO DE INFLAÇÃO - 2025/2026 **	3,97%
PREVISÃO DE INFLAÇÃO - 2026/2027 ***	3,60%

Nota:

1. De acordo com as diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal, apresenta-se o demonstrativo do impacto orçamentário e do percentual de despesa com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida apurada nos relatórios RREO - Relatório Resumido da Execução Orçamentária e no RGF - Relatório de Gestão Fiscal, decorrente da proposta de aumento das despesas com pessoal resultante da aprovação do projeto de lei mencionado neste processo.
Não consta no projeto em análise plano de compensação para este aumento de despesas, seja pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, conforme determina do art. 17 da LRF. Desta forma, sugerimos que o processo seja encaminhado ao Comitê de Eficiência de Gastos Públicos para análise quanto à compensação necessária para comportar o aumento da despesa proposta e decisão quanto à autorização.
Sugerimos também, face à descentralização orçamentária neste Município, a inclusão de declaração do ordenador de despesas quanto à disponibilidade orçamentária ou sua adequação para atender o custeio do aumento de despesa proposto, correspondente ao impacto orçamentário no montante previsto para o exercício corrente.

2. Para realização do cálculo do impacto orçamentário foram consideradas as informações fornecidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência, constantes no Processo SIGED nº 017.090/2024.

3. Para cálculo do impacto orçamentário para os anos de 2025 e 2026 foi utilizada a previsão de inflação fornecida pelo Banco Central do Brasil, por meio do Relatório FOCUS, do dia 09/08/2024, divulgado no dia 12/08/2024 no link https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20240809.pdf .

CUIABÁ EM 12/08/2024

EDER GALICIANI
Secretário Municipal de Planejamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 25 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 7444A530

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DIRETORIA TÉCNICA DE ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM PESSOAL - ANEXO 01 DO RGF - RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

1º QUADRIMESTRE DE 2024

Valores em R$ 1,00

DESPESA EXECUTADA COM PESSOAL DESPESAS LIQUIDADAS	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	**2.018.603.995,12**	**1.344.001,35**
Pessoal Ativo	**1.429.023.463,02**	**1.344.001,35**
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis(*)	1.211.443.162,83	931.464,48
Obrigações Patronais	217.580.300,19	412.536,87
Pessoal Inativo e Pensionistas	**417.043.719,59**	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	368.520.493,39	-
Pensões	48.523.226,20	-
Outras Depesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização (art. 18, § 1º da LRF) (II)	**172.536.812,51**	-
Despesa com Pessoal Inscrita em RP Não Processado	-	-
Despesas com Pessoal não Executada Orçamentáriamente	-	-
Despesas não Computadas (art. 19, § 1º da LRF)	**310.666.642,42**	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	45.385.698,75	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	16.393,64	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	17.606.047,73	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	244.163.417,64	
Agentes Comunitários da Saúde e de Combate a Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, § 111)	3.495.084,66	
Parcela Dedutível referente ao Piso Salarial de Enfermeiro, Técnico de Enfemagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, § 2º)		
TOTAL DA DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I + II)	**1.707.937.352,70**	**1.344.001,35**

SIMONE EMÍLIA CAVASIN NEVES
Secretária Adjunta de Planejamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 7444A530

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
DIRETORIA TÉCNICA DE ORÇAMENTO

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - ANEXO 03 DO RREO - RELATÓRIO RESUMIDO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2º BIMESTRE DE 2024

Valores em R$ 1,00

Especificação	Valor
RECEITAS CORRENTES - EXCETO RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (I)	**4.224.891.760,84**
Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	**1.382.795.810,95**
IPTU	419.756.598,21
ISS	632.596.748,35
ITBI	75.265.064,40
IRRF	172.815.130,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria	82.362.269,10
Contribuições	**388.887.562,91**
Receita Patrimonial	**81.767.977,63**
Rendimentos de Aplicação Financeira	59.347.028,05
Outras Receitas Patrimoniais	22.420.949,58
Receita Agropecuária	0,00
Receita Industrial	0,00
Receita de Serviços	**718.347,45**
Transferências Correntes	**2.261.481.994,35**
Cota Parte do FPM	238.204.109,65
Cota Parte do ICMS	528.339.888,12
Cota Parte do IPVA	174.887.937,55
Cota Parte do ITR	2.448.626,83
Transferências da LC nº 61/1989	3.157.276,25
Transferência do FUNDEB	495.922.163,72
Outras Transferências Correntes	818.521.992,23
Outras Receitas Correntes	**109.240.067,55**
DEDUÇÕES (II)	**552.275.514,40**
Contribuição do Servidor para o Plano de Previdência	288.683.005,30
Compensação Financeira entre Regimes de Previdência	26.864.003,27
Rendimentos de Aplicação de Recursos Previdenciários	47.433.324,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	189.295.181,83
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**3.672.616.246,44**
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas a Emendas Individuais (art. 166-A, § 1º da CF) (IV)	6.157.328,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	**3.666.458.918,44**
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas a Emendas de bancada (art. 166-A, § 16 da CF) (VII)	39.899.225,00
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas ao Vencimento dos Agentes Comunitários de Saúde e de Combate a Endemias (CF, art. 198, § 11) **(VIII)**	9.140.056,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CALCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	**3.617.419.637,44**

SIMONE EMÍLIA CAVASIN NEVES
Secretária Adjunta de Planejamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 7444A530

Secretaria Municpal de Governo Diret de Atos e De <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br>

Solicitação de Informação - Processo - Projeto de Lei de implantação de acolhimento familiar em família acolhedora

5 mensagens

Secretaria Municipal de Ass Social Ass Juridica <aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br> 13 de agosto de 2024 às 14:16
Para: Secretaria Municpal de Governo Diret de Atos e De <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br>

Boa tarde.

Foi elaborado um projeto de lei referente à implantação do acolhimento familiar em família acolhedora. Trata-se do Processo/SIGED 010476/2024. A PGM emitiu parecer e remeteu o processo para a Secretaria Municipal de Governo. Fomos informados que o processo foi enviado para a Secretaria Municipal de Planejamento para fazer o estudo do impacto orçamentário financeiro. Pedimos informações do andamento desse processo. Foi criado outro siged para encaminhar para a secretaria de planejamento. Desde já agradecemos.

--

Assessoria Jurídica - ASSEJUR
Secretaria Municipal de Assistência Social,
Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência **-SADHPD**
(65) 3645-6811

PROCESSO SIGED - PROJETO DE LEI FAMÍLIA ACOLHEDORA.pdf
19676K

Secretaria Municpal de Governo Diret de Atos e De <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br> 13 de agosto de 2024 às
Para: Secretaria Municipal de Ass Social Ass Juridica <aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br>
Cc: Valdir Leite Cardoso <valdir.leite@cuiaba.mt.gov.br>, Priscilla Nascimento <priscilla.nascimento@cuiaba.mt.gov.br>, Ruth Rodrigues de Mesquita <ruth.mesquita@cuiaba.mt.gov.br>, paal pgm <paal.pgm@cuiaba.mt.gov.br>

Boa tarde,

Esse processo ainda está na PAAL conforme andamento abaixo.
Aguardamos para seguimento.

ORIGEM			MOVIMENTAÇÃO		DESTINO			
POR	DEPTO	DATA	SITUAÇÃO	MOTIVO	PARA	DEPTO	RECEBIDO RECUSADO DESFEITO EM	RECEBIDO DESFEITO POR
CRISTIANE CARVALHO	GAB PGM	24/06/2024 17:17	ANDAMENTO	CONHECIMENTO E ARQUIVAMENTO	-	PAAL	-	-

Atenciosamente,

Flavia Castro de Carvalho Couto Gardin
Diretora de Atos e Decretos
Secretaria Municipal de Governo
3645-6410 / 99243-3552

[Texto das mensagens anteriores oculto]

Secretaria Municipal de Ass Social Ass Juridica <aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br> 13 de agosto de 2024 às 15:25
Para: Secretaria Municpal de Governo Diret de Atos e De <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br>

Agradecemos a informação.
[Texto das mensagens anteriores oculto]

Secretaria Municpal de Governo Diret de Atos e De <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br> 13 de agosto de 2024 às 15:27
Para: Secretaria Municipal de Ass Social Ass Juridica <aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br>
Cc: Valdir Leite Cardoso <valdir.leite@cuiaba.mt.gov.br>, Priscilla Nascimento <priscilla.nascimento@cuiaba.mt.gov.br>, Ruth Rodrigues de Mesquita <ruth.mesquita@cuiaba.mt.gov.br>, paal pgm <paal.pgm@cuiaba.mt.gov.br>

Prezados,

O processo SIGED 00000.0.017090/2024 foi tramitado a DAD desta SMG na data de hoje.
Informamos que aguardamos a tramitação do processo SIGED 010476/2024, para apensamento devido, e expedição à SMGe para análise do Comitê de Eficiência de Gastos Públicos.
Atenciosamente,

Flavia Castro de Carvalho Couto Gardin
Diretora de Atos e Decretos
Secretaria Municipal de Governo
3645-6410 / 99243-3552

Em ter., 13 de ago. de 2024 às 15:12, Secretaria Municpal de Governo Diret de Atos e De <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br> escreveu:
[Texto das mensagens anteriores oculto]

dad.smg@cuiaba.mt.gov.br <dad.smg@cuiaba.mt.gov.br> 13 de agosto de 2024 às 15:30
Para: aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br, aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br

Sua mensagem

Para: aj2.assistencia@cuiaba.mt.gov.br
Assunto: Solicitação de Informação - Processo - Projeto de Lei de implantação de acolhimento familiar em família acolhedora
Enviada: 13/08/2024, 14:16:23 GMT-4

foi lida em 13/08/2024, 15:30:37 GMT-4

noname
1K

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 0042ECC2

PROCESSO: SIGED 00000.0.017090/2024 / 00000.0.010476/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD

ASSUNTO: PROJETO DE LEI DA FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

DESPACHO

A
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO
Ellaine Cristina Ferreira Mendes

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **Emanuel Pinheiro**, vimos encaminhar o processo supracitado, para que essa Secretária do Comitê delibere sobre a solicitação da Secretaria Municipal de Planejamento no despacho anexado ao processo SIGED 017090/2024, no sentido de submeter o pedido a todos os membros do Comitê de Eficiência de Gastos Públicos.

Certo do pronto atendimento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

VALDIR LEITE CARDOSO
Secretário Municipal de Governo

CABINETE DO PREFEITO
Praça Alencastro, 158 . Centro . 7º andar
CEP: 78.005-904 . Cuiabá-MT . Telefone: (65) 3645-4029
gabinetedoprefeito@cuiaba.mt.gov.br

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003900350053003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: VALDIR LEITE CARDOSO (ASSINATURA) EM 13/08/2024 16:09:25
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 0149C3B1

PROCESSO: SIGED 00000.0.017090/2024 / 00000.0.010476/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD

ASSUNTO: PROJETO DE LEI DA FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

DESPACHO

A
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Hellen Janayna Ferreira de Jesus

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal **Emanuel Pinheiro**, vimos devolver o processo supracitado, haja vista pedido por email da assessoria jurídica da SADHPD, para análise do Conselho, e na sequência enviar o processo a Secretária do Comitê de Eficiência de Gastos Públicos Sra Ellaine Cristina Ferreira Mendes, para deliberação a pedido da Secretaria Municipal de Planejamento no despacho anexado ao processo SIGED 017090/2024, no sentido de submeter a demanda aos membros do Comitê de Eficiência de Gastos Públicos.

Certo do pronto atendimento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

VALDIR LEITE CARDOSO
Secretário Municipal de Governo

Praça Alencastro, 158 . Centro . 7º andar
CEP: 78.005-904 . Cuiabá-MT . Telefone: (65) 3645-4029
gabinetedogoverno@cuiaba.mt.gov.br

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003900380036003A005000520041100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: VALDIR LEITE CARDOSO (ASSINATURA) EM 13/08/2024 16:44:38
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 05380E4C

Ofício nº 2902/ASSEJUR/SADHPD/2024.

Cuiabá, 14 de agosto de 2024.

A Senhora Presidente,
RUTH LEITE
Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

Referência: Ofício n.º 45/2024/GAB e Ofício n.º 46/2024/GAB. SIGED 00000.0.017090/2024.
Assunto: Projeto de Lei para implantação do serviço de acolhimento em família acolhedora.

Senhora Presidente,

Considerando o Ofício n.º 45/2024/GAB e o Ofício n.º 46/2024/GAB encaminhados a esta municipalidade requisitando a regulamentação da Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

Considerando a determinação da Juíza da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá, decorrente das tratativas realizadas com o Exmo. Prefeito Municipal de Cuiabá.

Considerando o artigo 101, inciso VII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar.

Considerando a necessidade de regulamentar a implantação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora no município de Cuiabá.

Considerando todo o exposto, vimos, por meio deste, encaminhar o presente processo para apreciação e aprovação deste Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS. Nessa oportunidade, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

HELLEN J. FERREIRA DE JESUS
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 14/08/2024 14:40:17
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 32450838

PREFEITURA DE Cuiabá

CMAS Conselho Municipal de Assistência Social Cuiabá - MT

OF. N° 140 / CMAS / 2024

Cuiabá MT, 03 de outubro de 2024.

À Excelentíssima Senhora
Hellen Janayna Ferreira de Jesus
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência.

ASSUNTO: Encaminha Resolução Conjunta.

Senhora Secretária,

Cumprimentando-a, servimo-nos do presente para em caminhar a Resolução Conjunta CMAS e CMDCA nº 1, de 03 de outubro de 2024, que aprova a Manifestação Conjunta referente à Minuta do Projeto de Lei que visa à criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

Sem mais para o momento e certa da atenção que V.S.ª dará ao assunto, renovo votos de estima e consideração, colocando-nos à disposição para dirimir qualquer dúvida pelo telefone (65) 3622-0196 e 9 8453-6825, e-mail: cmas@cuiaba.mt.gov.br

Atenciosamente,

Ruth Leite da Silva
Presidente do CMAS Cuiabá MT
Gestão 2024 - 2026

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 25 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 9258DE2E

PREFEITURA DE Cuiabá

CMAS Conselho Municipal de Assistência Social Cuiabá - MT

RESOLUÇÃO CONJUNTA CMAS E CMDCA Nº 1 DE 03 DE OUTUBRO DE 2024.

Dispõe sobre a aprovação da Manifestação Conjunta referente à Minuta do Projeto de Lei que visa à criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS, no uso das competências que lhe confere a Lei n° 8.742, de 07 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), alterada pela Lei n° 12.345, de 06 de Julho de 2011 e a Lei nº 5.793, de 21 de março de 2014, que reestrutura o Conselho Municipal de Assistência Social de Cuiabá - MT, alterada pela Lei n° 6.348, de 22 de janeiro de 2019, e o **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CMDCA)**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), da Lei Municipal n° 6.004/2015 e do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n°. 1.192/2022/CMDCA,

CONSIDERANDO que Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, em seu art. 98, estabelece as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, estabelece que a assistência social tem por objetivo a proteção à família, à maternidade e à infância;

CONSIDERANDO a Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, que aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes;

CONSIDERANDO a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais;

CONSIDERANDO a Política Nacional de Assistência Social - PNAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 145, de 15 de outubro de 2004, que dispõe sobre as diretrizes e princípios para a implantação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social - NOB-RH/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 269, de 13 de dezembro de 2006 e suas atualizações;

CONSIDERANDO a Norma Operacional Básica do Sistema Único da Assistência Social - NOB/SUAS, aprovada pela Resolução CNAS nº 33, de 12 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO o Of. n° 2902/ASSEJUR/SADHPD/2024 que encaminha o Projeto de Lei para implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

CONSIDERANDO o Of. n° 192/2024/CMDCA que trata da manifestação referente Implantação de Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

CONSIDERANDO o CI nº 178/CC/SADHPD/2024 que trata do Parecer Jurídico nº 015/CC/SADHPD/2024, referente à análise do Projeto de Lei sobre a implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 13.709, de 14 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 9258DE2E

CONSIDERANDO que a reunião dos conselhos realizada no dia 03 de outubro de 2024, registrada à Ata n° 292.

RESOLVE:

Art. 1° Aprovar a Manifestação Conjunta referente à Minuta do Projeto de Lei que visa à criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá, na forma dos anexos que integram esta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Cuiabá MT, 03 de outubro de 2024.

Ruth Leite da Silva
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social
Gestão 2024-2026

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA: 92896839100

Cristiane Almeida da Silva
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Gestão 2023-2025

ANEXO I

RESOLUÇÃO CONJUNTA CMAS E CMDCA Nº 1 DE 03 DE OUTUBRO DE 2024.

MANIFESTAÇÃO CONJUNTA Nº 01/CMAS/CMDCA/2024

Processo: Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá.
SIGED 00000.0.017090/2024

Assunto: Manifestação para modificação e de recomendação referente ao processo de implantação e implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

I- Manifestação para Modificações.

Art. 1º. O artigo 1º da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente."

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 13.019, de 31 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 9258DE2E

Art. 2º. O artigo 5º da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade."

Art. 3º. O artigo 6º da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 6º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá, em medida de proteção por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sempre com determinação judicial."

Art. 4º. O artigo 7º da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 7º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é feito por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento."

Art. 5º. O parágrafo 1º do artigo 16 da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 16 [...]
>
> [...]
>
> § 1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação de cada criança e adolescente apontando:
>
> I. possibilidades de reintegração familiar;
>
> II. necessidade de aplicação de novas medidas; ou
>
> III. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção."

Art. 6º. O inciso X do artigo 19 do Projeto da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá, passa a vigorar com a seguinte alteração:

> "Art. 19 [...]

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 9258DE2E

[...]

X – participação de todos os membros do núcleo familiar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecimento às reuniões e adesão às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar."

Art. 7º. Fica o artigo 20 do Projeto da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá, acrescentado com o seguinte parágrafo único:

"Art. 20 [...]

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos."

Art. 8º. Fica o artigo 25 do Projeto da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá, acrescentado com o seguinte parágrafo único:

"Art. 25 [...]

Parágrafo único A preparação e acompanhamento psicossocial da criança/adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes."

Art. 9º. O parágrafo 8º do artigo 27 do Projeto da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 27 [...]

[...]

§8º "O valor da bolsa-auxílio será de 01(um) salário mínimo vigente para cada criança/adolescente acolhido, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses."

[...]

Art. 10. Fica revogado o parágrafo 9º do artigo 27 do Projeto da Minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

II- Manifestação de recomendação.

I. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) defina no orçamento municipal os recursos necessários,

bem como sua origem, que serão utilizados na implantação e execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

II. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) envide esforços, junto ao Governo Federal e Estadual a pactuação de recursos para a execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, considerando que se trata de um serviço que compõe o Sistema Único de Assistência Social e tem sua operacionalização prevista na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

III. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) garanta profissionais capacitados para a coordenação, a equipe técnica e para os profissionais de apoio, responsáveis por sistematizar, regular e organizar as ações do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município.

IV. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) mantenha uma proposta de formação continuada e supervisão técnica para equipe do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município.

V. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) envide esforços junto ao Sistema e Garantia de Direitos a pactuação para facilitar sua articulação entre a rede socioassistencial e as demais políticas públicas de Saúde, Educação, Trabalho, entre outras para a realização do trabalho intersetorial e articulado, definindo competências e fluxos de atendimento.

VI. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) envide esforços junto ao Sistema e Garantia de Direitos a pactuação para sobre fluxo e procedimentos de encaminhamentos de criança e adolescentes para o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no município.

VII. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) defina uma sede, com espaço e infraestrutura necessários para o desenvolvimento das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

VIII. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) elabore um plano para mobilização, seleção e preparação das famílias interessadas a se cadastrarem no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, definindo:

1. Quantas famílias serão cadastradas e qual a meta de cadastramento das famílias?
2. Quem irá definir o perfil da criança ou adolescente para acolhimento é da instituição ou da família?
3. Quem dará parecer se as famílias estão aptas para receber as crianças e os adolescentes?
4. As famílias passarão por capacitação, suporte e por acompanhamento durante a permanência da criança ou adolescente no seio da família?

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 9258DE2E

IX. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) realize uma estudo referente ao valor do bolsa-auxílio ser suficiente a cobrir as despesas/gastos com as crianças e adolescentes.

X. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) tenha definido as responsabilidades das famílias cadastradas no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em relação às necessidades das crianças e adolescentes, referente à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, entre outros.

XI. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) tenha definido as responsabilidades do Município em relação à execução do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

XII. Que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência (SADHPD) certifique-se sobre eventual conflito legal, entre o previsto na proposta de lei em relação à utilização do recurso do FIA e a Lei Municipal 6.004/2015.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 9258DE2E

Ofício nº 3725/ASSEJUR/SADHPD/2024.

Cuiabá, 21 de outubro de 2024.

Ao Senhor Procurador-Geral,
BENEDITO MIGUEL CALIX FILHO
Procuradoria Geral do Município – PGM

Assunto: Projeto de Lei - Implantação do Serviço de Acolhimento Familiar.

Referência: Ofício nº 140/CMAS/2024 – Resolução CMAS e CMDCA nº 1/2024.

Senhor Procurador-Geral,

Com nossos cumprimentos cordiais, vimos, por meio deste**, solicitar parecer jurídico** que possa contribuir para o esclarecimento do questionamento feito pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente **sobre possível conflito de legalidade quanto à utilização do FIA/FMDCA no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e a Lei Municipal nº 6.004/2015**.

Trata-se de processo administrativo referente ao Projeto de Lei de implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, que tem a finalidade de cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, conforme disposto no Ofício n.º 46/2024/GAB.

O projeto de lei foi elaborado e encaminhado para o Conselho Municipal de Assistência Social apresentar manifestação. Em resposta, recebemos a Manifestação Conjunta nº 1/CMAS/CMDCA/2024, na qual constam orientação de modificações no texto do projeto de lei, bem como recomendações para que sejam esclarecidas algumas questões relacionadas ao tema da minuta de lei.

Entre os questionamentos apresentados pelos Conselhos, foi recomendada análise sobre eventual conflito legal entre o previsto na proposta de lei em relação à utilização do recurso FIA/FMDCA e a Lei Municipal nº 6.004/2015 (recomendação XII).

Analisando a Lei Municipal nº 6.004/2015, podemos citar os seguintes artigos que dispõem sobre o FIA/FMDCA:

> ***Art. 39.*** *Constará, obrigatoriamente, na Lei Orçamentária Municipal a previsão dos recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Tutelar, inclusive para:*
>
> *[...]*
>
> ***§ 3º*** *É vedado o uso de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Cuiabá - FMDCA para qualquer dos fins previstos*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

neste artigo, exceto para a formação e qualificação funcional dos Conselheiros Tutelares.

[...]

Art. 126. *O FMDCA tem por objetivo facilitar a captação, o repasse e as aplicações dos recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento à criança e ao adolescente, segundo as deliberações do CMDCA, ao qual está vinculado.*

§ 2º *Os recursos deste Fundo poderão se destinar a pesquisa e estudos relacionados à situação da Infância e da Adolescência no Município, bem como à capacitação dos membros do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.*

[...]

Art. 136 *É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Direitos - CMDCA.*

Parágrafo único. *Além das condições estabelecidas no caput deste artigo, é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA:*

I *- sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;*

II *- para pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;*

III *- para manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;*

IV *- para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e*

V *- para investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.*

Art. 137. *O financiamento de projetos pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

> ***Art. 140.*** *Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais, deverão estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.*

Em pesquisa, encontramos o blog família acolhedora (https://familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar/), que dispõe em seu caderno 2 sobre o FIA/FMDCA, o qual menciona o artigo 15, inciso II da Resolução CONANDA nº 137/2010, vejamos:

> ***Art. 15.*** *A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:*
>
> *[...]*
>
> ***II -*** *acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;*

Com efeito, esse é o entendimento contido no o blog família acolhedora (https://familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar/):

> *"Cabe ressaltar que o SFA se enquadra perfeitamente no disposto nas normativas que regulamentam a utilização dos recursos do FIA, pois o acolhimento familiar é realizado justamente sob a forma de guarda da criança ou adolescente.*
>
> *Desse modo, mesmo que em caráter complementar, os recursos do FIA, de todos os níveis da federação, podem e devem ser direcionados ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.*
>
> *Ainda que tenha caráter continuado, o SFA necessita de recursos financeiros para sua implantação, implementação, divulgação, adequação e, especialmente, qualificação, que podem ser obtidos por meio da utilização de recursos dos FIA, observados parâmetros e finalidades para sua utilização, conforme previsto na Resolução CONANDA n.º 137/2010.*
>
> *É importante atentar que os referidos recursos não devem ser a única base para a manutenção de serviços continuados, pois são recursos complementares para as*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

políticas públicas, mas podem e devem ser utilizados para apoiar a implementação, qualificar e aprimorar a oferta do SFA."[1]

A Resolução CONANDA nº 137/2010 também estabelece vedações à utilização dos recursos do FIA/FMDCA em seu art. 16, conforme disposto abaixo:

> ***Art. 16.*** *Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.*
>
> ***§ 1º*** *Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:*
>
> ***I*** *- a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;*
>
> ***II*** *- pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;*
>
> ***III*** *- manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;*
>
> ***IV*** *- o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e*
>
> ***V*** *- investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.*

Considerando a importância do tema tratado no projeto de lei em andamento.

Considerando que o Conselho Municipal de Assistência Social e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente recomendaram a análise de eventual conflito de legalidade sobre a utilização do recurso FIA no SFA e as disposições da Lei Municipal nº 6.004/2015, vimos, por meio deste, solicitar parecer jurídico que possa contribuir para o esclarecimento da questão. Nessa oportunidade, agradecemos e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

HELLEN J. FERREIRA DE JESUS

Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD

[1] Guia de acolhimento familiar [livro eletrônico] / organização Adriana Pinheiro, Ana Angélica Campelo, Jane Valente. -- São Paulo: Instituto Fazendo História, 2022. PDF. Vários colaboradores. Bibliografia. ISBN 978-65-994428-1-0.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

CUIABÁ
PREFEITURA

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

De acordo com o art. 1º da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tais serviços são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento familiar está compreendido no Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, sendo uma das espécies dos serviços enquadrados nesse nível de complexidade.

Nesse contexto, o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que será instituído destinar-se-á à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando o artigo 101, inciso VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar

Considerando todo o exposto, estamos encaminhando o presente projeto de lei, a fim de cumprir a solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

MINUTA DE LEI Nº _____ DE _____ DE _____ DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinada pela autoridade competente.

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

IV - Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

CAPÍTULO

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá, em medida de proteção por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sempre com determinação judicial. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é feito por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – Bolsa- Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);
g) Data de nascimento;
h) Número da medida de proteção;
i) Período de acolhimento;
j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;
k) Valor a ser pago.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 10.[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 10.[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação de cada criança e adolescente apontando:

I – possibilidade de reintegração familiar;

II – necessidade de aplicação de novas medidas; ou

III – quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;
II – ser residente no Município há um ano;
III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;
IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;
V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;
VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;
VII – comprovar renda familiar;
VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;
IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

X – participação de todos os membros do núcleo familiar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecimento às reuniões e adesão às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora.

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;
II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;
III – comprovante de residência;
IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;
V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;
VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);
VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;
II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras um bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;
II – pessoas que convivem com o HIV;
III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);
IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;
V – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§8º O valor da bolsa-auxílio será regulamentado por meio de Decreto, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

§8º O valor do bolsa-auxílio será de 01 (um) salário mínimo vigente para cada criança ou adolescente acolhido, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos 12 (doze) meses. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

§9º O disposto no §8º deste artigo será regulamentado dentro de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.”

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2024.

EMANUEL PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 22/10/2024 11:38:46
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8400D5F8

PGM
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DESPACHO DE TRAMITAÇÃO
PROCESSO Nº 00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)

Origem

Unidade Gestora:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Departamento:	GABINETE PROCURADOR GERAL
Data:	22/10/2024 14:38:57

Destino

Unidade Gestora:	PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
Departamento:	PROCURADORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVOS
Aos cuidados de:	

Despacho

Motivo: ANÁLISE E PARECER

Despacho: I – Recebido.
II – Vistos, etc...
III – Encaminho os autos à Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos - PAAL, para análise e parecer.

(assinado digitalmente)
Cristiane Alves de Carvalho
Assessoria de Gabinete
Procuradoria-Geral do Município

CRISTIANE CARVALHO
ASSESSORA

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CRISTIANE CARVALHO (ASSINATURA) EM 22/10/2024 14:41:00
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 18506708

CUIABÁ
PREFEITURA

PARECER JURÍDICO N. 549/GAB/PAAL/PGM/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 00.017090/2024
INTERESSADA: SECRETARIA MUNICIPAL GOVERNO
ASSUNTO: "PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Versam os presentes autos de processo administrativo, encaminhado a esta Especializada por intermédio da Secretaria Municipal de Governo, onde requer a análise da minuta de Projeto de Lei que: "**Dispõe sobre a criação do serviço de Acolhimento em família acolhedora no município de Cuiabá e dá outras providências".**

Oportunamente se torna dizer que a presente manifestação tem por referência apenas os elementos constantes dos autos do processo administrativo epigrafado e que, na forma disposta no art. 3º da Lei Complementar n. 208, de 16 de junho de 2010, compete a este órgão de execução da Procuradoria-Geral do Município prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, qual seja o texto do projeto de lei aprovado pela Câmara Municipal, não adentrando na análise da conveniência e da oportunidade da prática de atos administrativos, nem em aspectos de natureza técnico-administrativa.

É de bom alvitre consignar também que a Administração Pública obedece aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, entre outros, consoante dispõe a Constituição da República em seu Art. 37, *caput*, a seguir transcrito:

> *"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios* ***de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência*** *e, também, ao seguinte:* (Redação dada pela

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.043, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

Emenda Constitucional n. 19, de 1998) (Original sem grifos)."

Assim, temos que em função do princípio da legalidade está o administrador adstrito ao expresso texto da lei na condução dos atos administrativos, dando-lhe fiel e incondicional cumprimento, como, assevera Hely Lopes Meirelles:

> ***"O administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e as exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso".***

O processo em questão visa a análise da nova minuta sobre a criação do serviço de acolhimento em família acolhedora no Município de Cuiabá e dá outras providências.

É de bom alvitre consignar que o processo em questão já teve analise do oficio n° 1888/ASSEJUR/SADHPD/2024, na qual a secretaria municipal de assistência social, direitos humanos e da pessoa com deficiência, anexou o projeto de lei sobre a família acolhedora, sob Parecer Jurídico n° 259/GAB/PAAL/PGM/2024.

Podemos ressaltar que após o parecer desta especializada a secretaria municipal de governo encaminhou o processo para manifestação sobre possível impacto financeiro para secretaria de assistência, após sendo encaminhado para Secretaria de Planejamento.

Assim anexado a manifestação técnica n° 011/GAB-SEC/SADHPD/2024, na qual visa a elaboração, na qual pontuou sobre o despende de orçamento para a realização do projeto de lei, não obstante, teremos também o trabalho humano de profissionais mínimos para realização do serviço.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.835, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

Ao passo preconiza para a realização das atividades, temos a juntada da comunicação interna n° 235/2024, na qual informa a dotação orçamentária para compor o Projeto De Lei documento essencial para abastecer a viabilidade para possível encaminhamento à Câmara Municipal.

Ainda temos a resolução conjunta CMAS e CMDCA n° 1° de 03 de outubro de 2024, que dispõe sobre a aprovação da Manifestação Conjunta referente à minuta do Projeto de Lei que visa à criação do serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

Após breve síntese dos autos passo a analisar a fase final do presente projeto de lei, na qual vem a prever gastos com o programa, sob o prisma da lei de responsabilidade fiscal, juntamente com a lei de diretrizes orçamentarias

Durante o período eleitoral, há uma vedação expressa à criação de programas sociais ou qualquer ação governamental que implique criação de despesas que não estejam previamente previstas no orçamento. Essa restrição visa evitar o uso da máquina pública para influenciar o comportamento dos eleitores de forma indevida, ou seja, para manipular a opinião pública em benefício de candidaturas ou interesses eleitorais.

Podemos ressaltar que como é de amplo conhecimento, estamos em curso ano eleitoral. Desse modo, não se pode deixar de observar as condutas vedadas aos agentes públicos previstas na Lei n° 9.504/1997 (Lei das Eleições), a considerar a existência de proposta legislativa que abarca a reestruturação da carreira de servidores públicos, no caso, da classe médica

Proibição de criação de programas ou aumento de despesas: Durante os últimos três meses que antecedem as eleições, é proibido ao **poder público criar, expandir** ou **iniciar programas sociais** ou ações governamentais que impliquem aumento de despesas para o governo, salvo em casos de emergência ou de urgência

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 13.675, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

pública. A ideia é evitar que o governo, com vistas às eleições, crie programas que gerem uma sensação de benefício imediato para eleitores.

Vale ressaltar que existem exceções previstas, como no caso de programas de caráter continuado ou ações já iniciadas, mas o ponto central é que novos programas sociais ou projetos com impacto financeiro não podem ser lançados sem previsão orçamentária ou fora do plano estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Impedimento de propaganda institucional: A vedação também se estende à propaganda institucional, que não pode ser realizada nos três meses anteriores à eleição, salvo em situações excepcionais, como campanhas de emergência (exemplo: campanhas de saúde pública).

A vedação trazida pela lei vem em razão por de evitar que gestores públicos utilizem recursos públicos para realizar obras ou implementar programas sociais com o objetivo de atrair votos ou criar uma imagem positiva do governo nos eleitores, especialmente quando as despesas não estão previstas no orçamento.

Nesse compasso o governo crie novos programas que impliquem gastos públicos expressivos durante a campanha eleitoral, a legislação busca garantir que a escolha dos eleitores seja feita de forma mais justa, sem influência indevida de recursos públicos.

O descumprimento a essas vedações, ele pode ser punido por abuso de poder político ou econômico. As consequências podem incluir multa, cassação de registro de candidatura ou anulação de votos, além de outras sanções previstas na legislação eleitoral e na Lei de Responsabilidade Fiscal.

A LC n.º 101/2.000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, assim, dispõe:

> ***Art. 1.º Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição.***

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 614, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

§ 1.º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

A Lei de Responsabilidade Fiscal considera não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público a geração de despesa que não atenda aos comandos dos artigos **15**, **16** e **17** da LC n.º 101/2000, senão vejamos:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos arts. 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subseqüentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1.º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.053, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.

§ 2.º A estimativa de que trata o inciso I do caput será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.

§ 3.º Ressalva-se do disposto neste artigo a despesa considerada irrelevante, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4.º As normas do caput constituem condição prévia para:

I - empenho e licitação de serviços, fornecimento de bens ou execução de obras;

II - desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3º do art. 182 da Constituição.

Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1.º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.

§ 2.º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

§ 3.º Para efeito do § 2º, considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

§ 4.º A comprovação referida no § 2º, apresentada pelo proponente, conterá as premissas e metodologia de cálculo utilizadas, sem prejuízo do exame de compatibilidade da despesa com as demais normas do plano plurianual e da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 5.º A despesa de que trata este artigo não será executada antes da implementação das medidas referidas no § 2º, as quais integrarão o instrumento que a criar ou aumentar.

§ 6.º O disposto no § 1º não se aplica às despesas destinadas ao serviço da dívida nem ao reajustamento de remuneração de pessoal de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição.

§ 7.º Considera-se aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado.

Portanto, durante o período eleitoral, o governo deve agir com cautela, evitando a criação de programas sociais ou ações que possam gerar despesas não previstas no orçamento, a fim de garantir que o processo eleitoral se mantenha livre de influências externas indevidas.

A lei de eleições visa instituir normas para as eleições estabelecendo as diretrizes a serem seguidas no processo eleitoral, tendo por finalidade a isonomia de candidatos e eleitores.

Corroborando desse entendimento, é seguinte jurisprudência eleitoral[1]:

> RECURSO ESPECIAL ELEITORAL. ELEIÇÕES 2012. PREFEITO. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO JUDICIAL ELEITORAL. **CONDUTA VEDADA. ART. 73, § 10, DA LEI 9.504/97. DISTRIBUIÇÃO DE BENS. TABLETS. PROGRAMA ASSISTENCIALISTA. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONTINUIDADE DE POLÍTICA PÚBLICA.** ABUSO DE PODER POLÍTICO. DESVIO DE FINALIDADE. BENEFÍCIO ELEITORAL. NÃO COMPROVAÇÃO.

[1] REspe nº 39306, de 10.5.2016

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

> REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. DESPROVIMENTO. 1. Na espécie, a distribuição de tablets aos alunos da rede pública de ensino do Município de Vitória do Xingu/PA, por meio do denominado programa "escola digital", **não configurou a conduta vedada do art. 73, § 10, da Lei 9.504/97 pelos seguintes motivos: a) não se tratou de programa assistencialista, mas de implemento de política pública educacional que já vinha sendo executada desde o ano anterior ao pleito. Precedentes. [...]**

Informa-se que a continuidade (ou mesmo a intensificação) da prestação dos serviços públicos essenciais durante o ano eleitoral não pode ser considerada distribuição de benefícios pela Administração Pública. Outrossim, deverá levar em consideração as necessidades da população local, no tocante à prestação desse tipo de serviço.

Pois bem. A regra geral de vedação comporta exceções. Em ano eleitoral, é possível a distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios, nas seguintes hipóteses:

a) calamidade pública;

b) estado de emergência; ou

c) programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior.

Além disso, os programas sociais autorizados em lei e já em execução orçamentária no exercício anterior não poderão ser executados por entidade nominalmente vinculada a candidato ou por esse mantida, considerando o art. 73, § 11, da Lei Federal nº 9.504/97.

Por fim, informa-se que a conduta que vedada pelo art. 73, § 10, da Lei Federal nº 9.504/97 configura-se com a mera prática dos atos, sendo desnecessário verificar a potencialidade lesiva.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.835 de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

Ademais, as disposições da Lei Orgânica do Município determinam nessa vertente, reproduzindo as disposições da CRBF e CEMT, *ipsis litteris*:

> ***Art. 27*** *São de* ***iniciativa exclusiva*** *do Prefeito as leis que disponham sobre:*
> ***I –*** *criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na Administração Direta, autárquica e fundacional e sua remuneração;*
> ***II –*** *servidores públicos, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;*
> ***III –*** *criação e extinção de Secretarias e órgãos da Administração Pública;*
> ***IV – matéria orçamentária e a que autorize abertura de crédito ou conceda auxílio, prêmios e subvenções.***
>
> ***Parágrafo único.*** *Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de* ***iniciativa exclusiva*** *do Prefeito Municipal.* (Original sem grifos)

Neste diapasão temos o art. 100 da Lei orgânica municipal que versa sobre a iniciativa exclusiva do Prefeito Municipal:

> ***Art. 100 Leis de iniciativa exclusiva do Poder Executivo estabelecerão:***
>
> ***I - o Plano Plurianual;***
>
> ***II - as Diretrizes Orçamentárias;***
>
> ***III - os Orçamentos Anuais;***
>
> ***§ 1º O Plano Plurianual compreenderá:***

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.613, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

> ***I - diretrizes, objetivos e metas para as ações municipais de execução plurianual;***
>
> ***II - investimentos de execução plurianual;***
>
> ***III - gastos com a execução de programas de duração continuada.***
> **(Original sem grifos)**

Insta destacar, ainda, demais disposições da LOM a respeito de vedações atinentes às iniciativas de lei e execuções de políticas públicas, *in verbis*: ***Art. 106 São vedados**: I - o **início de programas ou projetos** não incluídos na Lei Orçamentária Anual; [...]* (Original sem grifos).

A título de referência, a relevância sobre o dever de se preservar a reserva de competência do Chefe do Executivo é tamanha que o Regimento Interno da Câmara Municipal de Cuiabá (Resolução n.º 008 de 15 de dezembro de 2016) dispõe restrições similares às emendas a projetos de Lei, nestes termos:

> ***Art. 166.** O Presidente da Câmara **não receberá emenda**:*
> *I – que aumente de qualquer forma as despesas ou o número de cargos previstos em Projeto referente ao Poder Legislativo; e*
> *II – que **crie despesa** ou **aumente** a prevista nos **Projetos de iniciativa exclusiva** do Poder **Executivo**.* (Original sem grifos)

Desta feita, reconhecemos, por cautela, que a presente intenção aguarde o fim do período proibitivo eleitoral (encerrando-se com a posse dos eleitos), para somente após ser concretizado o prosseguimento da matéria legislativa.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.015, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

Assim, diante da justificativa contida no OFÍCIO Nº 3725/ASSEJUR/SADHPD/2024, a edição de espécie normativa que "**Dispõe sobre a criação do serviço de Acolhimento em família acolhedora no município de Cuiabá e dá outras providências".**

Remetam-se os autos à Secretaria Municipal de Governo, para ciência e providências pertinentes.

Cuiabá/MT, 08 de novembro de 2.024.

SONIA CRISTINA MANGONI DE OLIVEIRA LELIS
PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DE ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E LEGISLATIVO (PAAL)
OAB/MT N.º 3.942

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 6.336, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 089144AA

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Comarca de Cuiabá
1ª Vara Especializada da Infância e Juventude

Ofício nº 158/2024/GAB

Cuiabá/MT, 29 de outubro de 2024

Ref.: Lei da Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

Senhora Procuradora,

Ao cumprimentá-la, informo que em atenção as alterações feitas pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente à minuta do projeto de lei que dispõe sobre a criação do serviço de acolhimento em família acolhedora no Município de Cuiabá, apresento abaixo as seguintes considerações:

Nos artigos 1º e 5º, a exclusão de jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade como beneficiários da medida protetiva de acolhimento familiar não está em sintonia com os princípios norteadores do ECA, especialmente o Princípio da Proteção Integral, na medida em que deixa de considerar os interesses de pessoas contempladas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, notadamente porque as medidas de proteção, inclusive a colocação em programa de acolhimento familiar (art. 101, VIII, do ECA), podem ser aplicadas excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade, nos termos do parágrafo único do art. 2º do ECA. Por outro lado, a inclusão de jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade no serviço de acolhimento familiar representa inclusive vantagem econômica ao erário municipal, já que no Município de Cuiabá não existe república para o acolhimento de jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade em situação de risco e/ou vulnerabilidade.

No art. 6º, a alteração promovida contraria expressamente o art. 98 do ECA, o qual dispõe que as medidas de proteção à criança e ao adolescente – inclusive a colocação em programa de acolhimento familiar – são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem *ameaçados ou violados*, não sendo necessária a existência de motivo de abandono ou efetiva violação de direitos para a colocação em programa de acolhimento familiar. Ademais, para a aplicação da referida medida de proteção, não é necessário que as famílias ou responsáveis se encontrem *temporariamente* impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, pois, muitas vezes, a impossibilidade implacavelmente se mostra permanente.

No art. 7º, a alteração promovida é desnecessária e não representa nenhuma vantagem prática, tendo em vista que o termo de guarda provisória é expedido pelo juízo da infância e juventude, como efeito automático da decisão que aplica a medida de proteção, não cabendo ao Serviço de Acolhimento sua prévia solicitação.

Gleide Bispo Santos
Juíza de Direito

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 08925CC7

Estado de Mato Grosso
Poder Judiciário
Comarca de Cuiabá
1ª Vara Especializada da Infância e Juventude

Da mesma forma, no § 1º do art. 16, a inserção dos incisos é desnecessária, uma vez que a redação original do § 1º contempla de forma suficiente e satisfatória a questão.

No inc. X do art. 19, a inclusão de todos os membros do núcleo familiar nas capacitações inviabiliza o serviço de acolhimento familiar, sobretudo porque não se mostra razoável que os filhos das pessoas habilitadas ao serviço e a família extensa (tios e avós) sejam obrigados a participar das capacitações, já que caberá aos habilitados promover a conscientização da matéria aos seus filhos e familiares.

No parágrafo único do art. 20, a previsão incluída é inócua, pois o Termo de Adesão naturalmente deve ser assinado por casal que atender todos os requisitos para habilitação no serviço de acolhimento familiar.

No parágrafo único do art. 25, a alteração não faz referência, nem indica a fonte das "orientações técnicas: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes".

No § 8º do art. 27, não há necessidade de prever o índice do reajuste do valor do bolsa-auxílio, pois ao se considerar o salário-mínimo, o reajuste deve acompanhar as alterações promovidas pelo Governo Federal. Em tempo, sugere-se a seguinte redação ao § 8º do art. 27: "O valor do bolsa-auxílio será de 01 (um) salário mínimo vigente e mensal para cada criança ou adolescente acolhido".

Atenciosamente,

Gleide Bispo Santos
Juíza de Direito

Ilma. Senhora
Sônia Cristina Mangoni de Oliveira Lelis
Procuradora do Município de Cuiabá
NESTA.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 08925CC7

PROCESSO: 0.017090/2024

INTERESSADO: PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ.

ASSUNTO: IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMILIA ACOLHEDORA

DESPACHO

À SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
SR(A). HELLEN JANAYNA FERREIRA

Ao cumprimentá-lo cordialmente, reportamos à Vª. Sª. para encaminhar o **PROCESSO N º 0.017090/2024** para conhecimento e providências que o caso requer.

Solicitamos à V.S.ª o retorno a este Gabinete com as informações das medidas adotadas e resposta da notificação em um prazo máximo de **05 (cinco) dias**, para que possamos responder ao solicitante.

Colocando-nos a vossa disposição para prestarmos outros esclarecimentos se necessários, ao mesmo tempo em que apresentamos nossos cordiais saudações.

Cuiabá, 6 de dezembro de 2024.

VALDIR LEITE CARDOSO
Secretário Municipal de Governo

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: VALDIR LEITE CARDOSO (ASSINATURA) EM 06/12/2024 17:48:27
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 15822E37

Ofício nº 4337/ASSEJUR/SADHPD/2024.

Cuiabá, 10 de dezembro de 2024.

A Senhora Presidente,
CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Assunto: Projeto de Lei - Implantação do Serviço de Acolhimento Familiar.
Referência: Resolução CMAS e CMDCA nº 1/2024. Ofício nº 158/2024/GAB.

Senhora Presidente,

Com nossos cumprimentos cordiais, em atenção ao item XII da manifestação de recomendação contida na Resolução CMAS e CMDCA n.º 1/2024, informamos que não encontramos conflito legal quanto à utilização do FIA/FMDCA no servido de acolhimento familiar, entretanto **a fim de cumprir o disposto no parágrafo único do artigo 136 da Lei Municipal nº 6.004/2015**, vimos, por meio deste, encaminhar o presente projeto de lei para deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente acerca da utilização do recurso do FIA no serviços de acolhimento familiar.

Outrossim, informamos que a Exma. Juíza da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude apresentou manifestação acerca das recomendações de alteração do texto do projeto de lei contidas na Resolução CMAS e CMDCA nº 1/2024, conforme consta no Ofício 158/2024/GAB. Sendo assim, também solicitamos análise e manifestação acerca das considerações apresentadas pela Juíza da 1ª Vara Esp. da Infância e Juventude.

É o resumo.

Quanto à utilização do FMDCA, verifica-se que a previsão de utilização do FIA está no artigo 8º do projeto de lei com a seguinte redação:

> ***"Art. 8º** O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, **podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA** e de parcerias com o Estado e a União."*

Analisando a Lei Municipal nº 6.004/2015, encontramos os seguintes artigos que dispõem sobre o FIA/FMDCA:

> ***Art. 136** É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu,*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei, mediante deliberação por maioria absoluta dos membros do Conselho Municipal de Direitos - CMDCA.

Parágrafo único. *Além das condições estabelecidas no caput deste artigo, é* ***vedada ainda a utilização dos recursos*** *do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente -* ***FMDCA****:*

I - sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

[*...]*

IV - *para o financiamento das políticas públicas sociais básicas,* ***em caráter continuado****, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislaçãopertinente;*

[*...]*

Art. 137. *O financiamento de projetos pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA condiciona-se à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.*

Em pesquisa, encontramos, ainda, o blog família acolhedora (https://familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar/), que dispõe em seu caderno 2 sobre o FIA/FMDCA, o qual menciona o artigo 15, inciso II da Resolução CONANDA nº 137/2010, vejamos:

Art. 15. *A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente,* ***deliberada pelo Conselho de Direitos****, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:*

[...]

II - *acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei n° 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;*

Nesse sentido, esse é o entendimento contido no blog família acolhedora (https://familiaacolhedora.org.br/formacao/guia-de-acolhimento-familiar/):

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

"Cabe ressaltar que o SFA se enquadra perfeitamente no disposto nas normativas que regulamentam a utilização dos recursos do FIA, pois o acolhimento familiar é realizado justamente sob a forma de guarda da criança ou adolescente.

Desse modo, ***mesmo que em caráter complementar, os recursos do FIA, de todos os níveis da federação, podem e devem ser direcionados ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.***

Ainda que tenha caráter continuado, o SFA necessita de recursos financeiros para sua implantação, implementação, divulgação, adequação e, especialmente, qualificação, que podem ser obtidos por meio da utilização de recursos dos FIA, observados parâmetros e finalidades para sua utilização, conforme previsto na Resolução CONANDA n.º 137/2010.

É importante atentar que os referidos recursos não devem ser a única base para a manutenção de serviços continuados, pois ***são recursos complementares para as políticas públicas, mas podem e devem ser utilizados para apoiar a implementação, qualificar e aprimorar a oferta do SFA****."*[1]

A Resolução CONANDA nº 137/2010 também estabelece vedações à utilização dos recursos do FIA/FMDCA em seu art. 16, conforme disposto abaixo:

Art. 16. *Deve ser vedada à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.*

§ 1º *Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:*

I *- a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;*

II *- pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;*

III *- manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;*

IV *- o financiamento das políticas públicas sociais básicas,* ***em caráter continuado****, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e*

[1] Guia de acolhimento familiar [livro eletrônico] / organização Adriana Pinheiro, Ana Angélica Campelo, Jane Valente. -- São Paulo: Instituto Fazendo História, 2022. PDF. Vários colaboradores. Bibliografia. ISBN 978-65-994428-1-0.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

V - *investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.*

Nesse contexto, conclui-se que a vedação prevista no artigo 136, parágrafo único, inciso IV, Lei Municipal nº 6.004/2015 está relacionada a políticas públicas básicas de caráter continuado que disponham de fundo específico. Logo, não se vislumbra conflito de legalidade na previsão do artigo 8º do projeto de lei, pois está expresso que o recurso do FIA pode ser usado de forma complementar. Além disso, a Manifestação nº 011/GAB-SEC/SADHPD/2024 esclarece que o serviço de acolhimento familiar possui caráter provisório.

Considerando as disposições supramencionadas, com fundamento no artigo 136, parágrafo único, inciso I da Lei Municipal nº 6.004/2015, o qual prevê que o recurso do FIA não pode ser utilizado sem deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, solicitamos manifestação do respectivo Conselho sobre a possibilidade de se utilizar o FIA como recurso complementar no serviço de família acolhedora.

Ademais, informamos que fizemos alterações no projeto de lei de acordo com as considerações apresentadas pela Exma. Juíza da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude (Ofício 158/2024/GAB). Sendo assim, também solicitamos análise e manifestação acerca das considerações apresentadas pelo juízo da Vara Esp. da Infância e Juventude

Por fim, solicitamos o retorno a esta Secretaria Municipal o mais breve possível, pois temos um prazo de cinco dias para responder a Secretaria Municipal de Governo. Nessa oportunidade, agradecemos e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(assinatura digital)
HELLEN J. FERREIRA DE JESUS
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

CUIABÁ
PREFEITURA

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

De acordo com o art. 1º da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tais serviços são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento familiar está compreendido no Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, sendo uma das espécies dos serviços enquadrados nesse nível de complexidade.

Nesse contexto, o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que será instituído destinar-se-á à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando o artigo 101, inciso VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar

Considerando todo o exposto, estamos encaminhando o presente projeto de lei, a fim de cumprir a solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53

Lei nº 10.520, de 17 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

MINUTA DE LEI Nº _____ DE _____ DE _____ DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinada pela autoridade competente.

~~**Art. 1º** Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

IV - Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

CAPÍTULO

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 13/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

~~**Art. 5º** O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

~~**Art. 6º** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá, em medida de proteção por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sempre com determinação judicial. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

~~**Art. 7º** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é feito por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – Bolsa- Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS EM 13/12/2024 09:18:53
Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 12.346, de 28 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);
g) Data de nascimento;
h) Número da medida de proteção;
i) Período de acolhimento;
j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;
k) Valor a ser pago.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 10.[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 13/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

~~**§1º** Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação de cada criança e adolescente apontando:~~

~~I – possibilidade de reintegração familiar;~~

~~II – necessidade de aplicação de novas medidas; ou~~

~~III – quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;
II – ser residente no Município há um ano;
III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;
IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;
V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;
VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;
VII – comprovar renda familiar;
VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;
IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

~~**X –** participação de todos os membros do núcleo familiar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecimento às reuniões e adesão às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora.

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;
II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;
III – comprovante de residência;
IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;
V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;
VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);
VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;
II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 13/12/2024 09:18:53
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

~~**Parágrafo único.** A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras um bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 13/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;
II – pessoas que convivem com o HIV;
III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);
IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;
V – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

~~**§8º** O valor da bolsa-auxílio será regulamentado por meio de Decreto, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.~~

~~**§8º** O valor do bolsa-auxílio será de 01 (um) salário mínimo vigente para cada criança ou adolescente acolhido, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos 12 (doze) meses. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA).~~

§8º O valor do bolsa-auxílio será de 1 (um) salário mínimo vigente e mensal para cada criança ou adolescente acolhido. (Recomendação da 1ª Vara Esp. da Infância e Juventude)

§9º O disposto no §8º deste artigo será regulamentado dentro de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 12/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.”

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2024.

EMANUEL PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 13/12/2024 09:18:53
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 69439FF1

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá.

Ofício n. 285/2024/CMDCA Cuiabá/MT, 12 de dezembro de 2024

À Senhora
HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência de Cuiabá – SADHPD
Endereço: Av. Das Torres, nº 743 – Bairro Renascer, Cuiabá – MT

Assunto: Resposta ao Ofício no 4337/ASSEJUR/SADHPD/2024 - Projeto de Lei - Família Acolhedora.

Excelentíssima Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos por meio do presente informá-la que recepcionamos Ofício 4337/ASSEJUR/SADHP/2024- Projeto de Lei -Família Acolhedora, para análise e deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolesente.

Consta no respectivo documento, prazo de 05(cinco) dias para apresentarmos resposta. No entanto, considerando que reunião plenária do mês de dezembro de 2024 será realizada no dia 19/12/2024, informamos que após deliberação deste Conselho Municipal, encaminharemos a decisão do Conselho em relação ao Projeto de Lei - Família Acolhedora.

Sem mais, colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos e solicitações.

Atenciosamente,

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA: 92896839100

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Rua Major Gama, n.745, bairro Centro Sul - CEP 78.020-170 - Cuiabá – MT
Fone: (65) 3616-6738 e (65) 9.9207-2735– e-mail: cmdca.assistencia@cuiaba.mt.gov.br

Banco do Brasil – Agência: 3.834-2 – Conta: 30.300-3

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 12/12/2024 09:33:16
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 2625AD02

Ofício nº 4383/ASSEJUR/SADHPD/2024.

Cuiabá, 17 de dezembro de 2024.

A Senhora Presidente,
CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

Assunto: Projeto de Lei - Implantação do Serviço de Acolhimento Familiar.

Referência: Resolução CMAS e CMDCA nº 1/2024. Ofício nº 158/2024/GAB.

Senhora Presidente,

Com nossos cumprimentos cordiais, em atenção ao Ofício n.º 285/2024/CMDCA, por meio do qual o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente informa que a reunião plenária para deliberação do disposto neste processo ocorrerá em 19/12/2024, vimos devolver o processo para que seja anexada a resposta após a decisão.

Nessa oportunidade, agradecemos e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(assinatura digital)
HELLEN J. FERREIRA DE JESUS
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS, EM 17/12/2024 14:58:33
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 27947190

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá.

Ofício n. º 298/2024/CMDCA Cuiabá/MT, 23 de dezembro de 2024.

À Senhora
HELLEN JANAYNA FERREIRA DE JESUS
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD

Assunto: Resposta ao Ofício nº 4383/ASSEJUR/SADHPD/2024 - Projeto de Lei - Família Acolhedora

Excelentíssima Secretária,

Cumprimentando-a cordialmente, vimos, por meio deste, informar que recebemos o Ofício nº 4383/ASSEJUR/SADHP/2024, referente ao Projeto de Lei "Família Acolhedora", para devolutiva da decisão dos Conselheiros dos Direitos após a Reunião Plenária realizada no dia 19/12/2024.

Considerando que a assessoria jurídica deste Conselho está de licença médica, conforme informado pelo Ofício nº 291/2024/CMDCA, e tendo em vista que foi solicitada a indicação de um novo servidor, conforme apresentado no Ofício nº 292/2024/CMDCA, ambos já protocolados nesta Secretaria, solicitamos a prorrogação do prazo para a devolutiva, até que seja viável a nova indicação de apoio jurídico por esta Secretaria.

Contamos com a compreensão e colaboração de Vossa Senhoria e permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA: 92896839100

Assinado digitalmente por CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA:92896839100
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=15979750001184, OU=presencial, CN=CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA:92896839100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2024.12.23 10:47:27-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 11.2.2

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**

Rua Major Gama, n.731, bairro Centro Sul - CEP 78.020-170 - Cuiabá – MT
Fone: (65) 3616-6738 e (65) 9.9207-2735– e-mail: conselho.cmdca@cuiaba.mt.gov.br
Banco do Brasil – Agência: 3.834-2 – Conta: 30.300-3

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 23/12/2024 05:47:27
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 75592CC1

Ofício nº 4452/ASSEJUR/SADHPD/2024.

Cuiabá, 30 de dezembro de 2024.

Ao Senhor Secretário,
VALDIR LEITE CARDOSO
Secretaria Municipal de Governo - SMG

Assunto: Projeto de Lei – Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Cuiabá.

Referência: Ofício nº 158/2024/GAB. SIGED Nº 00000.0.017090/2024.

Senhor Secretário,

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a implantação do Serviço de Acolhimento Familiar que retornou a esta Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência para que fosse solicitada a manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão vinculado ao Sistema Único de Assistência Social, responsável por fiscalizar, controlar e deliberar sobre a Política de Assistência Social.

Em resposta, o CMAS encaminhou a Resolução Conjunta CMAS e CMDCA nº 1 de 03 de outubro de 2024 que aprovou a Manifestação Conjunta nº 01/CMAS/CMDCA/2024 propondo algumas alterações, as quais foram incluídas no projeto de lei.

No entanto, a Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude encaminhou o Ofício nº 158/2024/GAB por meio do qual apresentou manifestação sobre as alterações recomendadas pelos Conselhos Municipais (CMAS e CMDCA). Sendo assim, fizemos as alterações conforme manifestação da Excelentíssima Juíza de Direito.

Nessa perspectiva, solicitamos manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município sobre as alterações propostas pelos Conselhos Supracitados, a qual apresentou o Parecer Jurídico nº 093/PCP/PGM/2024 recomendando aguardar o fim do período proibitivo eleitoral que se encerra com a posse dos eleitos para posteriormente ser concretizado o prosseguimento do processo legislativo.

Considerando que o processo passou por todos os procedimentos possíveis, isto é, houve manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social em conjunto com o Conselho

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Procuradoria Geral do Município e da Excelentíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude.

Considerando que já consta no processo o estudo do impacto orçamentário (NUP 00000.9.063033/2024).

Considerando todo o exposto, vimos, por meio deste, encaminhar a minuta do projeto de lei com as alterações recomendadas pelo CMAS e CMDCA, bem como pela Exma. Juíza de Direito para as demais providências cabíveis. Nessa oportunidade, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

(assinatura digital)
CLAUSI APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSI APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

CUIABÁ
PREFEITURA

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

De acordo com o art. 1º da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tais serviços são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento familiar está compreendido no Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, sendo uma das espécies dos serviços enquadrados nesse nível de complexidade.

Nesse contexto, o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que será instituído destinar-se-á à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando o artigo 101, inciso VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar

Considerando todo o exposto, estamos encaminhando o presente projeto de lei, a fim de cumprir a solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024

Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

MINUTA DE LEI Nº _____ DE _____ DE _____ DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinada pela autoridade competente.

~~**Art. 1º** Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 10.098, de 18 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

IV - Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

CAPÍTULO

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

~~**Art. 5º** O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

~~**Art. 6º** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá, em medida de proteção por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sempre com determinação judicial. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

~~**Art. 7º** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é feito por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~

OBS.: Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA e de parcerias com o Estado e a União.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – Bolsa- Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024

Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);
g) Data de nascimento;
h) Número da medida de proteção;
i) Período de acolhimento;
j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;
k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 10.604, de 18 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

~~**§1º** Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação de cada criança e adolescente apontando:~~

~~I – possibilidade de reintegração familiar;~~

~~II – necessidade de aplicação de novas medidas; ou~~

~~III – quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente no Município há um ano;

III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII – comprovar renda familiar;

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

~~**X –** participação de todos os membros do núcleo familiar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecimento às reuniões e adesão às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora.

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;

II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

~~**Parágrafo único.** A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras um bolsa-auxílio mensal para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

V – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

~~**§8º** O valor da bolsa auxílio será regulamentado por meio de Decreto, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.~~

~~**§8º** O valor do bolsa auxílio será de 01 (um) salário mínimo vigente para cada criança ou adolescente acolhido, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos 12 (doze) meses. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA).~~

OBS.:-Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

§8º O valor do bolsa-auxílio será de 1 (um) salário mínimo vigente e mensal para cada criança ou adolescente acolhido. (Recomendação da 1ª Vara Esp. da Infância e Juventude)

§9º O disposto no §8º deste artigo será regulamentado dentro de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.”

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, _____ de _____ de 2024.

EMANUEL PINHEIRO
PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: CLAUSIA APARECIDA DE OLIVEIRA BARBOSA (ASSINATURA) EM 30/12/2024
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 73469A15

PROCESSO: 00000.0.0017090/2024

INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - SADHPD

ASSUNTO: PROJETO DE LEI – SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ

DESPACHO

A
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – SADHPD
Vânia Garcia Rosa

Por ordem do Senhor Prefeito Municipal Abilio Brunini, vimos encaminhar o processo supracitado, para aquiescência da nova secretária da pasta da secretaria, antes da assinatura do prefeito.

Certo do pronto atendimento, subscrevemo-nos.

Palácio Alencastro, em Cuiabá/MT 07 de janeiro de 2025.

Atenciosamente,

ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO
Secretário Municipal de Governo

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 5272879B

PREFEITURA MUNICIPAL
DE CUIABÁ

Ofício nº 686/ASSEJUR/SADHPD/2025. Cuiabá, 25 de fevereiro de 2025.

Ao Exmo. Senhor,
ANANIAS MARTINS DE SOUZA FILHO
Secretário Municipal de Governo

Assunto: Projeto de Lei – Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Cuiabá.
Referência: Ofício nº 158/2024/GAB
SIGED Nº 00000.0.017090/2024.

Senhor Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, utilizo-me do presente para, em atenção à vossa solicitação, dar ciência e manifestar a inviabilidade de implantação do Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora e devolver o presente processo para providenciar encaminhamento à Procuradoria Geral do Município para emissão de novo parecer jurídico acerca do tema.

Sendo estas as informações que tínhamos a apresentar, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinatura digital)
VANIA GARCIA ROSA
Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: VÂNIA GARCIA ROSA (ASSINATURA) EM 25/02/2025 13:44:49
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8682DA86

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Número do Processo:	00000.0.006021/2025 (VOLUME 1) - VS
Interessado:	CMDCA – CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Data de Abertura:	22/01/2025
Data do Volume:	22/01/2025 12:48:23
Assunto:	RESPOSTA AO OFÍCIO Nº 4383/ASSEJUR/SADHPD/2024 - PROJETO DE LEI - FAMÍLIA ACOLHEDORA - REF. PROCESSO 00000.0.017090/2024 (VOLUME 1)
Classificação Arquivística:	99.99.99 - NÃO INFORMADO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 243218C8

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá.

Ofício n. º 017/2025/CMDCA Cuiabá/MT, 22 de janeiro de 2025.

À Senhora
VÂNIA GARCIA ROSA
Secretária da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa Com Deficiência – SADHPD
Endereço: Av. Archimedes Pereira Lima, n. 1.000, Bairro Jardim Itália.

Assunto: Resposta ao Ofício nº 4383/ASSEJUR/SADHPD/2024 - Projeto de Lei - Família Acolhedora

Excelentíssima Secretária,

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente recepcionou ofício n. 4337/ASSEJUR/SADHPD/2024, no qual relata a inexistência de conflito legal quanto à utilização do FIA/FMDCA, no serviço de acolhimento familiar, e solicita o cumprimento do disposto no parágrafo único, do art. 136, da Lei Municipal n. 6.004/2015, para que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente delibere acerca da utilização do recurso do fundo da infância e adolescência (FIA) no serviço de acolhimento familiar.

O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é uma fonte de recursos financeiros que tem como objetivo financiar projetos, programas e políticas que promovam, protejam e defendam os direitos de crianças e adolescentes.

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é uma política pública que visa garantir os direitos das crianças e adolescentes, de caráter continuado. **Os Municípios, Estados e União são os responsáveis em conjunto pelo financiamento (cofinanciamento), das ações continuadas**, tanto, que a lei municipal Lei 6.004/2015 veda a utilização do recurso do FIA para tal fim.

Rua Major Gama, n.731, bairro Centro Sul - CEP 78.020-170 - Cuiabá – MT
Fone: (65) 3616-6738 e (65) 9.9207-2735– e-mail: conselho.cmdca@cuiaba.mt.gov.br
Banco do Brasil – Agência: 3.834-2 – Conta: 30.300-3

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 22/01/2025 08:41:25
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 24430E43

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá.

A Lei Municipal que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente (Lei 6004/2015), no art.136, parágrafo único, prevê a **vedação de utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente** (inciso I), e ainda, **a sua vedação para o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definido pela legislação pertinen**te (inciso IV).

No art. 8º, do Projeto de Lei de Implantação do Serviço de Acolhimento Familiar prevê que:

"Art. 8º**- O Serviço de Acolhimento Familiar contará com o Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência - FIA e de parcerias com o Estado e A União**."

E, considerando a necessidade de o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deliberar sobre a utilização do recurso do FIA (art. 136, § único, I, da Lei 6.004/2015), por meio de seus pares, em reunião plenária realizada no **dia 19 de dezembro de 2024**, concordou com a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de forma complementar, desde que seja alterada a redação de acordo com a redação abaixo sugerida.

Redação Sugerida:

"Art. 8º - O serviço de Acolhimento Familiar contará com recursos orçamentários e financeiros alocados da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cuiabá, mediante o cofinanciamento dos 3(três) entes federados, União, Estados e Municípios, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos do Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme preconiza o Art. 125, da Lei Municipal 6.004/2015. "

Desta feita, encaminhamos o presente à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com

Rua Major Gama, n.731, bairro Centro Sul - CEP 78.020-170 - Cuiabá – MT
Fone: (65) 3616-6738 e (65) 9.9207-2735– e-mail: conselho.cmdca@cuiaba.mt.gov.br
Banco do Brasil – Agência: 3.834-2 – Conta: 30.300-3

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 22/01/2025 08:41:25
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 24430E43

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cuiabá.

Deficiência para que, posteriormente seja encaminhado à Secretaria Municipal de Governo.

Nesta oportunidade, agradecemos e renovamos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA: 92896839100

Assinado digitalmente por CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA:92896839100
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=Videoconferencia, OU=presencial, CN=CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA:92896839100
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: sua localização de assinatura aqui
Data: 2025.01.22 13:41:25-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.3.0

CRISTIANE ALMEIDA DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – **CMDCA**

Rua Major Gama, n.731, bairro Centro Sul - CEP 78.020-170 - Cuiabá – MT
Fone: (65) 3616-6738 e (65) 9.9207-2735– e-mail: conselho.cmdca@cuiaba.mt.gov.br

Banco do Brasil – Agência: 3.834-2 – Conta: 30.300-3

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 22/01/2025 08:41:25
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 24430E43

CUIABÁ
PREFEITURA

OFÍCIO Nº 1215/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025 **Cuiabá, 31 de março de 2025.**

Ao Ilmo. Senhor,
LUIZ ANTONIO ARAÚJO JÚNIOR
Procurador-Geral do Município de Cuiabá

Assunto: Projeto de Lei – Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Cuiabá.
Referência: Ofício nº 158/2024/GAB.
SIGED Nº 00000.0.017090/2024.

Senhor Procurador-Geral,

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a implantação do Serviço de Acolhimento Familiar que retornou a esta Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência para que fosse solicitada a manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão vinculado ao Sistema Único de Assistência Social, responsável por fiscalizar, controlar e deliberar sobre a Política de Assistência Social.

Em resposta, o CMAS encaminhou a Resolução Conjunta CMAS e CMDCA nº 1 de 03 de outubro de 2024 que aprovou a Manifestação Conjunta nº 01/CMAS/CMDCA/2024 propondo algumas alterações, bem como o Ofício nº 017/2025/CMDCA, as quais foram incluídas no projeto de lei.

No entanto, a Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude encaminhou o Ofício nº 158/2024/GAB por meio do qual apresentou manifestação sobre as alterações recomendadas pelos Conselhos Municipais (CMAS e CMDCA). Sendo assim, fizemos as alterações conforme manifestação da Excelentíssima Juíza de Direito.

Nessa perspectiva, solicitamos manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município sobre as alterações propostas pelos Conselhos Supracitados, a qual apresentou o Parecer Jurídico nº 093/PCP/PGM/2024 recomendando aguardar o fim do período proibitivo eleitoral que se encerra com a posse dos eleitos para posteriormente ser

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: VÂNIA GARCIA ROSA (ASSINATURA) EM 31/03/2025 17:22:20
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 2985D077

concretizado o prosseguimento do processo legislativo.

Considerando que o processo passou por todos os procedimentos possíveis, isto é, houve manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social em conjunto com o ConselhoMunicipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Procuradoria Geral do Município e da Excelentíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude.

Considerando que já consta no processo o estudo do impacto orçamentário (NUP 00000.9.063033/2024).

Considerando todo o exposto, vimos, por meio deste, encaminhar a minuta do projeto de lei com as alterações recomendadas pelo CMAS e CMDCA, bem como pela Exma. Juíza de Direito para as demais providências cabíveis.

Sendo estas as informações que tínhamos a apresentar, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)
Vânia Garcia Rosa
Secretária Municipal de Assistência Social,
Direitos Humanos e Inclusão
SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: VÂNIA GARCIA ROSA (ASSINATURA) EM 31/03/2025 17:22:20
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 2985D077

CUIABÁ
PREFEITURA

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de lei visa cumprir a determinação da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, a qual, por meio do Ofício n.º 46/2024/GAB, solicitou a Elaboração de Minuta de Projeto de Lei com vistas a implantar o Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora.

De acordo com o art. 1º da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, tais serviços são organizados por níveis de complexidade, sendo Serviço de Proteção Social Básica, Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade e Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade.

Nesse sentido, o Serviço de Acolhimento familiar está compreendido no Serviço de Proteção Social de Alta Complexidade, sendo uma das espécies dos serviços enquadrados nesse nível de complexidade.

Nesse contexto, o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar que será instituído destinar-se-á à garantia de direitos de crianças, adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no artigo 101, inciso VIII, da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Considerando o artigo 227 da Constituição Federal de 1988, o qual dispõe que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Considerando o artigo 101, inciso VIII do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA que prevê a possibilidade de inclusão da criança e do adolescente em programa de acolhimento familiar Considerando todo o exposto, estamos encaminhando o presente projeto de lei, a fim de cumprir a solicitação da 1ª Vara Especializada da Infância e da Juventude da Comarca de Cuiabá.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 1[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

CUIABÁ
PREFEITURA

MINUTA DE LEI Nº _____DE _____DE _____DE 2024.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço Municipal de Acolhimento Familiar destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes, e, excepcionalmente, de jovens entre 18 e 21 anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, determinada pela autoridade competente.

~~**Art. 1º** Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 10.973, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

integral;

II – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

III – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

IV – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

V – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem intenção de realizar adoção;

IV - Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido;

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde,

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade e, excepcionalmente, a jovens entre 18 (dezoito) e 21 (vinte e um) anos de idade, dependendo, nestes casos, de parecer técnico em que deverá constar o grau de autonomia alcançado pelo acolhido, a fim de se definir a necessidade de manutenção até os 21 (vinte e um) anos de idade, conforme disposto no art. 2º da Lei n.º 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

~~**Art. 5º** O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

~~**Art. 6º** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora atenderá crianças e adolescentes do Município de Cuiabá, em medida de proteção por motivo de abandono ou violação de direitos, cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, sempre com determinação judicial. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 7º A inclusão da criança ou do adolescente no Serviço de Acolhimento Familiar será realizada mediante determinação da autoridade competente.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

~~**Art. 7º** O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é feito por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

CAPÍTULO III

DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o Art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015 (MANIFESTAÇÃO CMDCA).

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – Bolsa- Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, a mesma será composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);
g) Data de nascimento;
h) Número da medida de proteção;
i) Período de acolhimento;
j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;
k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação da criança acolhida e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

~~**§1º** Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou Ministério Público, a Equipe Técnica prestará informações sobre a situação de cada criança e adolescente apontando:~~

~~I – possibilidade de reintegração familiar;~~

~~II – necessidade de aplicação de novas medidas; ou~~

~~III – quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

§2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente no Município há um ano;

III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII – comprovar renda familiar;

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

~~**X – –** participação de todos os membros do núcleo familiar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecimento às reuniões e adesão às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

~~**XI**~~ – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora.

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

Familiar.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;

II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas;

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

~~**Parágrafo único.** A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA)~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras um bolsa-auxílio mensal no valor de 1 (um) salário mínimo e meio (propositura do Prefeito Municipal) para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;**–** excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

~~**§8º** O valor da bolsa-auxílio será regulamentado por meio de Decreto, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses.~~

~~**§8º** O valor do bolsa auxílio será de 01 (um) salário mínimo vigente para cada criança ou adolescente acolhido, devendo ser mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, acumulado dos 12 (doze) meses. (MANIFESTAÇÃO CMAS E CMDCA).~~ **OBS.:** Juíza manifestou de forma contrária a este texto.

§8º O valor do bolsa-auxílio será de 1 (um) salário mínimo vigente e mensal para cada criança ou adolescente acolhido. (Recomendação da 1ª Vara Esp. da Infância e Juventude)

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

§9º O disposto no §8º deste artigo será regulamentado dentro de 90 dias, contados a partir da publicação desta Lei.

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá.

CAPÍTULO VIII DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social do Município de Cuiabá, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário.”

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, _____de _____de 2025.

ABÍLIO BRUNINI

PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 298637CD

CUIABÁ PREFEITURA | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO N.º 154/PAAL/PGM/H/2025

PROCESSO (SIGED): 00000.0.017090/2024

INTERESSADO (A): SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO - SMSocial

ASSUNTO: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

Trata-se de **Minuta de projeto de Lei** (documento 9.102400/2025, págs. 200-215) que "Dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá e dá outras providências", com a finalidade de regulamentar e estruturar o referido serviço no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e das orientações técnicas federais.

Os presentes autos foram encaminhados à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação jurídica, na forma disposta no art. 3º da Lei Complementar nº 208/2010, pois compete a este órgão prestar consultoria jurídica *sob o prisma estritamente jurídico* e, em específico, *acerca da minuta de projeto de lei*, de forma que não se adentra na análise dos aspectos da conveniência e oportunidade da prática de atos administrativos e/ou legislativos.

Os autos do SIGED foram instruídos com a seguinte documentação: *1. Cópia do SIGED 010476, contendo o Ofício nº 45/2024/GAB, Decreto nº 11.149, de 04 de novembro de 2022 (Município de Rondonópolis), Lei nº 6831, de 09 de abril de 2018 (Município de Cascavel/PR), Despacho nº 0451/2024 GAB-PGM, Despacho nº 236/GAB/PAAL/PGM/2024, Ofício nº 188/ASSEJUR/SADHPD/2024, justificativa e 1ª minuta do projeto de lei, Parecer Jurídico nº 259/GAB/PAAL/PGM/2024, 1º mensagem nº /2024, 2ª minuta do projeto de lei, 2ª justificativa, Manifestação nº 011/GAB-SEC/SADHPD/2024 (impacto financeiro – considerando 01 salário mínimo - e dimensionamento da estrutura e equipe necessária, conforme manifestação do 03 de julho de 2024 - 9.035941/2024), documentos relacionados à dotação orçamentária, quadro de despesas e valores (9.035943/2024 – pág. 91-92),*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360035003A00540052004100, e o código de verificação: 3d59:06
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29.
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

despacho para a Secretaria Municipal de Governo (9.063033/2024), Declaração do ordenador de Despesa (9.063033/2024, referente a criação de ação governamental – dia 12/08/2024 – sem assinatura), Demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro, referente a implantação do projeto Família Acolhedora (9.063033/2024 – pág. 95-96), Demonstrativo das despesas com pessoal (Relatório de Gestão Fiscal), conforme 9.063033/2024 – pág. 97-98, e-mail intitulado (Solicitação de Informação - Processo - Projeto de Lei de implantação de acolhimento familiar em família acolhedora), juntado no 9.064133/2024, Despachos internos, Ofício nº 2902/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.065138/2024), encaminhando o processo para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Além da documentação acima informada, constata-se também a juntada do OF. Nº 140/CMAS/2024, do dia 03 de outubro de 2024, encaminhando a Resolução Conjunta CMAS e CMDA nº 1, de 03 de outubro de 2024, que aprova a Manifestação Conjunta referente à Minuta do Projeto de Lei que visa à criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá (9.123559/2024). A Resolução encontra-se juntada no documento 9.123559/2024 – pág. 104-109.

No dia 21 de outubro de 2024 os autos foram encaminhados para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, por meio do Ofício nº 3725/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.132304/2024), contendo a 3º Justificativa e 3º minuta encartada nos autos, destacando dispositivos relacionados à manifestação do CMAS e CMDCA.

Após remetidos os autos para a Procuradoria de Assuntos Administrativo e Legislativos, no dia 06 de novembro de 2024, foi elaborado o Parecer Jurídico nº 549/GAB/PAAL/2024 (9.155125/2024 – pág. 133-143), o qual, em suma, recomendou aguardar o fim do período eleitoral para concretizar o prosseguimento da matéria legislativa. Constata-se que foi anexado nos autos o Ofício nº 158/2024/GAB (9.155125/2024), por meio do qual a juíza titular fez algumas considerações acerca das manifestações e alterações propostas pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente à minuta do projeto de lei.

O Secretário Municipal de Governo, à época, devolveu os autos para a Secretaria demandante.

A Secretaria Municipal de Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD encaminhou o Ofício nº

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500330035003A00540052004100, e o código CRC: 4E5D0A1C, em 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4337/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.185222/2024) para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, defendendo que não se vislumbra conflito de legalidade na previsão do artigo 8º do projeto de lei com o disposto no artigo 136, parágrafo único, inciso IV, Lei Municipal nº 6.004/2015, pois está expresso que o recurso do FIA pode ser usado de forma complementar.

Além disso, foi solicitando, entre outros pontos, a análise e manifestação do CMDCA sobre a possibilidade de se utilizar o FIA como recurso complementar no serviço de família acolhedora, bem como acerca das considerações apresentadas pelo juízo da Vara Esp. da Infância e Juventude.

Mais uma vez, foi anexada a justificativa (4º) e a minuta do projeto de lei (4º), contendo as considerações do CMAS e CMDCA e da juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá.

Consta também anexado nos autos o Ofício nº 285/2024/CMDCA (9.187815/2024), do dia 12 de dezembro de 2024, informando que a resposta seria encaminhada após a reunião plenária do mês de dezembro de 2024, a ser realizada em 19/12/2024. Entretanto, por questões administrativas internas, na forma do Ofício nº 298/2024/CMDCA (9.199170/2024), constata-se que foi requerida prorrogação do prazo para resposta.

Vê-se que nos termos do Ofício nº 4452/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.202620/2024) a minuta do projeto de lei foi encaminhada para a Secretaria Municipal de Governo com as alterações recomendadas pelo CMAS e CMDCA, bem como pela Exma. Juíza de Direito “para as demais providências cabíveis”, tendo sido anexada a 5º Justificativa e 5ª minuta do Projeto de Lei.

Conforme despacho constante do documento 9.003178/2025, os autos do processo foram encaminhados para *aquiescência* da nova secretária da pasta.

Na forma do Ofício nº 686/ASSEJUR/SADHPD/2025, do dia 25 de fevereiro de 2024, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD informou “[...] a inviabilidade de implantação do Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora [...]”, devolvendo os autos para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá se manifestar acerca do tema.

Observa-se que foi ainda anexado no documento 9.015894/2025 o *Ofício n.º 017/2025/CMDCA*, do dia 22 de janeiro de 2025, e que, entre outros

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360035003A00540052004100, e o código de verificação: 0d59:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO EXTERNO EM 04/04/2025 10:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:39
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

pontos, *sugeriu a nova redação ao art. 8º da minuta*. Ademais, vê-se que em reunião plenária do CMDCA, realizada no dia 19 de dezembro de 2024, concordou-se com a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de forma complementar, desde que alterada a redação, conforme sugerido. Por fim, os autos foram devolvidos para a secretaria demandante.

No dia 31 de março de 2024, nos termos do OFÍCIO Nº 1215/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025, os autos do processo administrativo foram encaminhados para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, contendo a minuta do Projeto de Lei para "demais providências cabíveis". Informa-se que foi juntada a Justificativa (6º - 9.102400/2025 – pág. 199) e a minuta do projeto de lei (6º - 9.102400/2025 – pág. 200-215).

Conforme verificação dos documentos recentes, especialmente do *documento 9.102400/2025 (págs. 200-215), constata-se que a nova redação da minuta, entre outros pontos, introduziu alteração relevante no valor da bolsa-auxílio, prevendo sua majoração para o montante de 1 (um) salário mínimo e meio por criança/adolescente acolhido, em contrapartida à previsão anterior de 1 (um) salário mínimo.*

Ademais, manteve as considerações do CMDCA e CMAS, bem como da juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá.

Tais elementos ensejam, entre outros, a reanálise técnico-jurídica não só da minuta do projeto de lei, mas também da compatibilidade orçamentária e legal do projeto e da ação governamental que se busca instituir.

Com isso, o presente processo administrativo aportou nesta Procuradoria Geral do Município para a análise e parecer sobre a matéria.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, destaca-se que a presente análise *se limita aos aspectos jurídicos da minuta encaminhada*, não abrangendo questões relacionadas à conveniência ou discricionariedade do ato administrativo/normativo. Tampouco adentraremos em aspectos técnico-administrativos relacionados à forma de execução do ato pela autoridade ou Secretaria responsável.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiabá.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500390035003A00540052004100, e o código de verificação: 3a59:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA SILVA HERMANO EM 04/04/2025 10:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Dessa forma, esta manifestação jurídica tem como referência *exclusiva* os elementos constantes nos autos do presente processo administrativo, o ato normativo indicado e os aspectos jurídicos pertinentes à matéria.

Desde já, registra-se que a concretização da pretensão se fundamenta na competência atribuída ao Chefe do Executivo Municipal pela Lei Orgânica do Município e pela legislação correlata. Tal competência abrange a organização e o funcionamento da Administração Pública municipal bem como a legitimidade para a iniciativa de leis, conforme os fundamentos a seguir expostos.

II.1 – Da Constitucionalidade e Legalidade.

Conforme ilustrado, a presente minuta de Projeto de Lei "Dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá e dá outras providências", com a finalidade de regulamentar e estruturar o referido serviço no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e das orientações técnicas federais.

A Constituição Federal, em seu art. 84, III, confere ao chefe do Poder Executivo a competência para iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.

No mesmo sentido, vê-se que a *minuta* está amparada no disposto no art. 41, VI da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, *in verbis*:

> Art. 41 Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica:
> I – a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

Portanto, projeto de lei encontra amparo na competência legislativa do Município para organizar sua estrutura administrativa e desenvolver programas de assistência social (art. 30, I e II da CF/88). Além disso, trata-se de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 27 da Lei Orgânica Municipal).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 101, VIII, do ECA), na Tipificação

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004E003A00540052004100, e o código de autenticidade: 00350030003A00
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA TOMÉ HERMANO BOSE DE CASTRO EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 19:57:29
Lei nº 12.682, de 9 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" (CNAS/CONANDA, Resolução Conjunta nº 1/2009).

Ademais, consta a justificativa devidamente elaborada, objetivando esclarecer a ação governamental.

No âmbito municipal, está em consonância com os objetivos da Lei Municipal nº 6.004/2015 (Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e de Proteção Social) e com as normas de proteção à infância e adolescência.

Sendo assim, considerando a fundamentação e as justificativas que embasaram a elaboração da minuta do *Projeto de Lei* em análise, entende-se pela sua compatibilidade jurídica com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e legislação federal e municipal, assim como sua adequação à técnica legislativa, não se verificando vícios de natureza subjetiva ou material.

Contudo, observa-se que **não houve manifestação expressa de anuência por parte da atual Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão (SMSOCIAL)** quanto à nova minuta apresentada, o que compromete a consistência da instrução processual, ainda que tenha encaminhado o processo para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, no dia 31 de março de 2024, conforme o OFÍCIO Nº 1215/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025.

Ademais, a minuta encaminhada manteve as considerações do CMDCA e CMAS, bem como da juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá.

Deve ser observado, neste ponto, que a escolha entre as redações e a manutenção de eventuais dispositivos e suas alterações é uma escolha inerente ao gestor competente, de forma que a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá realiza uma análise jurídica, mas não questões políticas, observando a conformidade do projeto com as leis em vigor e ainda as disposições formais da Lei Complementar Municipal nº 176/08, que regula a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Dessa forma, conclui-se que a minuta está em conformidade com os aspectos jurídicos aplicáveis, conforme os aspectos jurídicos anunciados, atendendo aos requisitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA 3100.5EHRMANO.ROSE.DE.CASTRO.OLIVEIRA, Diretor, EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: , EM 04/04/2025 19:57:29
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Município e da Lei Complementar Municipal nº 176/08, que regula a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Não obstante, **registra-se** como ressalva relevante a **ausência de manifestação expressa de anuência da atual titular da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial**, quanto ao conteúdo da nova minuta (doc. 9.102400/2025 – págs. 200-215), sobretudo diante das alterações realizadas ou as dúvidas na redação e ainda, especificamente, quanto a atualização de valores da bolsa-auxílio previstos na proposta.

A ausência de manifestação da gestora competente compromete a consistência e regularidade da instrução processual, uma vez que cabe à pasta demandante a responsabilidade técnica e administrativa sobre a matéria e a definição final da versão normativa a ser encaminhada, que será submetida à análise do Chefe do Poder Executivo, que tem a atribuição e competência para envio do projeto para a Câmara Municipal.

Informa-se, ainda, que ***diante do transcurso de significativo lapso temporal*** desde a elaboração dos documentos relacionados à dotação orçamentária, quadro de despesas e valores (9.035943/2024 – pág. 91-92), declaração do ordenador de Despesa (9.063033/2024, referente a criação de ação governamental – dia 12/08/2024 – sem assinatura), demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro, referente a implantação do projeto Família Acolhedora (9.063033/2024 – pág. 95-96), e demonstrativo das despesas com pessoal (Relatório de Gestão Fiscal), conforme 9.063033/2024 – pág. 97-98, faz-se necessário a **NOVA ELABORAÇÃO** dos documentos e ainda EXPRESSA manifestação da **NOVA gestão** quanto ao dimensionamento da estrutura e da equipe necessária, validando ou alteração manifestação do 03 de julho de 2024 - 9.035941/2024 – ou mesmo informando eventual novo dimensionamento.

A participação dos Conselhos de Controle Social – CMAS e CMDCA – e da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude, embora importante e já devidamente considerada na redação final, não substitui a necessidade de validação expressa da nova minuta pela autoridade competente, a fim de garantir a legitimidade institucional e administrativa da proposição.

Ressalta-se que ***cabe exclusivamente ao gestor público a escolha da versão final do texto normativo***, assim como a definição acerca da manutenção ou supressão de dispositivos, sendo esta uma decisão discricionária de natureza administrativa. A atuação desta Procuradoria limita-

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D0033003A00540052004100, e o código de autenticidade: 00350039003A00
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
DOCUMENTO ASSINADO POR LORENA SENRA SILVA HERMANO:36053865052 (04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 13:57:39
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

se à análise jurídica, no exercício da consultoria legal, com vistas à verificação da legalidade, constitucionalidade e conformidade formal da proposta legislativa com as normas em vigor, sem adentrar no mérito da oportunidade ou conveniência da medida.

Por fim, com o objetivo de contribuir para a consolidação do texto legal e auxiliar na adequada instrução da matéria, esta Procuradoria Especializada procedeu à elaboração de minuta sugerida de Projeto de Lei, com base na última versão encaminhada aos autos (doc. 9.102400/2025 – págs. 200-215), a qual contempla ajustes de redação, padronização e técnica legislativa, conforme os parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar Municipal nº 176/2008.

Ademais, informa-se alterações, acréscimos ou supressões, além de outras adequações formais, nos seguintes dispositivos: Art. 1º, Art. 2º, II, Art. 5º, Art. 6º, Art. 7º, Art. 8º, Art. 16, §1º e §2º (suprimido), Art. 19, X e XI, Art. 20, Art. 25, § único e Art. 27.

Destaca-se, entretanto, que tal minuta deverá ser previamente validada e atualizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial, especialmente no que se refere às medidas administrativas relacionadas não só ao novo valor da bolsa-auxílio mensal proposto (equivalente a 1,5 salário mínimo), mas também aos dados técnico-operacionais da execução do serviço, à estrutura necessária, ao fluxo de execução e, particularmente, aos elementos orçamentário-financeiros que subsidiam a proposta, de modo a assegurar a responsabilidade fiscal e a legalidade do ato normativo a ser submetido à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

II.2 – Do Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro.

Considerando que o projeto de lei em análise visa instituir ação governamental, a minuta deverá ser instruída com a estimativa *atualizada* do impacto orçamentário e financeiro da medida, em observância ao disposto no art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que assim dispõe:

> Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500320030003A00540052004100, e o código de verificação: 3359:06
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020 digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO INTERNO EM 04/04/2025 10:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

No tocante aos aspectos financeiros da proposição legislativa, cumpre destacar que a Constituição Federal, em seu art. 169, condiciona o aumento de despesa com pessoal à existência de prévia dotação orçamentária e à observância dos limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 - LRF) dispõe ainda que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que implique aumento de despesa deve estar acompanhada da correspondente previsão orçamentária, nos termos dos arts. 16 e 17, que disciplinam os requisitos para a legalidade e regularidade fiscal dessas iniciativas, nos seguintes termos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
>
> § 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:
>
> I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;
> II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.
>
> § 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
>
> Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035003400360037003A00540052004100, e o código de verificação: 3C3C0E52
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA SILVA HERMANO:36023613453 EM 04/04/2025 10:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

> administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
> § 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
> § 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Portanto, nos termos dos arts. 16 e 17 da LRF, qualquer ação governamental que implique criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesa deve estar necessariamente acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como de declaração do ordenador da despesa, a fim de demonstrar a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

O artigo 19 da LRF estabelece o limite máximo de despesa com pessoal, fixando um teto para o Município. Já o artigo 20 da LRF define que a despesa total com pessoal da administração pública municipal não pode ultrapassar 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.

Ao analisar a documentação encaminhada, verifica-se que a minuta de projeto de lei em análise está acompanhada de documentos relacionados à dotação orçamentária, quadro de despesas e valores (9.035943/2024 – pág. 91-92); despacho para a Secretaria Municipal de Governo (9.063033/2024), Declaração do ordenador de Despesa (9.063033/2024, referente a criação de ação governamental – dia 12/08/2024 – sem assinatura); Demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro, referente a implantação do projeto Família Acolhedora (9.063033/2024 – pág. 95-96); e Demonstrativo das despesas com pessoal (Relatório de Gestão Fiscal), conforme 9.063033/2024 – pág. 97-98, mas a documentação, como observado, **NÃO está atualizada e não foi ainda validade pela nova gestão**, observando, inclusive, que a Declaração do ordenador de Despesa (9.063033/2024) **não está assinada**.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D0033003A00540052004100, e o código de verificação: 3C5900
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA MOREIRA DE CASTRO DE 52 (044.XXX.XXX-52) EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 19:57:29
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Além disso, em razão da ***alteração do valor da bolsa-auxílio para 1,5 salário mínimo*** (documento 9.102400/2025, pág. 206), **impõe-se a revisão e atualização de todos os documentos de natureza orçamentária e financeira anteriormente elaborados**.

Portanto, os demonstrativos de impacto orçamentário e financeiro constantes nos documentos anteriormente encartados nos autos, encontram-se **desatualizados e em desacordo com a nova proposta legislativa.**

Nenhum dos documentos atualizados e exigidos foi validado ou juntado aos autos com referência à nova proposta de valor da bolsa-auxílio. Além disso, os quadros de despesas e valores ainda se referem à versão anterior do projeto, não devendo ser utilizados para atender aos supracitados artigos 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

No entanto, conforme ressalvado na nota técnica, ainda **não foi apresentado o plano de compensação exigido pelo art. 17, § 2º, da LRF**, ou seja, **a demonstração da origem dos recursos para custeio da despesa proposta**, seja por meio de aumento permanente da receita, seja por redução permanente da despesa, consoante o disposto no art. 17 da LRF ou seja, não constam, especificamente, as adequações orçamentárias e compensações financeiras devidas em decorrência da criação de uma nova ação governamental.

Tal omissão configura **falha formal e material relevante**, uma vez que compromete a regularidade da medida e **impede o atendimento pleno das exigências legais para validação da proposta legislativa**. O plano de compensação constitui requisito indispensável à sustentabilidade financeira do ente federativo e deve estar presente previamente à tramitação da proposição junto ao Poder Legislativo.

Cumpre salientar, ainda, que a análise do presente parecer jurídico não se estende ao mérito dos cálculos apresentados, pois, além da ausência de elementos suficientes nos autos para essa verificação, trata-se de questão de natureza técnica, alheia à competência desta Procuradoria Especializada, a qual atua estritamente sob a ótica da legalidade e da regularidade jurídico-formal dos atos administrativos.

Dessa forma, o presente parecer possui caráter consultivo e orientativo, com o objetivo de resguardar a juridicidade da iniciativa legislativa e prevenir a ocorrência de vícios materiais e formais que possam comprometer sua tramitação ou mesmo sua validade futura.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360037003A00540052004100, e o código de verificação: 59:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA SILVA HERMANO E OUTROS - EM 04/04/2025 10:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: - EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Entretanto, recomenda-se que, antes do encaminhamento da minuta de Projeto de Lei ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, à Câmara Municipal de Cuiabá, seja promovida a devida atualização da documentação, considerando os termos apresentados neste parecer jurídico, a exemplo da nova estimativa de impacto orçamentário-financeiro, declaração atualizada e assinada do ordenador de despesa, demonstração da origem dos recursos e plano de compensação, validação da Secretaria Municipal de Planejamento quanto à compatibilidade com o PPA, LDO e LOA e análise técnica e manifestação conclusiva da Secretaria Municipal de Assistência Social, com validação expressa da nova minuta e das implicações orçamentárias decorrentes.

A ausência desses documentos compromete a adequada instrução processual e poderá inviabilizar o prosseguimento regular da matéria perante o Poder Legislativo, em afronta aos princípios da legalidade, do planejamento, da responsabilidade fiscal e da boa governança pública.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos manifesta-se, no aspecto jurídico, pela **viabilidade formal e constitucional da minuta de Projeto de Lei** que visa instituir o **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá**, **recomendando que sejam observadas e sanadas** as ressalvas e pendências indicadas no corpo deste parecer, em especial aquelas relacionadas à **atualização da documentação e dados constantes do processo administração**, observando a necessidade de melhor **instrução processual**, contendo: 1) **novo estudo de impacto orçamentário e financeiro atualizado**, nos moldes do art. 16 e 17 da LRF, considerando o novo valor da bolsa-auxílio e as estruturas previstas; 2) **declaração atualizada e assinada** do ordenador de despesa; 3) **demonstração da origem dos recursos e plano de compensação**; 4) **validação da Secretaria Municipal de Planejamento quanto à compatibilidade com o PPA, LDO e LOA**; e 5) **análise técnica e manifestação conclusiva e expressa da Secretaria Municipal de Assistência Social** acerca da minuta encaminhada, *considerando os ajustes, alterações e supressões redacionais sugeridas na minuta do Projeto de Lei*.

A ausência dos elementos acima pode comprometer a higidez da proposta legislativa, notadamente sob o ponto de vista da **responsabilidade**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA TORRES DE CASTRO EM 04/04/2025 10:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

fiscal, **da legalidade administrativa** e **do equilíbrio orçamentário**, fundamentos que devem orientar toda iniciativa de criação de despesa pública.

Reitera-se que a presente manifestação se restringe à análise da **legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa** da matéria, não adentrando no mérito da conveniência administrativa, cuja avaliação compete ao Chefe do Poder Executivo e à autoridade gestora da política pública envolvida.

Todavia, a regular tramitação da proposta legislativa junto ao Poder Legislativo Municipal **deve estar condicionada à prévia correção das pendências identificadas**, especialmente quanto ao atendimento integral do disposto no art. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Recomenda-se, portanto, **a devolução dos autos à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial** para que providencie a complementação da instrução processual, na forma acima apresentada.

Informa-se ainda que, com o objetivo de contribuir para a consolidação do texto legal e auxiliar na adequada instrução da matéria, esta Procuradoria Especializada procedeu à elaboração de *minuta sugerida consolidada* do Projeto de Lei, com base na última versão encaminhada aos autos (doc. 9.102400/2025 – págs. 200-215), a qual contempla alterações, supressões, ajustes de redação, padronização e de técnica legislativa, conforme versão sugerida ao final deste parecer, limitando-se a análise ora apresentada aos aspectos estritamente jurídicos, sem adentrar nas questões de implementação de políticas públicas e técnico-financeiras envolvidas.

Cuiabá, *[data da assinatura eletrônica]*.

HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE

Assinado de forma digital por HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB, ou=31522005000108, ou=Presencial, ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO, cn=HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE
Dados: 2025.04.04 13:57:29 -04'00'

Assinado eletronicamente

HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE
Procurador-Chefe de Assuntos Administrativos e Legislativos
ATO GP Nº 982/2025

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500340033003A00540052004100, e o código de verificação: 3e59:06
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO INTERNO EM 04/04/2025 13:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 13:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

CUIABÁ PREFEITURA | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI Nº _____DE ___ DE _____ DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – prazo máximo de permanência: o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora, que não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, devidamente justificadas por decisão fundamentada da autoridade judiciária competente;

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D0033003E003A005000520049004D0041005200590:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem pretensão de realizar adoção;

VII – Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360035003A005600450052004100, e o código de verificação: 0359:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO EM 31003500360035003A005600450052004100, E O CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0359:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 10.639, de 09 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar destina-se ao atendimento de crianças e

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA 310E3EBDA3106E3EC3A7B6DCD52A43DA, Diego Nunes em 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

adolescentes residentes no Município de Cuiabá que, por força de medida protetiva, forem excepcionalmente afastados do convívio com sua família ou responsáveis, mediante prévia determinação da autoridade judiciária competente.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é formalizado por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente após à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Estrutura física adequada e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800360038003A00540052004100, e o código de verificação: 3a0b5c
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA 310035004800360038003A00540052004100, Tipo: EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV
DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10 Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V
DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA SILVA HERMANO:36053865152 (ASSINADO DIGITALMENTE) EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 19:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;
b) Nome do responsável;
c) RG (Registro Geral) do responsável;
d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;
e) Endereço da família acolhedora;
f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);
g) Data de nascimento;
h) Número da medida de proteção;
i) Período de acolhimento;
j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;
k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360035003A005400650078007400, e o código CRC: 04510A7D, emitido em 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 19:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500340035003A00540052004100, e o código de verificação: 3a59:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA MOREIRA DE CASTRO DE 04/04/2025 10:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 12.010, de 03 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações atualizadas e fundamentadas acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido, indicando, conforme o caso:

I – a viabilidade de reintegração à família de origem;

II – a necessidade de aplicação de novas medidas de proteção; ou

III – a necessidade de encaminhamento para adoção, nos casos em que restarem esgotadas todas as possibilidades de manutenção ou retorno à família natural ou extensa;

CAPÍTULO VI
DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 19 São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente no Município há um ano;

III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII – comprovar renda familiar;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360035003A005400520041004D004900540045
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA TORREANO BORGES DE CASTRO DUTRA (04100A) Data: 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais dos membros que residem na residência da família acolhedora;

Art. 20. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos.

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;

II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500390035003A00540052004100, e o código de verificação: 3a59:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA 31003500390035003A00540052004100, EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 25. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIMEIRE SENRA TOMÉ HERMANO 36053613153 EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 13:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada no Diário Oficial da União, nº 124, em 02 de julho de 2009.

Art. 26. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII
DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal no valor de 1 (um) salário mínimo e meio vigente para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor *per capita* equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500340035003A005400650078007400, e o código CRC: 04410A7D, emitido em 04/04/2025 13:59:06
Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014 - Marco Civil da Internet, regulamentada pelo Decreto nº 8.771, de 11 de maio de 2016, e pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO SENDO 1 COM CERTIFICADO DIGITAL EM 04/04/2025 13:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 13:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;
II – pessoas que convivem com o HIV;
III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);
IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia;– excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

Art. 28. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA SILVA:31083589120 EM: 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 13:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 29. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

CAPÍTULO VIII
DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500320033003A00540052004100, e o código de verificação: 3359:06
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIMEIRE SENRA SILVA HERMANO EM 04/04/2025 10:57:29
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 04/04/2025 10:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173

Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32. A regulamentação desta Lei, no que couber, será de competência do Poder Público Municipal, por meio dos instrumentos normativos próprios, visando à sua fiel execução.

Art. 33. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, ____ de _____ de 2025.

ABÍLIO BRUNINI
PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035[illegible]
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA 310035[illegible] EM 04/04/2025 13:59:06
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: [illegible] EM 04/04/2025 13:57:29
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 25129173
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMUNICAÇÃO INTERNA		NÚMERO 114/2025
De: KALINE SOUZA DOURADO SILVA	**SETOR**: Assessoria Jurídica	RAMAL: 6811
Para: COORDENAÇÃO	**SETOR**: CTGPS	RAMAL:

Cuiabá, 14 de abril de 2025.

Assunto: Solicitação de Providências
Siged: 017090/2024

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, utilizo-me do presente para, em atenção à solicitação da Secretária, solicitar providências para atualização das informações constantes na Manifestação nº 11/GAB-SEC/SADHPD/2024, contando com o apoio e manifestação da Equipe Técnica da Coordenadoria de Média e Alta Complexidade.

Nesta oportunidade, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que colocamos esta Assessoria à disposição para subsidiar quaisquer informações que entenderem necessárias.

Atenciosamente,

KALINE SOUZA DOURADO SILVA
ASSESSORIA JURÍDICA - SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 14/04/2025 09:38:30
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 49708659

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA/2025/CTMAC/SMSocial

Origem do documento:

Assunto: Minuta de Lei sobre o acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes no Município de Cuiabá

MANIFESTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão (**SMSocial**) de Cuiabá/MT, órgão responsável pela gestão e execução da Política Municipal de Assistência Social – conforme preconizado pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004), vem através deste encaminhar alguns apontamentos relevantes para a execução do serviço em Família Acolhedora no município de Cuiabá.

A organização dos serviços baseia-se na Política Nacional de Assistência Social que estruturam o serviço por níveis de Proteção, sendo elas: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), essa última responsável pela efetivação de serviços, programas e projetos de caráter especializado, objetivando-se na oferta de proteção integral às famílias e indivíduos em situação de risco social e pessoal, por violações de direitos, sendo o acolhimento de crianças e adolescentes um Serviço da Proteção social Especial, de Alta Complexidade.

Destacamos que a implementação do serviço no município de Cuiabá é extremamente necessária, porém não podemos deixar de levar em consideração sua complexidade e alguns critérios indispensáveis para que o serviço seja executado em sua plenitude.

O Guia de Orientações Técnicas de Acolhimento Familiar destaca a importância da **instituição de uma comissão de trabalho para implantar o SFA,** mesmo não sendo obrigatória, pois tem sido avaliada como uma experiência positiva. Seu objetivo é elaborar o planejamento das etapas iniciais e o estabelecimento dos fluxos e procedimentos necessários à implantação, destacando as responsabilidades de cada órgão além da metodologia a ser seguida, a definição de papeis, as atribuições e competências de todos os envolvidos. Após a

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: BUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

implantação do SFA, a continuidade dessa Comissão poderá garantir espaços de discussão, reflexão e de articulação dos diversos atores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente para a qualificação continuada do Serviço (Guia de Acolhimento Familiar nº 02, pg. 41).

Quanto a equipe de referência destacamos que a NOB SUAS, tem como equipe mínima de referência, um coordenador que pode acompanhar até 03 equipes (45 crianças ou adolescentes acolhidos), cada equipe composta por 01 assistente social e 01 psicólogo que pode acompanhar até 15 crianças ou adolescentes acolhidos, que demandam mensalmente 45 acompanhamentos, sendo a criança, a família de origem e a família acolhedora. A equipe profissional estabelece rodízio de plantão, uma vez que o expediente é ininterrupto, para situações emergenciais fora do horário de expediente, essa equipe precisa contar com no mínimo um técnico, um cuidador social e um motorista.

Em virtude das excepcionalidades e por ser uma cidade de grande porte com alto índice de crianças e adolescentes acolhidos atualmente em Abrigos Institucionais, a equipe precisa ser ampliada, sugestão anexo I.

A instituição da equipe técnica pode ocorrer mediante concurso público ou processo seletivo quando o SFA for de execução direta ou contratada pela OSC parceira, quando de execução indireta. A seleção para contratação de profissionais ou a elaboração de editais de concursos públicos para o provimento de cargos é uma etapa importante e deve ser cuidadosa e criteriosa, garantindo pessoal com perfil adequado, com experiências anteriores congêneres, habilidades e conhecimentos técnicos, conforme sugestão das Orientações Técnicas.

Deve-se considerar, ainda, que a equipe técnica do SFA, assim como as demais equipes de referência do SUAS, devem ser constituídas por profissionais que seguem as orientações e princípios éticos das suas respectivas categorias, de modo a garantir o conhecimento técnico e o compromisso ético-político no atendimento das crianças, adolescentes, famílias de origem e famílias acolhedoras.

Sem mais nos colocamos à disposição para maiores contribuições.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

CUIABÁ
PREFEITURA

Coordenador Geral

Coordenador (até 03 equipes)

Coordenador (até 03 equipes)

Regional Sul	Regional Norte	Regional Leste	Regional Oeste
Equipe Técnica 01 Assistente Social 01 Psicólogo 01 motorista	**Equipe Técnica** 01 Assistente Social 01 Psicólogo 01 motorista	**Equipe Técnica** 01 Assistente Social 01 Psicólogo 01 motorista	**Equipe Técnica** 01 Assistente Social 01 Psicólogo 01 motorista
Plantão 01 Técnico 01 Cuidador social 01 Motorista	**Plantão** 01 Técnico 01 Cuidador social 01 Motorista	**Plantão** 01 Técnico 01 Cuidador social 01 Motorista	**Plantão** 01 Técnico 01 Cuidador social 01 Motorista

Equipe de apoio

Psicólogo
Apoio Jurídico
Assistente Social
Pedagogo,
Orientador Social,
Cuidador Social

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: BUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

CUIABÁ
PREFEITURA

PROJETO DE LEI Nº _____DE ___ DE _____ 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – prazo máximo de permanência: o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora, que não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, devidamente justificadas por decisão fundamentada da autoridade judiciária competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERI S DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art.28 do ECA;

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem pretensão de realizar adoção;

VII – Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O serviço Municipal de Acolhimento Familiar, a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

Sugestão:

Art. 3º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem por objetivo atender às crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERI E DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

violados e que necessitem de proteção, sempre por determinação judicial, visando:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLO DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares

SUGESTÃO:

Art. 4º A Gestão do Serviço de acolhimento em Família Acolhedora fica vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial e sua execução ocorrerá de forma compartilhada com a rede de proteção e promoção da infância e juventude, tendo como principais parceiros:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares

****VII - Conselho Municipal de Assistência Social;**

****IX - Outros Conselhos de políticas correlatos que vierem a ser criados;**

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes residentes no Município de Cuiabá que, por força de medida protetiva, forem

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

excepcionalmente afastados do convívio com sua família ou responsáveis, mediante prévia determinação da autoridade judiciária competente.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é formalizado por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente após à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

SUGESTÃO DE INCLUSÃO

Parágrafo Único: A inclusão das crianças e adolescentes no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, criado por esta Lei, será feita por determinação da autoridade judiciária competente da Vara da Infância e Juventude, considerando sempre a manifestação do Órgão Municipal Gestor do Serviço e mediante a disponibilidade de famílias acolhedoras cadastradas no Município.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I–Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: BUTE MERLO DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Estrutura física adequada e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Art. 12º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350003100360033003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLO DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

Art. 13º O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

Art. 14º A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

SUGESTÃO

Art. 14º A Equipe Técnica e a **Equipe de Apoio** do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá serão formadas por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15º São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLO DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;

b) Nome do responsável;

c) RG (Registro Geral) do responsável;

d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;

e) Endereço da família acolhedora;

f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);

g) Data de nascimento;

h) Número da medida de proteção;

i) Período de acolhimento;

j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16º São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: BUTE MERLO DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

INCLUSÃO DE NOVO ARTIGO

Art. 17º São atribuições da **Equipe de Apoio,** sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I - prestar apoio sociopedagógico a família e ao acolhido para construção de novas possibilidades em seu desenvolvimento;

II - articulação com a rede de educação;

III - apoio jurídico nas demandas e capacitações das famílias quanto aos direitos da criança e do adolescente;

IV - mobilização das famílias para as capacitações;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações atualizadas e fundamentadas acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido, indicando, conforme o caso:

I – a viabilidade de reintegração à família de origem;

II – a necessidade de aplicação de novas medidas de proteção; ou

III – a necessidade de encaminhamento para adoção, nos casos em que restarem esgotadas todas as possibilidades de manutenção ou retorno à família natural ou extensa;

SUGESTÃO DE INCLUSÃO

Parágrafo Único: Deverão ser garantidas estruturas profissional e física adequadas para o regular funcionamento do Serviço.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350003100360033003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: BUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 18º A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 19º Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Art. 20º São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente no Município há um ano;

III – não estar habilitado, em processo de habilitação, nem interessado em adotar criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental;

VII – comprovar renda familiar;

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERI DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;
XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais dos membros que residem na residência da família acolhedora;

SUGESTÃO

Art. 21º São requisitos para que as famílias participem do Serviço de Acolhimento de Criança e Adolescentes em família acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente exclusivamente do Município de Cuiabá há um ano ou mais, sendo vedada a mudança de município;

III – declaração de não ter interesse em adoção e não estar habilitado em processo de adoção de criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso abusivo de álcool, ou uso e dependência de qualquer tipo de substâncias psicoativas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental e que nenhum de seus membros tenha problemas psiquiátricos, comprovado mediante laudo, expedido por profissional de saúde;

VII – comprovar renda familiar;

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar, da Vara da infância e Juventude e do Ministério Público.

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350003100360033003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;
XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes cível e criminais dos membros que residem na residência da família acolhedora;

ART. ** INCLUSÃO DE UM NOVO ARTIGO

Art. 22º Da seleção da família interessada em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora está vinculada à avaliação preliminar da equipe técnica do serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, seguida da avaliação psicossocial, realizada pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude e de parecer do Ministério Público.

§ 1º - O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Toda a documentação da família deverá ser encaminhada pela Coordenação Geral do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora à Vara da Infância e Juventude para análise, através de sua equipe multidisciplinar, inclusive quanto à necessidade de complementação da avaliação psicossocial.

§ 3º - Após a emissão de parecer psicossocial favorável, aprovado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora da SMSocial e da Vara da Infância e Juventude, acompanhado da manifestação do Ministério Público, será feita a inclusão da família no Serviço, mediante assinatura de um Termo de Adesão.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

Art. 23º. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço Municipal de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos.

Art. 24º. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 25º. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;

II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas.

Art. 26º. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350003100360033003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLO DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

Art. 27º. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 28º. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada no Diário Oficial da União, nº 124, em 02

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

de julho de 2009.

Art. 29º. O desligamento da família acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei, comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 30º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal no valor de 1 (um) salário mínimo e meio vigente para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DIRETORIA DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL
Av. Archimedes Pereira Lima, 1000, Sala 09
Jardim Itália, Cuiabá - MT | 78065-050
Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERI S DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia; – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

Art. 31º. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 32º. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção,

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350003100360033003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 33º. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em família acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimentos em Família acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34º. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 35º. A regulamentação desta Lei, no que couber, será de competência do Poder Público Municipal, por meio dos instrumentos normativos próprios, visando à sua fiel execução.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLE DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

Art. 36º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 37º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, ____ de de 2025.

ABÍLIO BRUNINI

PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: RUTE MERLI DOS SANTOS COSTA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 09:55:56
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 218464CD

CUIABÁ
PREFEITURA

COMUNICAÇÃO INTERNA	NÚMERO: 131/2025
DE: **RENATA RODRIGUES BRAGA**	SETOR:**CTMAC**
PARA**: KALINE SOUZA DOURADO SILVA**	SETOR: **ASSEJUR**

AÇÕES:		
☐ Providenciar	☐ Conferir	☐ Anotar e Devolver
☐ Aprovar	☐ Falar-me	☒ Para Informar
☐ Comentar	☒ Para Conhecimento	☐ Ligou
☐ Assinar	☐ Como Discutido	☐ Espera seu Chamado
☐ Minuta	☐ Como Solicitado	☐ Anexar ao Processo
	☐ Anotar e Arquivar	

Assunto: Minuta de Lei sobre o acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes no Município de Cuiabá
NUP: 0.017090/2024

Cuiabá, 28 de abril de 2025.

Prezada Senhora,

Em atenção a CI nº 114/2025 da Assessoria Jurídica, encaminha-se Manifestação Técnica da Coordenadoria Técnica de Média e Alta Complexidade, referente a Minuta de Lei sobre o acolhimento em Família Acolhedora para Crianças e Adolescentes no Município de Cuiabá, para conhecimento e providências.

Atenciosamente,

RENATA RODRIGUES BRAGA
COORDENADORA TÉCNICA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR RENATA RODRIGUES BRAGA EM 28/04/2025 10:38:05
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR GEOVANE JOSE TOLAZZI (DE ACORDO) EM 28/04/2025 10:52:16
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 2508B2B1
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CUIABÁ
PREFEITURA

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA Nº 023/ASSEJUR/SMSOCIAL/2025

Cuiabá-MT, 28 de abril de 2024.

SIGED: 017090/2024

Assunto: Minuta de Lei que institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Cuiabá.

Em atenção ao Parecer Jurídico nº 154/PAAL/PGM/H/2025, oriundo da Procuradoria Geral do Município, pelo qual solicita atualização da documentação e dados constantes do processo para melhor instrução processual, informamos, em síntese, que:

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito, porém podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E tem como público alvo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, que estão em medida protetiva.

O Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção, prevê que cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, quando esse número poderá ser ampliado.

Assim, as famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam acolher crianças ou adolescentes em medida de proteção aplicada por autoridade competente, a qual encaminha a criança/

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

adolescente para inclusão nesse serviço, competindo ao mesmo a indicação da família que esteja disponível e em condições para acolhê-lo.

Para sua execução deverá ser respeitado o quadro de Recursos Humanos em número mínimo de profissionais necessários, a carga horária mínima e o cumprimento das atribuições abaixo elencadas.

Equipe Profissional Mínima[100]

Coordenador e equipe técnica, conforme detalhado abaixo:

Coordenador

Perfil	▪ Formação Mínima: Nível superior e experiência em função con-gênere ▪ Amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventu-de, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.
Quantidade	▪ 1 profissional por serviço
Principais Atividades Desenvolvidas	▪ Gestão e Supervisão do funcionamento do serviço ▪ Organização da divulgação do serviço e mobilização das famílias acolhedoras ▪ Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos ▪ Organização das informações das crianças e adolescentes e res-pectivas famílias; ▪ Articulação com a rede de serviços; ▪ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos

[100] A composição da equipe que deve atuar nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes foi regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução Nº130, de 2005 do CNAS).

Equipe Técnica

Perfil	▪ Formação Mínima: Nível superior[101] ▪ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	▪ 2 profissionais para o acompanhamento de até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras ▪ Carga Horária Mínima Indicada: 30 horas semanais ▪ Destaca-se a necessidade de flexibilidade nos horários de tra-balho dos profissionais, para atendimento às peculiaridades desta modalidade de atendimento (possível necessidade de atendimento fora do horário comercial).
Principais Atividades Desenvolvidas[102]	▪ Acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras; ▪ Articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos; ▪ Preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; ▪ Acompanhamento das crianças e adolescentes; ▪ Organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual; ▪ Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; ▪ Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade ju-diciária e Ministério Público de relatórios, com freqüência bimes-tral ou semestral, sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessi-dade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

Bem como, para sua execução deve contar com infraestrutura e espaços mínimos sugeridos:

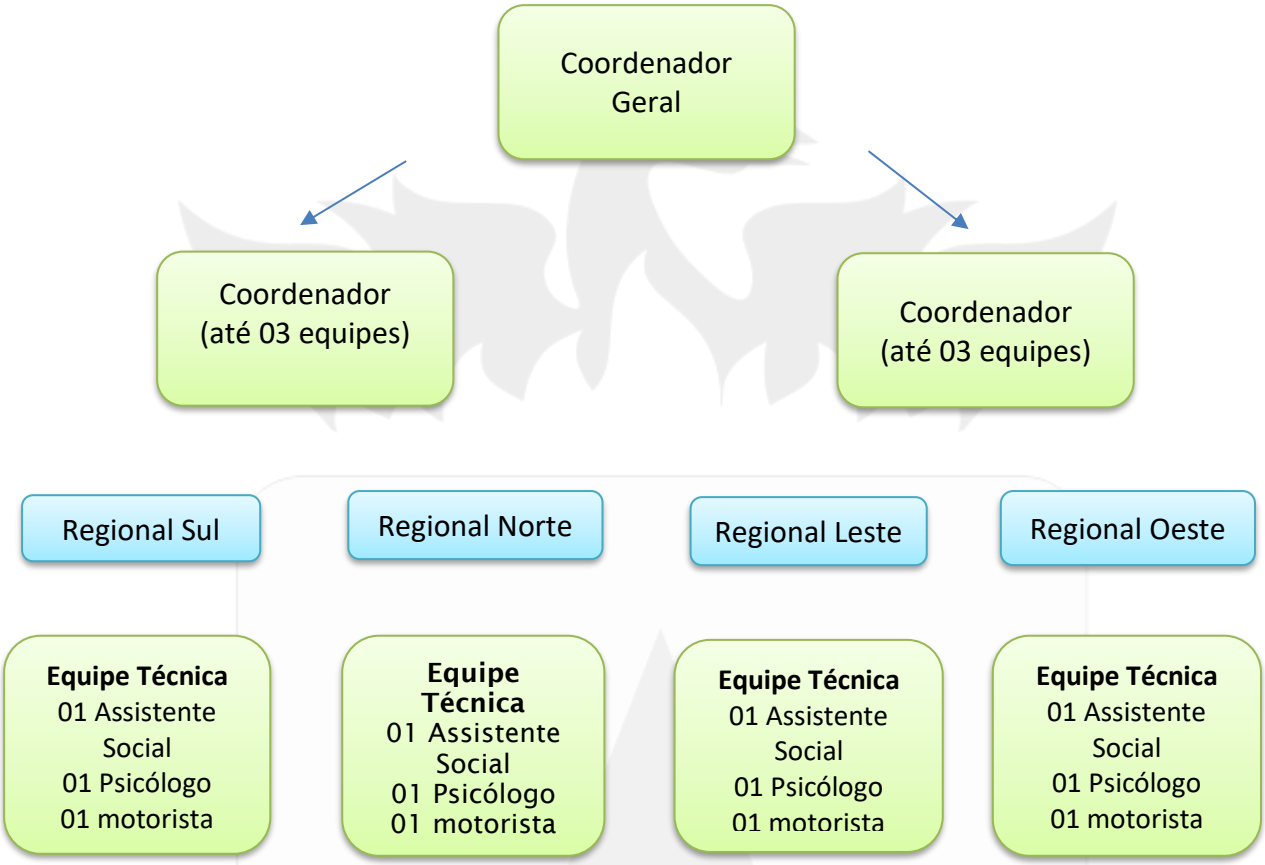
4.3.6 Infra-estrutura e espaços mínimos sugeridos

Espaços que deverão funcionar em área específica para atividades técnico-administrativas	
Cômodo	**Características**
Sala para equipe técnica	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva.
Sala de coordenação / atividades administrativas	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística, etc. ▪ O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.
Sala de atendimento	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para atendimento individual ou familiar e condições que garantam privacidade.
Sala / espaço para reuniões	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais.
▪ Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços.	

Às famílias acolhedoras do Serviço, será concedido uma Bolsa-Auxílio mensal no valor de **1(um) salário mínimo e meio** vigente para cada criança/adolescente acolhido, valor este que poderá ser ampliado até 50% em caso de acolhimento de crianças/adolescentes com deficiência.

Considerando que a atuação da Política de Assistência Social ocorre de forma descentralizada e por área de abrangência, estima-se a necessidade de garantir uma equipe por regional.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B



Por fim, além da análise técnica e manifestação conclusiva e expressa por esta Secretaria Municipal de Assistência Social acerca da minuta encaminhada, considerando os ajustes, alterações e supressões redacionais sugeridas na minuta do Projeto de Lei, em observância ao Parecer Jurídico nº 154/PAAL/PGM/H/2025, na qual pontua a necessidade de conter outros elementos para melhor instrução processual, o presente Projeto de Lei deve conter:

1) novo estudo de impacto orçamentário e financeiro atualizado, nos moldes do art. 16 e 17 da LRF, considerando o novo valor da bolsa-auxílio e as estruturas previstas;

2) declaração atualizada e assinada do ordenador de despesa;

3) demonstração da origem dos recursos e plano de compensação;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

4) validação da Secretaria Municipal de Planejamento quanto à compatibilidade com o PPA, LDO e LOA;

Na oportunidade, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

KALINE SOUZA DOURADO SILVA
ASSESSORIA JURÍDICA
SMSOCIAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

PROJETO DE LEI Nº _____DE ___ DE _____ 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva prevista no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – prazo máximo de permanência: o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora, que não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, devidamente justificadas por decisão fundamentada da autoridade judiciária competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art.28 do ECA;

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem pretensão de realizar adoção;

VII – Bolsa-Auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora tem por objetivo atender às crianças e adolescentes do Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre por determinação judicial, visando:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

V – Órgãos municipais gestores das políticas de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte, Cultura e Lazer, Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes residentes no Município de Cuiabá que, por força de medida protetiva, forem excepcionalmente afastados do convívio com sua família ou responsáveis, mediante prévia determinação da autoridade judiciária competente.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora é formalizado por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente após à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

Parágrafo Único: A inclusão das crianças e adolescentes no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, criado por esta Lei, será feita por determinação da autoridade judiciária competente da Vara da Infância e Juventude, considerando sempre a manifestação do Órgão Municipal Gestor do Serviço e mediante a disponibilidade de famílias acolhedoras cadastradas no Município.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora serão destinados a oferecer:

I–Bolsa-Auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Estrutura física adequada e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

Art. 11º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 12º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13º O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

Art. 14º A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15º São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 10.098, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;

b) Nome do responsável;

c) RG (Registro Geral) do responsável;

d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;

e) Endereço da família acolhedora;

f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);

g) Data de nascimento;

h) Número da medida de proteção;

i) Período de acolhimento;

j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativa e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito do bolsa-auxílio;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras;

IX – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço.

Art. 16º São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações atualizadas e fundamentadas acerca da situação de cada criança ou adolescente acolhido, indicando, conforme o caso:

I – a viabilidade de reintegração à família de origem;

II – a necessidade de aplicação de novas medidas de proteção; ou

III – a necessidade de encaminhamento para adoção, nos casos em que restarem esgotadas todas as possibilidades de manutenção ou retorno à família natural ou extensa;

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17º A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18º Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos, situação em que se poderá avaliar a necessidade.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

Art. 19º São requisitos para que famílias participem do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente exclusivamente do Município de Cuiabá há um ano;

III – declaração de não ter interesse em adoção e não estar habilitado em processo de adoção de criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso abusivo de álcool, ou dependência de qualquer tipo de substancias psicoativas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental e que nenhum de seus membros tenha problemas psiquiátricos, comprovando mediante laudo, expedido por profissional de saúde;

VII – comprovar renda familiar;

VIII – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente;

IX – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar, da Vara da infância e Juventude e do Ministério Público.

X – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar;

XI – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes cível e criminais dos membros que residem na residência da família acolhedora;

Art. 20º A seleção da família interessada em participar do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora está vinculada à avaliação preliminar da Equipe Técnica do serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, seguida da avaliação

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

psicossocial realizada pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude e de parecer do Ministério Público.

§ 1º - O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Toda a documentação da família deverá ser encaminhada pela Coordenação Geral do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora à Vara da Infância e Juventude para análise, através de sua equipe multidisciplinar, inclusive quanto à necessidade de complementação da avaliação psicossocial.

§ 3º - Após a emissão de parecer psicossocial favorável, aprovado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora da SMSocial e da Vara da Infância e Juventude, acompanhado da manifestação do Ministério Público, será feita a inclusão da família no Serviço, mediante assinatura de um Termo de Adesão.

Art. 21. Atendidos todos os requisitos mencionados no artigo anterior, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos.

Art. 22. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 23. A preparação das famílias cadastradas que apresentam interesse para habilitação no Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será feita mediante:

I – participação em capacitação preparatória;

II – orientação direta às famílias nas visitas domiciliares e entrevistas.

Art. 24. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 25. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 26. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada no Diário Oficial da União, nº 124, em 02 de julho de 2009.

Art. 27. O desligamento da família do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei,

comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 28. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

bolsa-auxílio mensal no valor de 1 (um) salário mínimo e meio vigente para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia; – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de nomínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

Art. 29. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 30. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 31. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e aos Conselhos Tutelares

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 33. A regulamentação desta Lei, no que couber, será de competência do Poder Público Municipal, por meio dos instrumentos normativos próprios, visando à sua fiel execução.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, ____ de de 2025.

ABÍLIO BRUNINI

PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3983AA5B

COMUNICAÇÃO INTERNA		Nº: 136/2025
DE: KALINE SOUZA DOURADO SILVA	**SETOR:** ASSEJUR	RAMAL: 6811
PARA: FÁBIO BARROS	**SETOR:** FMAS	RAMAL: 6817

Cuiabá-MT, 24 de abril de 2025.

URGENTE
Assunto: Solicita de informações.
SIGED 017090/2024.

Prezado,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste solicitar informações quanto a dotação orçamentária para compor o processo da Minuta de Lei que institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como a projeção de despesas.

Segue Manifestação acerca da implantação do serviço bem como do valor a ser despedindo com a Bolsa Auxílio.

Em razão da urgência que o caso requer, solicitamos que as informações sejam prestadas ainda nesta data.

Nesta oportunidade, aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que colocamos esta Assessoria à disposição para subsidiar quaisquer informações que entenderem necessárias.

Atenciosamente,

KALINE SOUZA DOURADO SILVA
Apoio Jurídico
ASSEJUR- SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: KALINE SOUZA DOURADO SILVA (ASSINATURA) EM 28/04/2025 14:33:24
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 398200F0

CUIABÁ
PREFEITURA

COMUNICAÇÃO INTERNA	NÚMERO: 126/2025
DE: FMAS	RAMAL: 6811
PARA: ASSEJUR	RAMAL: 6817

AÇÕES:		
☐ Providenciar	☐ Conferir	☐ Anotar e Devolver
☐ Aprovar	☐ Falar-me	☒ Para Informar
☐ Comentar	☒ Para Conhecimento	☐ Ligou
☐ Assinar	☐ Como Discutido	☐ Espera seu Chamado
☐ Minuta	☒ Como Solicitado	☐ Anexar ao Processo
	☐ Anotar e Arquivar	

ASSUNTO: Resposta a C.I. n° 136/2025 e SIGED 017090/2024.

Cuiabá – MT, 29 de abril de 2025

Prezada,

Em resposta a C.I. nº 136/2025/ASSEJUR do SIGED n° 017090/2024, informamos dotação orçamentária para compor o processo de minuta de lei que institui o serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, conforme detalhado na planilha anexa de projeção de despesas.

SUBVENÇÕES SOCIAIS		
ÓRGÃO	**NATURA DA DESPESA**	
11	3.3.50.43	
UNIDADE	**FONTE**	
601 e 602	1500	RECURSOS ORDINÁRIOS
	1669	RECURSOS PRÓPRIOS
PROGRAMA/AÇÃO		
2079 e 2066		

Sem mais para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

Daniela Nunes de Oliveira Dias
Coordenadora Técnica de Execução Orçamentária e Financeira
FMAS – SMSOCIAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: DANIELA NUNES DE OLIVEIRA DIAS, EM 29/04/2025 10:54:56
Lei nº 10.098, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 68038E61

CUIABÁ
PREFEITURA

QUADRO DE DESPESAS

Serviço de Acolimento em Familia Acolhedora

DESPESAS COM RECURSOS HUMANOS

PROVISÕES MENSAIS ESTIMADAS (UNITÁRIO)

								OUTROS RENDIMENTOS		ENCARGOS							
QUANTIDADE	CARGO/FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	VALOR SUGERIDO PELA INSTITUIÇÃO	ANÁLISE SMSOCIAL	TOTAL (A x E)	INSALUBRIDADE	AD. NOTURNO	13º SALARIO	ADICIONAL 1/3 FÉRIAS	INSS PATRONAL	INSS PATRONAL - S/ 13º e FÉRIAS	FGTS	FGTS S/ 13º e FÉRIAS	OUTROS ENCARGOS E PROVISÕES (5%)	AUXÍLIO TRANSPORTE (PATRONAL)	TOTAL UNITÁRIO	TOTAL ESTIMADO MENSAL
1	COORDENADOR	44 HORAS	-	5.183,61	5.183,61	-	-	431,97	143,99	1.036,72	115,19	414,69	46,08	287,98	-	7.660,22	7.660,22
5	ASSITENTE SOCIAL	30 HORAS	-	3.827,48	19.137,40	-	-	318,96	106,32	765,50	85,06	306,20	34,02	212,64	- 11,85	5.644,32	28.221,58
5	PSICOLOGO	44 HORAS	-	3.951,10	19.755,50	-	-	329,26	109,75	790,22	87,80	316,09	35,12	219,51	- 19,27	5.819,58	29.097,91
2	PEDAGOGO	44 HORAS	-	3.927,17	7.854,34	-	-	327,26	109,09	785,43	87,27	314,17	34,91	218,18	- 17,83	5.785,65	11.571,31
2	ORIENTADOR SOCIAL	44 HORAS	-	1.938,05	3.876,10	-	-	161,50	53,83	387,61	43,07	155,04	17,23	107,67	101,52	2.965,52	5.931,05
5	MOTORISTA	40 HORAS	-	2.675,68	13.378,40	-	-	222,97	74,32	535,14	59,46	214,05	23,78	148,65	57,26	4.011,32	20.056,60
20				21.503,09	69.185,35												102.538,67

DESPESAS DE CONSUMO

TIPO DE DESPESA	VALOR SUGERIDO PELA INSTITUIÇAÔ MENSAL	ÁNALISE SADHPD	
MATERIAIS DE EXPEDIENTE	-	1.000,00	OUTRAS DESPESAS
MATERIAIS DE CONSUMO	-	1.500,00	
COMBUSTÍVEL	-	15.000,00	
ALUGUEL DE AUTOMÓVEIS	-	9.000,00	
CONTADOR	-	1.412,00	
TELEFONE	-	500,00	
ENERGIA	-	1.000,00	
BOLSA AUXILIO		84.720,00	
TOTAL MENSAL		**114.132,00**	

TIPO DE DESPESA	VALOR SUGERIDO PELA INSTITUIÇAÔ MENSAL	ÁNALISE SADHPD	
MATERIAS PERMANETES	-	30.000,00	DESPESAS PARCELA ÚNICA
UNIFORME	-	3.000,00	
CRACHAS	-	1.000,00	
TOTAL DESPSAS ÚNICA	**-**	**34.000,00**	

TOTAL DESPSAS ÚNICA		**34.000,00**
TOTAL OUTRAS DESPESAS MENSAL		**114.132,00**
TOTAL 12 MESES		**718.792,00**

Valor Estimado - DESPESA COM PESSOAL

Valor Estimado - OUTRAS DESPESAS

TOTAL MENSAL		102.538,67
TOTAL 12 MESES		**1.230.464,02**
DESPESAS MENSAL		114.132,00
TOTAL POR 12 MESES		**1.369.584,00**

(+)	DESPESAS COM PESSOAL MENSAL	102.538,67	40,9%
(+)	DESPESAS MENSAL	114.132,00	45,5%
(+)	DESPESAS PARCELA ÚNICA	34.000,00	13,6%
(=)	**TOTAL**	**250.670,67**	100,0%
(=)	**Valor Total Projetado para 12 Meses**	**2.634.048,02**	

Cronograma Desenbolso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total (doze meses)
Despesas com Pessoal	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	102.538,67	1.230.464,02
OUTRAS DESPESAS	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	114.132,00	1.369.584,00
DESPESAS PARCELA ÚNICA	34.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		34.000,00
Total	**250.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**216.670,67**	**2.634.048,02**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 6827236D

CUIABÁ
PREFEITURA

Ofício nº 1588/ASSEJUR/SMSOCIAL/2025. Cuiabá, 29 de abril de 2025.

Ao Senhor
NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR
Secretário Municipal de Planejamento - SMPlan

Assunto: Informações em atenção ao Parecer Jurídico nº 154/PAAL/PGM/H/2025 - Projeto de lei – Serv de Acolhimento em Família Acolhedora
Siged: 017090/2024.

Prezado Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, utilizo-me do presente para, em atenção ao Parecer Jurídico nº 154/PAAL/PGM/H/2025, solicitar informações e providências quanto à atualização das informações constantes no Demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro, referente a implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora **(9.063033/2024 – pág. 95-96)**.

Referido Parecer pontua a necessidade de conter outros elementos para melhor instrução processual, devendo conter:

1) novo estudo de impacto orçamentário e financeiro atualizado, nos moldes do art. 16 e 17 da LRF, considerando o novo valor da bolsa-auxílio e as estruturas previstas;

2) declaração atualizada e assinada do ordenador de despesa;

3) demonstração da origem dos recursos e plano de compensação;

4) validação da Secretaria Municipal de Planejamento quanto à compatibilidade com o PPA, LDO e LOA;

Em razão da urgência que o caso requer, solicitamos que as informações sejam prestadas ainda nesta data.

Nesta oportunidade, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)

Julyene Paolla dos Reis
Secretária Adjunta de Assistência Social,
Direitos Humanos e Inclusão
SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: JULYENE PAOLLA DOS REIS (ASSINATURA) EM 29/04/2025 15:21:05
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 84924C2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ
SECRETARIA MUNICPAL DE PLANEJAMENTO

PROCESSO:	SIGED 017.090/2024
INTERESSADO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ASSUNTO:	CÁLCULO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA
DESTINO:	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

DESPACHO

À SECRETÁRIA ADJUNTA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

Não consta, no projeto em análise, plano de compensação para este aumento de despesas, seja pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, conforme determina do art. 17 da LRF.

Sugerimos, face a descentralização orçamentária neste Município, a inclusão de declaração do ordenador de despesa quanto à disponibilidade orçamentária ou sua adequação para atender o custeio do aumento de despesa proposto, correspondente ao impacto orçamentário no montante previsto para o exercício corrente.

Sugerimos ainda, levantamento do valor de renúncia de receita do IPTU, conforme descrito no artigo 32 do referido Projeto de Lei.

CUIABÁ EM 30/04/2025

SIMONE EMÍLIA CAVASIN NEVES
Diretoria Técnica de Orçamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR (ASSINATURA) EM 30/04/2025 1

Lei nº 10.098, de 17 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3100007D

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVSITA NA LOA 2025 (Art. 16 e 17 da LRF)

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DEPESA

1	TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
X	Criação de Ação Governamental (Art. 16)
	Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental(Art. 16)
	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)

DESCRIÇÃO:
CÁLCULO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA

2	CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA	
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Unidade Orçamentária	601 / 602	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção	243 / 244	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE / ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	0006	GESTÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2066 / 2079	APOIO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3	FONTE DE RECURSO	
X	500	Recursos não Vinculados de Impostos
X	669	Outras Fontes

4	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO				
		2025	2026	2027	Acumulado
	Valor Atual (ano anterior)	-	2.780.237,66	2.905.626,38	
	Impacto Anual	1.756.032,00	146.189,66	125.388,72	2.027.610,38
	Impacto Total	**1.756.032,00**	**2.926.427,33**	**3.031.015,10**	**2.027.610,38**

5	DECLARAÇÃO
	Declaramos, para os devidos fins estabelecidos no Art. 16 da Lei Complementar Federal Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que as despesas decorrentes do evento serão custeadas por meio das dotações orçamentárias específicas, as quais são suficientes para atender às necessidades de empenho para o exercício em questão. Certificamos que há adequação orçamentária e financeira no orçamento aprovado, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CUIABÁ EM 30/04/2025

_____

ORDENADOR DE DESPESA

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR (ASSINATURA) EM 30/04/2025 1

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3100007D

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVISTA NA LOA 2025

CÁLCULO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA	
SIGED	017.090/2024

MÊS	2025	2025		2026		2027	
	VALOR ATUAL	VALOR PROPOSTO	IMPACTO	PREVISTO	IMPACTO *	PREVISTO	IMPACTO **
JAN	-	-	-	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
FEV	-	-	-	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
MAR	-	-	-	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
ABR	-	-	-	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
MAI	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
JUN	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
JUL	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
AGO	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
SET	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
OUT	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
NOV	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
DEZ	-	219.504,00	219.504,00	231.686,47	12.182,47	242.135,53	10.449,06
ANO	**-**	**1.756.032,00**	**1.756.032,00**	**2.780.237,66**	**146.189,66**	**2.905.626,38**	**125.388,72**

Impacto Financeiro acumulado	2025	2026	2027	Acumulado
Impacto Anual	1.756.032,00	146.189,66	125.388,72	2.027.610,38

Obs: o impacto é calculado levando em conta a diferença da proposta apresentada menos o valor atual.

PREVISÃO DE INFLAÇÃO - 2025 *	5,55%
PREVISÃO DE INFLAÇÃO - 2026 **	4,51%

Nota:

1. Não consta no projeto em análise plano de compensação para este aumento de despesas, seja pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, conforme determina do art. 17 da LRF.
Sugerimos, face a descentralização orçamentária neste Município, a inclusão de declaração do ordenador de despesa quanto à disponibilidade orçamentária ou sua adequação para atender o custeio do aumento de despesa proposto, correspondente ao impacto orçamentário no montante previsto para o exercício corrente. Sugerimos ainda, levantamento do valor de renúncia de receita do IPTU, conforme descrito no artigo 32 do referido Projeto de Lei.

2. Para o cálculo do impacto utilizou-se as informações constantes no processo SIGED nº 0.017.090/2024.

3. Para cálculo do impacto orçamentário para os anos de **2026** e **2027** foi utilizada a previsão de inflação fornecida pelo Banco Central do Brasil, por meio do Relatório FOCUS, do dia 25/04/2025, divulgado no link https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20250425.pdf .

CUIABÁ EM 30/04/2025

NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JÚNIOR
Secretário Municipal de Planejamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR (ASSINATURA) EM 30/04/2025 1
Lei nº 1
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 3100007D

PROJETO DE LEI Nº _____DE ___ DE _____ 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT Serviço de Acolhimento Familiar, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida protetiva no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – prazo máximo de permanência: o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora, que não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, devidamente justificadas por decisão fundamentada da autoridade judiciária competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 28 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art.28 do ECA;

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem pretensão de realizar adoção;

VII – bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O Serviço de Acolhimento Familiar a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.003, de 08 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas das Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura e Trabalho;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes residentes no Município de Cuiabá que que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento deverá ser formalizado por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente após à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

§ 1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§ 2º A duração do acolhimento terá prazo máximo previsto no inciso II do art. 2º e poderá ser a qualquer momento interrompido por ordem judicial devidamente fundamentada.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I–bolsa-auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço de Acolhimento Familiar.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

Art. 12º O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13º O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

Art. 14º A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15º São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;

b) Nome do responsável;

c) RG (Registro Geral) do responsável;

d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;

e) Endereço da família acolhedora;

f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);

g) Data de nascimento;

h) Número da medida de proteção;

i) Período de acolhimento;

j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito da bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;

IX – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras.

Art. 16º São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.003, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações atualizadas e fundamentadas da criança e adolescente acolhidos e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17º A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18º Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos.

Art. 19º São requisitos para que famílias sejam cadastradas no Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

II – ser residente exclusivamente do Município de Cuiabá há um ano;

III – declaração de não ter interesse em adoção e não estar habilitado em processo de adoção de criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental e que nenhum de seus membros tenha problemas psiquiátricos, comprovando mediante laudo, expedido por profissional de saúde que impeça o cadastramento no Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora;

VII – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;

VIII – comprovar renda familiar;

IX – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente.

X – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

XI – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 20º A seleção da família interessada em participar do Serviço de Acolhimento Familiar está vinculada à avaliação preliminar da Equipe Técnica do serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, seguida da avaliação psicossocial realizada pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude e de parecer do Ministério Público.

§ 1º - O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar, através de visitas domiciliares, entrevistas,

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º - Toda a documentação da família deverá ser encaminhada pela Coordenação Geral do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora à Vara da Infância e Juventude para análise, através de sua equipe multidisciplinar, inclusive quanto à necessidade de complementação da avaliação psicossocial.

§ 3º - Após a emissão de parecer psicossocial favorável, aprovado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Vara da Infância e Juventude, acompanhado da manifestação do Ministério Público, será feita a inclusão da família no Serviço, mediante assinatura de um Termo de Adesão.

Art. 21. O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22. Atendidos todos os requisitos mencionados nos artigos anteriores, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.419, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos.

Art. 23. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24. As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 25. São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.419, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 26. A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada no Diário Oficial da União, nº 124, em 02 de julho de 2009.

Art. 27. O desligamento da família do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei,

comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 28. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal no valor de 1 (um) salário mínimo e meio vigente para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.961, de 24 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia; – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 16 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de nomínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de R$ 2.277 (dois mil duzentos e setenta e sete reais), mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.

Art. 29. A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 18 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Art. 30. A família acolhedora terá direito à isenção, independentemente do número de crianças e/ou adolescentes sob sua guarda, por meio de desconto no pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da moradia, na proporção de 1/12 (um doze avos) do imposto devido por mês de efetivo acolhimento, até a total isenção, tomando por base o período de guarda apurado no exercício imediatamente anterior, atestado por declaração emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 31. O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 32. Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 33. A regulamentação desta Lei, no que couber, será de competência do Poder Público Municipal, por meio dos instrumentos normativos próprios, visando à sua fiel execução.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, ____ de _____ de 2025.

ABÍLIO BRUNINI

PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 18 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 226277EA

OFÍCIO Nº 1845/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025 **Cuiabá, 20 de maio de 2025.**

Ao Ilmo. Senhor,
LUIZ ANTONIO ARAÚJO JÚNIOR
Procurador-Geral do Município de Cuiabá

Assunto: Projeto de Lei – Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Cuiabá.

Referência: Ofício nº 158/2024/GAB.

SIGED Nº 00000.0.017090/2024.

Senhor Procurador-Geral,

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a implantação do Serviço de Acolhimento Familiar que retornou a esta Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência para que fosse solicitada a manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão vinculado ao Sistema Único de Assistência Social, responsável por fiscalizar, controlar e deliberar sobre a Política de Assistência Social.

Em resposta, o CMAS encaminhou a Resolução Conjunta CMAS e CMDCA nº 1 de 03 de outubro de 2024 que aprovou a Manifestação Conjunta nº 01/CMAS/CMDCA/2024 propondo algumas alterações, bem como o Ofício nº 017/2025/CMDCA, as quais foram incluídas no projeto de lei.

No entanto, a Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude encaminhou o Ofício nº 158/2024/GAB por meio do qual apresentou manifestação sobre as alterações recomendadas pelos Conselhos Municipais (CMAS e CMDCA). Sendo assim, fizemos as alterações conforme manifestação da Excelentíssima Juíza de Direito.

Nessa perspectiva, solicitamos manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município sobre as alterações propostas pelos Conselhos Supracitados, a qual apresentou o Parecer Jurídico nº 093/PCP/PGM/2024 recomendando aguardar o fim do período proibitivo eleitoral que se encerra com a posse dos eleitos para posteriormente ser

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 20/05/2025 17:05:34
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 2261DF0E

concretizado o prosseguimento do processo legislativo.

Considerando que o processo passou por todos os procedimentos possíveis, isto é, houve manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Procuradoria Geral do Município bem como contribuição da Excelentíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude.

Considerando que já consta no processo o estudo do impacto orçamentário (NUP 00000.9.139683/2025).

Considerando todo o exposto, vimos, por meio deste, encaminhar a minuta do projeto de lei para as demais providências cabíveis.

Sendo estas as informações que tínhamos a apresentar, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Hélida Vilela de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência Social,
Direitos Humanos e Inclusão
SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 20/05/2025 17:05:34
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 2261DF0E

CUIABÁ PREFEITURA | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PARECER JURÍDICO N.º 211/PAAL/PGM/H/2025

PROCESSO (SIGED): 00000.0.017090/2024

INTERESSADO (A): SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO - SMSocial

ASSUNTO: NOVA PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

I – RELATÓRIO

Trata-se de **Minuta de projeto de Lei** (documento 9.166055/2025 - págs. 297-313) que "Dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá e dá outras providências", com a finalidade de regulamentar e estruturar o referido serviço no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e das orientações técnicas federais.

Os presentes autos retornaram à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação jurídica complementar, na forma disposta no art. 3º da Lei Complementar nº 208/2010, pois compete a este órgão prestar consultoria jurídica *sob o prisma estritamente jurídico* e, em específico, *acerca da minuta de projeto de lei*, de forma que não se adentra na análise dos aspectos da conveniência e oportunidade da prática de atos administrativos e/ou legislativos.

Os autos do SIGED estão instruídos com a seguinte documentação: *1. Cópia do SIGED 010476, contendo o Ofício nº 45/2024/GAB, Decreto nº 11.149, de 04 de novembro de 2022 (Município de Rondonópolis), Lei nº 6831, de 09 de abril de 2018 (Município de Cascavel/PR), Despacho nº 0451/2024 GAB-PGM, Despacho nº 236/GAB/PAAL/PGM/2024, Ofício nº 188/ASSEJUR/SADHPD/2024, justificativa e 1ª minuta do projeto de lei, Parecer Jurídico nº 259/GAB/PAAL/PGM/2024, 1º mensagem nº /2024, 2ª minuta do projeto de lei, 2ª justificativa, Manifestação nº 011/GAB-SEC/SADHPD/2024 (impacto financeiro – considerando 01 salário mínimo - e dimensionamento da estrutura e equipe necessária, conforme manifestação do 03 de julho de 2024 - 9.035941/2024), documentos relacionados à dotação orçamentária, quadro de despesas e valores (9.035943/2024 – pág. 91-92),*

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003400360035003A00540052004100, e o código de verificação: 4876-374E-2B06
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LORENA SENNA PEREIRA HERMANO BORGES DE CASTRO LOPES (ASSINATURA TRIBUNAL) EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

despacho para a Secretaria Municipal de Governo (9.063033/2024), Declaração do ordenador de Despesa (9.063033/2024, referente a criação de ação governamental – dia 12/08/2024 – sem assinatura), Demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro, referente a implantação do projeto Família Acolhedora (9.063033/2024 – pág. 95-96), Demonstrativo das despesas com pessoal (Relatório de Gestão Fiscal), conforme 9.063033/2024 – pág. 97-98, e-mail intitulado (Solicitação de Informação - Processo - Projeto de Lei de implantação de acolhimento familiar em família acolhedora), juntado no 9.064133/2024, Despachos internos, Ofício nº 2902/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.065138/2024), encaminhando o processo para o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.

Além da documentação acima informada, constata-se também a juntada do OF. Nº 140/CMAS/2024, do dia 03 de outubro de 2024, encaminhando a Resolução Conjunta CMAS e CMDA nº 1, de 03 de outubro de 2024, que aprova a Manifestação Conjunta referente à Minuta do Projeto de Lei que visa à criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá (9.123559/2024). A Resolução encontra-se juntada no documento 9.123559/2024 – pág. 104-109.

No dia 21 de outubro de 2024 os autos foram encaminhados para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, por meio do Ofício nº 3725/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.132304/2024), contendo a 3º Justificativa e 3º minuta encartada nos autos, destacando dispositivos relacionados à manifestação do CMAS e CMDCA.

Após remetidos os autos para a Procuradoria de Assuntos Administrativo e Legislativos, no dia 06 de novembro de 2024, foi elaborado o Parecer Jurídico nº 549/GAB/PAAL/2024 (9.155125/2024 – pág. 133-143), o qual, em suma, recomendou aguardar o fim do período eleitoral para concretizar o prosseguimento da matéria legislativa. Constata-se que foi anexado nos autos o Ofício nº 158/2024/GAB (9.155125/2024), por meio do qual a juíza titular fez algumas considerações acerca das manifestações e alterações propostas pelo Conselho Municipal de Assistência Social e Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente à minuta do projeto de lei.

O Secretário Municipal de Governo, à época, devolveu os autos para a Secretaria demandante.

A Secretaria Municipal de Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD encaminhou o Ofício nº

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800350036003a00540052004100, e o código de verificação: 06:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO EXTERNO E 3 USUÁRIOS INTERNOS EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

4337/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.185222/2024) para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, defendendo que não se vislumbra conflito de legalidade na previsão do artigo 8º do projeto de lei com o disposto no artigo 136, parágrafo único, inciso IV, Lei Municipal nº 6.004/2015, pois está expresso que o recurso do FIA pode ser usado de forma complementar.

Além disso, foi solicitando, entre outros pontos, a análise e manifestação do CMDCA sobre a possibilidade de se utilizar o FIA como recurso complementar no serviço de família acolhedora, bem como acerca das considerações apresentadas pelo juízo da Vara Esp. da Infância e Juventude.

Mais uma vez, foi anexada a justificativa (4º) e a minuta do projeto de lei (4º), contendo as considerações do CMAS e CMDCA e da juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá.

Consta também anexado nos autos o Ofício nº 285/2024/CMDCA (9.187815/2024), do dia 12 de dezembro de 2024, informando que a resposta seria encaminhada após a reunião plenária do mês de dezembro de 2024, a ser realizada em 19/12/2024. Entretanto, por questões administrativas internas, na forma do Ofício nº 298/2024/CMDCA (9.199170/2024), constata-se que foi requerida prorrogação do prazo para resposta.

Vê-se que nos termos do Ofício nº 4452/ASSEJUR/SADHPD/2024 (9.202620/2024) a minuta do projeto de lei foi encaminhada para a Secretaria Municipal de Governo com as alterações recomendadas pelo CMAS e CMDCA, bem como pela Exma. Juíza de Direito “para as demais providências cabíveis”, tendo sido anexada a 5º Justificativa e 5ª minuta do Projeto de Lei.

Conforme despacho constante do documento 9.003178/2025, os autos do processo foram encaminhados para *aquiescência* da nova secretária da pasta.

Na forma do Ofício nº 686/ASSEJUR/SADHPD/2025, do dia 25 de fevereiro de 2024, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e da Pessoa com Deficiência – SADHPD informou “[...] a inviabilidade de implantação do Serviço de Acolhimento Familiar em Família Acolhedora [...]”, devolvendo os autos para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá se manifestar acerca do tema.

Observa-se que foi ainda anexado no documento 9.015894/2025 o *Ofício n.º 017/2025/CMDCA*, do dia 22 de janeiro de 2025, e que, entre outros

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800360037003A00540052004100, e o código de verificação: 0d6306:32
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO SENDO 1 USUÁRIO INTERNO E 0 USUÁRIO EXTERNO, EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

pontos, *sugeriu a nova redação ao art. 8º da minuta*. Ademais, vê-se que em reunião plenária do CMDCA, realizada no dia 19 de dezembro de 2024, concordou-se com a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de forma complementar, desde que alterada a redação, conforme sugerido. Por fim, os autos foram devolvidos para a secretaria demandante.

No dia 31 de março de 2024, nos termos do OFÍCIO Nº 1215/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025, os autos do processo administrativo foram encaminhados para a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá, contendo a minuta do Projeto de Lei para "demais providências cabíveis". Informa-se que foi juntada a Justificativa (6º - 9.102400/2025 – pág. 199) e a minuta do projeto de lei (6º - 9.102400/2025 – pág. 200-215).

Conforme verificação dos documentos recentes, especialmente do *documento 9.102400/2025 (págs. 200-215),*

No documento 9.102400/2025 (págs. 200-215) constatou-se nova redação da minuta, a qual, entre outros pontos, introduziu alterações relevantes no valor da bolsa-auxílio, prevendo sua majoração para o montante de 1 (um) salário mínimo e meio por criança/adolescente acolhido, em contrapartida à previsão anterior de 1 (um) salário mínimo.

Ademais, manteve considerações do CMDCA e CMAS, bem como da juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá.

Tais elementos ensejam, entre outros, a reanálise técnico-jurídica não só da minuta do projeto de lei, mas também da compatibilidade orçamentária e legal do projeto e da ação governamental que se busca instituir.

Observa-se ainda que a Procuradoria de Assuntos Administrativos e legislativos analisou, preliminarmente, a minuta encaminhada pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial, conforme Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025.

Ocorre que, após a manifestação anterior, o processo retornou à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial, que apresentou novas manifestações e documentos, dentre os quais destacam-se: **MANIFESTAÇÃO TÉCNICA/2025/CTMAC/SMSocial** (doc. 9.134695/2025 – págs. 244-266), que sugere alterações na minuta do projeto de lei, fundamentadas em aspectos técnicos e operacionais; **MANIFESTAÇÃO TÉCNICA Nº 023/ASSEJUR/SMSOCIAL/2025** (doc. 9.135475/2025 – págs.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800340036003A00540052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SANDRA PEIXOTO HERMANO MOREIRA DE CASTRO:01521043106, Tipo: EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

268-272), com análise jurídica interna da SMSocial sobre os ajustes promovidos; **COMUNICAÇÃO INTERNA NÚMERO: 126/2025** e **Ofício nº 1588/ASSEJUR/SMSOCIAL/2025**, encaminhando a nova minuta ao fluxo de tramitação para análise e posterior deliberação; **Despacho sem número** (doc. 9.139683/2025 – pág. 294), formalizando a atualização do processo e sugerindo a adoção de medidas na elaboração dos estudos técnicos e financeiros; **Nova minuta de Projeto de Lei** (doc. 9.166055/2025 – págs. 297-313), que incorpora as alterações sugeridas pela área técnica e pela assessoria jurídica da SMSocial; e **OFÍCIO Nº 1845/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025**, que encaminha formalmente os autos à Procuradoria para apreciação complementar.

Diante desse novo cenário, com a apresentação de minuta reformulada e complementação técnica, procede-se à análise jurídica complementar da matéria.

Nesse sentido, trata-se de **complementação ao Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025**, considerando a nova análise jurídica da minuta e dois novos elementos incorporados ao projeto de lei apresentado nos autos do **Processo Administrativo n.º 00000.0.017090/2024**, relativos à proposta de criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá.

Com isso, o presente processo administrativo aportou nesta Procuradoria Geral do Município para a análise e parecer sobre a matéria.

É o relatório.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Inicialmente, destaca-se que a presente análise *se limita aos aspectos jurídicos da **NOVA** minuta encaminhada* (9.166055/2025 – págs. 297-313), não abrangendo questões relacionadas à conveniência ou discricionariedade do ato administrativo/normativo. Tampouco adentraremos em aspectos técnico-administrativos relacionados à forma de execução do ato pela autoridade ou Secretaria responsável.

Dessa forma, esta manifestação jurídica tem como referência *exclusiva* os elementos constantes nos autos do presente processo administrativo, o NOVO ato normativo indicado e os aspectos jurídicos pertinentes à matéria, integrando e complementando o Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228).

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800360038003A00540052004100, e o código de verificação: 3b06:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO INTERNO EM 21/05/2025 10:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 10:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

Desde já, registra-se que a concretização da pretensão se fundamenta na competência atribuída ao Chefe do Executivo Municipal pela Lei Orgânica do Município e pela legislação correlata. Tal competência abrange a organização e o funcionamento da Administração Pública municipal bem como a legitimidade para a iniciativa de leis, conforme os fundamentos a seguir expostos.

II.1 – Da Constitucionalidade e Legalidade.

Conforme já abordado, a presente minuta de Projeto de Lei "Dispõe sobre a criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá e dá outras providências", com a finalidade de regulamentar e estruturar o referido serviço no âmbito da Política Municipal de Assistência Social, com base nas diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e das orientações técnicas federais.

A Constituição Federal, em seu art. 84, III, confere ao chefe do Poder Executivo a competência para iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos na Constituição.

No mesmo sentido, vê-se que a *minuta* está amparada no disposto no art. 41, VI da Lei Orgânica do Município de Cuiabá, *in verbis*:

> Art. 41 Compete ao Prefeito, entre outras atribuições: a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica:
> I – a iniciativa das leis, na forma e casos previstos nesta Lei Orgânica;

Portanto, projeto de lei encontra amparo na competência legislativa do Município para organizar sua estrutura administrativa e desenvolver programas de assistência social (art. 30, I e II da CF/88).

Além disso, trata-se de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo (art. 27 da Lei Orgânica Municipal).

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora encontra respaldo no Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 101, VIII, do ECA), na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) e nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes" (CNAS/CONANDA, Resolução Conjunta nº 1/2009).

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004600360038003A00540052004100, e o código de verificação: 3a06:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO INTERNO COM CERTIFICADO DIGITAL EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

Ademais, consta a justificativa devidamente elaborada, objetivando esclarecer a ação governamental.

No âmbito municipal, está em consonância com os objetivos da Lei Municipal nº 6.004/2015 (Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e de Proteção Social) e com as normas de proteção à infância e adolescência.

Sendo assim, considerando a fundamentação e as justificativas que embasaram a elaboração da minuta do *Projeto de Lei* em análise, entende-se pela sua compatibilidade jurídica com os preceitos estabelecidos na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e legislação federal e municipal, assim como sua adequação à técnica legislativa, não se verificando vícios de natureza subjetiva ou material.

Após os andamentos realizados, observa-se que **a atual Secretária Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão (SMSOCIAL)** encaminhou por meio do OFÍCIO Nº 1845/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025 (9.166055/2025) a nova minuta (9.166055/2025 – págs. 297-313) do Projeto de Lei do Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Cuiabá.

Ademais, a minuta encaminhada consolidou os dispositivos, mantendo considerações do CMDCA e CMAS, assim como alguma das observações da juíza titular da 1ª Vara da Infância e Juventude da Comarca de Cuiabá, mas alterou dispositivos e incluiu novas redações e parágrafos.

Deve ser observado, neste ponto, que a escolha entre as redações e a manutenção de eventuais dispositivos e suas alterações é uma escolha inerente ao gestor competente, de forma que a Procuradoria Geral do Município de Cuiabá realiza uma análise jurídica, mas não questões políticas, observando a conformidade do projeto com as leis em vigor e também com as disposições formais da Lei Complementar Municipal nº 176/08, que regula a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Como analisado no Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228), a minuta, em linhas gerais, apresentou conformidade com os aspectos jurídicos aplicáveis, conforme os aspectos jurídicos anunciados naquela oportunidade.

Não obstante, **registra-se** que se faz necessária uma NOVA análise da matéria e a complementação de questões jurídicas relacionadas à minuta

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LORENA SENRA SILVA HERMANO BRITO DE CASTRO - CPF: 052.[illegible] EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: [illegible] EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
Assinatura digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

do Projeto de Lei, as quais, inclusive, não foram abordadas quando da elaboração do Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228), ensejando esta nova análise, a qual deverá ser integrada ao referido parecer, que está sendo complementada com a análise realizada nesta manifestação.

A consolidação da legislação, e o envio do projeto pela gestora competente buscou conferir segurança e regularidade da instrução processual, uma vez que cabe à pasta demandante a responsabilidade técnica e administrativa sobre a matéria e a definição final da versão normativa a ser encaminhada, que será submetida à análise do Chefe do Poder Executivo, que tem a atribuição e competência para envio do projeto para a Câmara Municipal.

Constata-se a elaboração de **NOVOS documentos** relacionados à **dotação orçamentária (9.136755/2025 – pág. 291 – CI 126/2025)**, **quadro de despesas e valores com recursos humanos (9.136755/2025)**, **declaração do ordenador de Despesa da despesa com pessoal (9.139683/2025, referente a criação de ação governamental – dia 30/04/2025 – sem assinatura da titular da pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial)**; Cálculo de impacto orçamentário referente à implantação do projeto família acolhedora, referente ao demonstrativo do impacto orçamentário da despesa com pessoal (9.139683/2025 – pág. 296).

Em relação a esse ponto, verifica-se que **não foram devidamente elaborados estudos técnicos e de impacto financeiro específicos sobre a bolsa-auxílio**, tendo, aparentemente, o estudo **se limitado** a análise de despesas com **recursos humanos** e à **estrutura administrativa necessária para a implementação do serviço**.

Assim, é **imprescindível** que essa questão seja **previamente esclarecida**, **devendo-se informar de forma expressa se os estudos técnicos e financeiros realizados abrangeram a previsão da despesa decorrente também da bolsa-auxílio, bem como o seu reajuste**.

Ressalte-se, ainda, que qualquer alteração no valor da bolsa, **sem a correspondente atualização dos documentos orçamentário-financeiros**, afronta as disposições da **Lei de Responsabilidade Fiscal**.

Ademais, conforme consta do **documento 9.139683/2025 – pág. 294**, **não há, no projeto em análise, a apresentação de plano de**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360035003A005400520041004D004900540045, e o código CRC: 4876374E.
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SANTANA HERMANO BRITO DE CASTRO EM 21/05/2025 18:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

compensação para o aumento da despesa, exigência expressamente prevista no **art. 17 da LRF**.

Ademais, constata-se que **não foi realizado o levantamento referente à renúncia de receita do IPTU**, conforme previsto em dispositivo constante da minuta do Projeto de Lei. Contudo, este **Parecer Jurídico sugere a retirada do referido dispositivo legal**, conforme será abordado a seguir.

Como se não bastasse, **recomenda-se a supressão do art. 30 da *NOVA minuta encaminhada*** (9.166055/2025 – págs. 297-313), que trata da concessão de isenção proporcional do IPTU às famílias acolhedoras.

Tal recomendação fundamenta-se na necessidade de observância ao disposto no **art. 150, §6º, da Constituição Federal**, que exige **lei específica** para instituição de qualquer benefício tributário, nos seguintes termos:

> Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:
> [...]
> § 6º Qualquer subsídio ou isenção, redução de base de cálculo, concessão de crédito presumido, anistia ou remissão, relativos a impostos, taxas ou contribuições, **só poderá ser concedido mediante lei específica**, federal, estadual ou municipal, que regule **exclusivamente** as matérias acima enumeradas ou o correspondente tributo ou contribuição, sem prejuízo do disposto no art. 155, § 2.º, XII, g. (grifos acrescidos)

Assim como no **art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000)**, que condiciona a concessão ou ampliação de incentivos ou benefícios de natureza tributária à estimativa do impacto orçamentário-financeiro, à demonstração de que não afetarão as metas fiscais e à apresentação das medidas de compensação, entre outros pontos, nos seguintes termos:

> Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004E003A00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO SEM CERTIFICADO DE ASSINATURA DIGITAL EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

> I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do art. 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;
> II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.
> § 1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.
> § 2º Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo ou benefício de que trata o caput deste artigo decorrer da condição contida no inciso II, o benefício só entrará em vigor quando implementadas as medidas referidas no mencionado inciso. § 3o O disposto neste artigo não se aplica:
> I - às alterações das alíquotas dos impostos previstos nos incisos I, II, IV e V do art. 153 da Constituição, na forma do seu § 1º;
> II - ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

Na ausência desses requisitos, a manutenção do dispositivo em comento poderá acarretar vício de inconstitucionalidade formal e material, com risco de comprometimento da regularidade jurídica e fiscal do projeto de lei em tramitação.

Adicionalmente, **ressalta-se** que eventual política pública de incentivo tributário voltada às famílias acolhedoras **poderá ser objeto de proposição legislativa autônoma**, desde que precedida da adequada instrução técnica, jurídica e financeira, com o devido cumprimento das exigências legais.

Dessa forma, a **supressão** do art. 30 da minuta **revela-se necessária para resguardar a legalidade, a constitucionalidade e a observância aos princípios da responsabilidade fiscal**, conforme exigido para iniciativas legislativas que impliquem impacto financeiro ou renúncia de receita.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800340036003a00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA HORMANO DE CASTRO DUTRA (ASSINATURA DIGITAL) EM 21/05/2025 18:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
Digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Além disso, constata-se ainda que o *caput* do artigo 28 **da minuta** mantém a **vinculação automática** do valor da **bolsa-auxílio ao salário mínimo vigente**, **disposição que merece especial atenção**, **haja vista que tal prática encontra vedação expressa no ordenamento jurídico pátrio**.

Conforme estabelece o **art. 7º, inciso IV, da Constituição Federal**, é **vedada a vinculação do salário mínimo para qualquer fim**, *in verbis*:

> IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, **sendo vedada sua vinculação para qualquer fim**; (grifos acrescidos)

O objetivo dessa vedação constitucional é **impedir a utilização do salário mínimo como fator de indexação econômica**, o que comprometeria a condução da política econômica e monetária do Estado, bem como poderia gerar desequilíbrios orçamentários, na medida em que as elevações do salário mínimo impactariam automaticamente sobre múltiplas obrigações financeiras, sem avaliação prévia de sustentabilidade.

Além do aspecto constitucional, a **boa técnica legislativa** orienta que, na hipótese de benefícios financeiros ou subsídios de natureza pública, os valores sejam estabelecidos **expressamente e de forma nominal na lei**, assegurando a **previsibilidade orçamentária**, **segurança jurídica** aos destinatários e à administração pública e possibilidade de **atualização periódica** mediante ato normativo infralegal, desde que observadas as balizas da legislação de regência.

Ademais, é importante consignar que a previsão expressa de valor evita que o Poder Executivo fique adstrito a eventuais majorações automáticas, que podem não encontrar respaldo orçamentário ou financeiro, comprometendo o equilíbrio das contas públicas e violando princípios constitucionais como o da **responsabilidade fiscal** e o do **planejamento**.

Nesse contexto, recomenda-se que o caput do **art. 28 da minuta** seja **alterado**, de modo a **fixar expressamente o valor da bolsa-auxílio** destinado às famílias acolhedoras, por exemplo, determinando:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800360038003A005400520041004D004900540045, e o código de verificação: 4876374E
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA MOREIRA DE CASTRO EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

> "Art. 28 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal no valor de R$ 2.277 (dois mil, duzentos e setenta e sete reais) para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade."

A participação dos Conselhos de Controle Social – CMAS e CMDCA – e da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude, embora importante e já devidamente considerada, não substitui a autoridade competente, a fim de garantir a legitimidade institucional e administrativa da proposição.

Ressalta-se que ***cabe exclusivamente ao gestor público a escolha da versão final do texto normativo***, assim como a definição acerca da manutenção ou supressão de dispositivos, sendo esta uma decisão discricionária de natureza administrativa.

A atuação desta Procuradoria limita-se à análise jurídica, no exercício da consultoria legal, com vistas à verificação da legalidade, constitucionalidade e conformidade formal da proposta legislativa com as normas em vigor, sem adentrar no mérito da oportunidade ou conveniência da medida.

Diante do exposto, constata-se que a minuta do Projeto de Lei, em sua essência, está formalmente adequada no que tange à competência legislativa e à iniciativa do Chefe do Poder Executivo, estando ainda respaldada pelas normas constitucionais e infraconstitucionais que orientam a proteção integral de crianças e adolescentes e a estruturação de serviços no âmbito da política pública de assistência social.

Todavia, as novas observações consignadas nesta análise revelam a necessidade de adequações pontuais, mas imprescindíveis, relacionadas à conformidade constitucional e à observância das boas práticas legislativas, especialmente quanto à supressão do dispositivo que trata da isenção de IPTU e à desvinculação da bolsa-auxílio do salário mínimo, conforme fundamentos já exaustivamente delineados.

Assim, **recomenda-se** que **as correções indicadas sejam efetivadas antes do prosseguimento da tramitação da minuta**, a fim de assegurar que o Projeto de Lei observe integralmente os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da responsabilidade fiscal e da eficiência

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500320035003A005400650072006D006F00200064006500200043006F006E006400750074006100, versão impressa em 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 10:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

administrativa, **evitando, assim, potenciais vícios que possam comprometer sua validade ou dificultar sua implementação no âmbito do Município de Cuiabá**.

Por oportuno, **reforça-se** que a presente manifestação jurídica se restringe ao exame da legalidade e da constitucionalidade da proposta, permanecendo sob a responsabilidade do gestor público competente a deliberação acerca da conveniência e oportunidade da medida, bem como a condução das providências necessárias para sua adequada instrução e tramitação legislativa.

Destaca-se, portanto, que **as novas sugestões e recomendações deste Parecer deverão ser previamente validadas e atualizadas** pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial, tanto em **relação aos aspectos técnicos legislativos**, quanto às sugestões relacionadas à constitucionalidade e legalidade do projeto, bem como as demais medidas administrativas relacionadas, especialmente no que se refere à adequação orçamentária e financeira, considerando não só os aspectos estruturais e de recursos humanos, mas também esclarecendo ou produzindo os estudos e impactos orçamentários relacionados aos valores da bolsa-auxílio quando aos possíveis beneficiários, informando a proteção e alcance do serviço, visando à compatibilidade com os instrumentos de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA), à formalização da declaração atualizada do ordenador de despesa e à apresentação de eventual plano de compensação, conforme determina a legislação de regência.

Além disso, o art. 30 da minuta final (documento nº 9.166055/2025) prevê a concessão de isenção parcial do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU da residência da família acolhedora, proporcional ao número de meses de acolhimento (1/12 por mês de guarda efetiva, até a isenção total).

No entanto, como analisado, tal previsão não pode constar nesta norma, eis que a concessão, remissão, anistia ou qualquer outro benefício tributário **somente pode ser instituída por meio de lei específica**, conforme **art. 150, §6º da Constituição Federal**, o que demanda iniciativa e tramitação próprias da matéria tributária.

A inclusão dessa previsão **nesta lei geral sobre política de acolhimento familiar viola os requisitos formais e materiais da legalidade tributária**, o que pode acarretar inconstitucionalidade e vício de iniciativa.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D00350036003A005400520041004D004900540020, e o código de verificação: 4876374E
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA SILVA HERMANO MOREIRA DE CASTRO LOPES (ASSINATURA TRAMITAÇÃO) EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Constata-se ainda **que o *caput* do artigo 28 da minuta** mantém a vinculação automática do valor da bolsa-auxílio ao salário mínimo vigente, disposição que demanda especial atenção, uma vez que tal prática encontra vedação expressa no ordenamento jurídico brasileiro, **motivo pelo qual se recomendou a alteração do referido dispositivo legal**.

Assim, para além das questões jurídicas, a Secretaria deve também atentar-se aos aspectos orçamentário-financeiros que fundamentam a proposta, de modo a assegurar a observância aos princípios da responsabilidade fiscal e da legalidade do ato normativo a ser submetido à apreciação do Chefe do Poder Executivo.

Tal análise deve considerar não apenas os custos relacionados à estrutura administrativa e aos recursos humanos, mas também os valores efetivamente despendidos com a implantação e manutenção do serviço, devendo, para tanto, ser elaborada uma projeção detalhada do alcance e dos impactos da ação governamental proposta.

II.2 – Dos Aspectos Técnicos-Legislativos da Nova Minuta

A análise da nova minuta do Projeto de Lei (documento nº 9.166055/2025 – págs. 297-313) evidencia avanços importantes na estruturação normativa da proposta, incorporando recomendações anteriores, manifestações técnicas e ajustes decorrentes das deliberações dos órgãos de controle social e do Poder Judiciário.

Contudo, além do que foi analisado anteriormente, persistem aspectos que merecem correção e aprimoramento sob o prisma da técnica legislativa e da formalidade normativa.

Inicialmente, cumpre destacar que a **Lei Complementar Municipal nº 176/2008**, que disciplina a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis no âmbito do Município de Cuiabá, estabelece princípios e normas fundamentais que devem ser observados na construção de todo projeto normativo, especialmente no que se refere à clareza, precisão e objetividade do texto legal.

Sob esse aspecto, a nova minuta apresenta algumas inconsistências formais e vícios redacionais que podem comprometer a adequada compreensão e aplicação da norma. Dentre os principais pontos que merecem destaque, registra-se:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500350033003A00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SANDRA SILVA HERMANO EM 21/05/2025 18:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

a) **Numeração e estruturação dos dispositivos**: Constatou-se a **duplicidade na numeração do artigo 24**, o que deve ser corrigido de modo a evitar confusão interpretativa e garantir a linearidade e a sequência lógica do texto. A numeração de artigos é elemento essencial à segurança jurídica e à organização sistêmica da norma;

b) **Uso incorreto da pontuação e simbologia normativa:** Observa-se o uso inadequado de ponto final (“.”) após a indicação dos artigos, prática incompatível com o padrão estabelecido pela técnica legislativa. Recomenda-se que, conforme a Lei Complementar nº 176/2008, seja suprimido o ponto após os numerais, adotando-se, por exemplo, “Art. 1º”, “Art. 11” e não “Art. 1º.” ou “Art. 11.”;

Ademais, destaca-se que o uso do símbolo “º” após o número do artigo **deve restringir-se aos artigos até o décimo**, sendo indevido para os artigos subsequentes, que devem ser grafados de forma simples, como “Art. 11”, “Art. 12” e assim sucessivamente.

c) **Atualização do valor da bolsa-auxílio**: Como já exposto no item anterior, a **vinculação automática ao salário mínimo deve ser suprimida**, fixando-se valor nominal expresso, utilizando como parâmetro o §8º do art. 28. Assim, faz-se necessário o ajuste da redação do artigo 28, adequando-o aos parâmetros constitucionais e às boas práticas legislativas, tendo sido sugerida nova redação ao dispositivo neste parecer;

d) **Exclusão do art. 30 – Isenção de IPTU**: Do ponto de vista técnico-legislativo, a previsão de benefício tributário inserida no art. 30 configura evidente inadequação, por tratar de matéria que demanda **lei específica**, conforme já amplamente fundamentado. Sua manutenção comprometeria a higidez formal do projeto, sendo indispensável a sua **exclusão**.

e) **Vigência e disposições transitórias**: Sugere-se avaliar a necessidade de previsão clara quanto à **vigência da norma**, fixando prazo razoável para sua entrada em vigor, que possibilite à Administração Pública realizar os ajustes operacionais e orçamentários necessários à efetiva implantação do serviço.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D0035003A00540052004100, e o código de verificação: 3C0B6E52
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA TORMANO MOREIRA DE CASTRO COUTO (PROCURADOR) EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
Digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Adicionalmente, é pertinente considerar a possibilidade de incluir **disposições transitórias**, caso se entenda necessário disciplinar situações específicas decorrentes da fase de implantação do Serviço.

Em suma, verifica-se que, embora a nova minuta apresente avanços significativos em relação às versões anteriores, ainda carece de ajustes imprescindíveis para garantir sua conformidade com as normas que regem a elaboração legislativa e assegurar sua clareza, segurança e efetividade.

Assim, recomenda-se que a Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial proceda à **revisão formal da minuta**, promovendo as correções indicadas neste parecer, de modo a aperfeiçoar a redação normativa e evitar potenciais dúvidas ou controvérsias na sua interpretação e aplicação.

Com tais ajustes, a proposta estará apta a tramitar regularmente, respeitando os princípios da legalidade, da segurança jurídica e da boa técnica legislativa, contribuindo para o fortalecimento da política pública de acolhimento familiar no Município de Cuiabá.

II.3 – Do Estudo de Impacto Orçamentário e Financeiro.

Além do que já foi apresentado no Parecer Jurídico nº 549/GAB/PAAL/2024 (9.155125/2024 – pág. 133-143), constata-se que, aparentemente, a documentação referente aos aspectos orçamentários e financeiros **limitou-se à consideração das despesas estruturais e de recursos humanos**, não tendo contemplado de forma detalhada e adequada as **projeções relativas à execução plena da ação governamental**, especialmente no tocante aos custos decorrentes da **concessão da bolsa-auxílio** às famílias acolhedoras.

Como apontado anteriormente, **deve ser esclarecido** se foram considerados no estudo orçamentário e financeiro de forma detalhada e adequada as **projeções relativas à execução plena da ação governamental**, especialmente no tocante aos custos decorrentes da **concessão da bolsa-auxílio** às famílias acolhedoras.

De acordo com os arts. 16 e 17 da LRF, a criação ou expansão de ação governamental que importe em aumento de despesa obrigatória de caráter continuado exige, como condição de validade e regularidade fiscal:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500360037003A005400520041004D004900540045, e o código de verificação: 4876374E
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA MOREIRA DE CASTRO EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; declaração do ordenador da despesa, atestando a compatibilidade com a Lei Orçamentária Anual (LOA), com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO); demonstração da origem dos recursos para seu custeio, mediante plano de compensação que assegure o equilíbrio fiscal.

Constata-se a elaboração de **NOVOS documentos** relacionados à **dotação orçamentária (9.136755/2025 – pág. 291 – CI 126/2025)**, **quadro de despesas e valores com recursos humanos (9.136755/2025)**, **declaração do ordenador de Despesa da despesa com pessoal (9.139683/2025, referente a criação de ação governamental – dia 30/04/2025 – sem assinatura da titular da pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial)**; Cálculo de impacto orçamentário referente à implantação do projeto família acolhedora, referente ao demonstrativo do impacto orçamentário da despesa com pessoal (9.139683/2025 – pág. 296).

Observa-se ainda que a **Declaração do Ordenador de Despesas** contida nos autos carece de formalização adequada, eis que **não foi subscrita pela atual titular da pasta**, o que compromete a validade jurídica do documento e a responsabilidade institucional pela assunção da despesa.

Sendo assim, aparentemente, os documentos anexados ao processo ainda **não contemplam a integralidade desses elementos técnicos e jurídicos**, **tampouco detalharam as projeções da demanda**, tais como a estimativa do número de famílias acolhedoras que poderão aderir ao programa, o tempo médio de acolhimento por criança/adolescente, nem tampouco o potencial de expansão do serviço.

Tais elementos são indispensáveis para uma adequada **mensuração do impacto fiscal da política pública** a ser implementada, viabilizando a análise realista da sua **sustentabilidade orçamentária** e a observância dos limites legais para a **despesa pública**.

A documentação elaborada, aparentemente, somente considerou as questões estruturais e de recursos humanos, devendo tal dúvida ser esclarecida e confirmada pelos setores competentes.

Caso não considerada na documentação apresentada, além das questões da estrutura administrativa e recursos humanos, deverão ser atualizados e complementados os **estudos de impacto orçamentário e**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800360038003A00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SANDRA SILVA HERMANO BRESCIANI DE CASTRO LEITE:04310477121 EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

financeiro, contemplando: a) Estimativa detalhada da demanda prevista para o serviço (número de famílias e beneficiários potenciais); b) Projeção dos custos decorrentes da concessão da bolsa-auxílio, conforme o valor proposto; c) Cálculo das despesas administrativas e operacionais necessárias à execução do serviço (o que, aparentemente, já foi realizado – (9.136755/2025 – pág. 292); d) Declaração formal e atualizada do ordenador de despesas, subscrita pela atual titular da pasta; e) Plano de compensação, demonstrando a compatibilidade da despesa com as metas fiscais e os instrumentos de planejamento orçamentário.

No tocante aos aspectos financeiros da proposição legislativa, cumpre destacar que a Constituição Federal, em seu art. 169, condiciona o aumento de despesa com pessoal à existência de prévia dotação orçamentária e à observância dos limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Além disso, a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000 - LRF) dispõe ainda que a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que implique aumento de despesa deve estar acompanhada da correspondente previsão orçamentária, nos termos dos arts. 16 e 17, que disciplinam os requisitos para a legalidade e regularidade fiscal dessas iniciativas, nos seguintes termos:

> Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
> I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;
> II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.
>
> § 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:
>
> I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500390035003A00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA MOREIRA DE CASTRO EM 21/05/2025 18:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 18:05:26
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

> II - compatível com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias, a despesa que se conforme com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos nesses instrumentos e não infrinja qualquer de suas disposições.
>
> § 2º A estimativa de que trata o inciso I do *caput* será acompanhada das premissas e metodologia de cálculo utilizadas.
>
> Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.
> § 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o *caput* deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.
> § 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

Portanto, nos termos dos arts. 16 e 17 da LRF, qualquer ação governamental que implique criação, expansão ou aperfeiçoamento de despesa deve estar necessariamente acompanhada de estimativa de impacto orçamentário e financeiro, bem como de declaração do ordenador da despesa, a fim de demonstrar a adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e a compatibilidade com o Plano Plurianual (PPA) e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Conforme ressalvado na nota técnica, ainda **não foi apresentado o plano de compensação exigido pelo art. 17, § 2º, da LRF**, ou seja, **a demonstração da origem dos recursos para custeio da despesa proposta**, seja por meio de aumento permanente da receita, seja por redução permanente da despesa, consoante o disposto no art. 17 da LRF ou seja, não constam, especificamente, as adequações orçamentárias e compensações financeiras devidas em decorrência da criação de uma nova ação governamental.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D003300390035003A00540052004100, e o código de verificação: 3306:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA MOREIRA DE CASTRO EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

Tal omissão configura **falha formal e material relevante**, uma vez que compromete a regularidade da medida e **impede o atendimento pleno das exigências legais para validação da proposta legislativa**. O plano de compensação constitui requisito indispensável à sustentabilidade financeira do ente federativo e deve estar presente previamente à tramitação da proposição junto ao Poder Legislativo.

Cumpre salientar, ainda, que a análise do presente parecer jurídico não se estende ao mérito dos cálculos apresentados, pois, além da ausência de elementos suficientes nos autos para essa verificação, trata-se de questão de natureza técnica, alheia à competência desta Procuradoria Especializada, a qual atua estritamente sob a ótica da legalidade e da regularidade jurídico-formal dos atos administrativos.

Dessa forma, o presente parecer possui caráter consultivo e orientativo, com o objetivo de resguardar a juridicidade da iniciativa legislativa e prevenir a ocorrência de vícios materiais e formais que possam comprometer sua tramitação ou mesmo sua validade futura.

Portanto, recomenda-se que, antes do encaminhamento da minuta de Projeto de Lei ao Chefe do Poder Executivo e, posteriormente, à Câmara Municipal de Cuiabá, sejam promovidas as adequações, a devida instrução e ainda o acolhimento das recomendações formuladas neste parecer.

III – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, esta Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos manifesta-se, no aspecto jurídico, de forma complementar, pela **viabilidade formal e constitucional da minuta de Projeto de Lei** que visa instituir o **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá**, conforme os termos do Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228), **recomendando, entretanto, que sejam observadas e sanadas** as ressalvas e pendências indicadas no corpo deste parecer, *em especial aquelas relacionadas à*:

a) necessária **alteração do artigo 28**, com a **desvinculação** do valor da bolsa-auxílio ao **salário mínimo vigente** e a **fixação de valor nominal**, conforme orientação constitucional e boas práticas legislativas;

b) **Supressão do artigo 30**, que trata da concessão de isenção proporcional do IPTU às famílias acolhedoras, **por se tratar de matéria que**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500390035003A00540052004100, e o código de verificação: 0306:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO EM 21/05/2025 10:05:26
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 10:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

demanda lei específica, sob pena de afronta aos arts. 150, §6º, da Constituição Federal;

c) **revisão da redação da minuta** para adequação à técnica legislativa, com correção da duplicidade de numeração ou da **redação** de dispositivos, padronização da simbologia normativa e ajustes que garantam clareza, precisão e objetividade;

d) **atualização e complementação** do estudo de impacto orçamentário e financeiro, **contemplando a estimativa detalhada da demanda prevista para o serviço, projeção dos custos da concessão da bolsa-auxílio**, além do cálculo das despesas administrativas e operacionais, aparentemente representadas na documentação 9.136755/2025 – pág. 292, 9.137532/2025 – pág. 293-296, apresentando plano de compensação conforme o art. 17 da LRF, assim como a **formalização da declaração atualizada e subscrita pelo ordenador de despesa**, **esclarecendo se os estudos apresentados e anexados se referem apenas à estrutura administrativa e recursos humanos, ou consideraram os demais aspectos e impactos para a implantação do serviço**;

e) analise a eventual previsão de definição clara sobre a vigência da norma, e, se pertinente, inserção de disposições transitórias que disciplinem a fase de implantação do serviço.

A ausência dos elementos acima pode comprometer a higidez da proposta legislativa, notadamente sob o ponto de vista da **constitucionalidade**, **responsabilidade fiscal**, **da legalidade administrativa** e **do equilíbrio orçamentário**, fundamentos que devem orientar toda iniciativa de criação de despesa pública.

Reitera-se que a presente manifestação se restringe à análise da **legalidade, constitucionalidade e técnica legislativa** da matéria, não adentrando no mérito da conveniência administrativa, cuja avaliação compete ao Chefe do Poder Executivo e à autoridade gestora da política pública envolvida.

Sendo assim, em complemento à análise realizada anteriormente, ressalta-se que o atendimento às recomendações apresentadas visa assegurar a regularidade jurídica e a sustentabilidade fiscal da proposta legislativa, de modo a garantir sua efetiva implementação e a proteção dos interesses públicos envolvidos.

Todavia, a regular tramitação da proposta legislativa junto ao Poder Legislativo Municipal **deve estar condicionada à prévia correção das pendências identificadas**, na forma identificada neste parecer.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA HORMANO DE CASTRO DOS SANTOS, Diretor, em 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Assim, **recomenda-se que a minuta seja devolvida à Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão – SMSocial**, para que **providencie a complementação da instrução processual, realizando as adequações técnicas, jurídicas e financeiras necessárias**.

Informa-se ainda que, com o objetivo de contribuir para a consolidação do texto legal e auxiliar na adequada instrução da matéria, esta Procuradoria Especializada procedeu NOVA análise e elaboração de *minuta sugerida consolidada* do Projeto de Lei, com base na última versão encaminhada aos autos, a qual contempla NOVAS alterações, supressões, ajustes de redação, padronização e de técnica legislativa, conforme versão sugerida ao final deste parecer, de forma que as sugestões se limitam à análise que foi apresentada, sem adentrar nas questões de implementação de políticas públicas e técnico-financeiras envolvidas.

Cuiabá, *[data da assinatura eletrônica]*.

HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE

Assinado de forma digital por HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB, ou=31522005000108, ou=Presencial, ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO, cn=HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE
Razão: 2025-05-21 12:05:26 -04'00'

Assinado eletronicamente

HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE
Procurador-Chefe de Assuntos Administrativos e Legislativos
ATO GP Nº 982/2025

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código 310035004800350036003A00540052004100, e o código de verificação: 4876-374E
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO LOGADO: 310035004800350036003A00540052004100, Data: 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

CUIABÁ PREFEITURA | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI Nº DE DE 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT Serviço de Acolhimento Familiar, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida protetiva no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – prazo máximo de permanência: o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora, que não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, devidamente justificadas por decisão fundamentada da autoridade judiciária competente;

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art. 28 do ECA;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004D0035003A00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO INTERNO DESTE ÓRGÃO EM 21/05/2025 16:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 16:05:26
Lei nº 10.406, de 10 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem pretensão de realizar adoção;

VII – bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II
DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O Serviço de Acolhimento Familiar a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para
promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua
família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art.
101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em
família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500390035003A00540052004100, e o código de verificação: 3006:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 ORGANIZAÇÃO SEDRA 3100.3500.3900.3500.3A00.5400.5200.4100, Tipo: TRA, em 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 10:05:26
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas das Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura e Trabalho;

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes residentes no Município de Cuiabá que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento deverá ser formalizado por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente após à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

§1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§2º A duração do acolhimento terá prazo máximo previsto no inciso II do art. 2º e poderá ser a qualquer momento interrompido por ordem judicial devidamente fundamentada.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015.

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – bolsa-auxílio para as famílias acolhedoras;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004800360038003A00540052004100, e o código de verificação: 3006:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO INTERNO COM CERTIFICADO DIGITAL EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço.

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500320033003A00540052004100, e o código de verificação: 4876374E
Este documento foi assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA 31003500320033003A00540052004100, EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;

b) Nome do responsável;

c) RG (Registro Geral) do responsável;

d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;

e) Endereço da família acolhedora;

f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);

g) Data de nascimento;

h) Número da medida de proteção;

i) Período de acolhimento;

j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito da bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;

IX – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500340035003A00540052004100, e o código de verificação: 3006:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA SILVA:31003500340035003A00540052004100, EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família acolhedora.

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações atualizadas e fundamentadas da criança e adolescente acolhidos e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos.

Art. 19 São requisitos para que famílias sejam cadastradas no Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

II – ser residente exclusivamente do Município de Cuiabá há um ano;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIMEIRE SANTANA SILVA HERMANO 03025360152 (ASSINATURA TIPO) EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR - EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

III – declaração de não ter interesse em adoção e não estar habilitado em processo de adoção de criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental e que nenhum de seus membros tenha problemas psiquiátricos, comprovando mediante laudo, expedido por profissional de saúde que impeça o cadastramento no Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora;

VII – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;

VIII – comprovar renda familiar;

IX – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente.

X – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

XI – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 20 A seleção da família interessada em participar do Serviço de Acolhimento Familiar está vinculada à avaliação preliminar da Equipe Técnica do serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, seguida da avaliação psicossocial realizada pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude e de parecer do Ministério Público.

§1º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar, através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§2º Toda a documentação da família deverá ser encaminhada pela Coordenação Geral do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora à Vara da Infância e Juventude para análise, através de sua equipe multidisciplinar, inclusive quanto à necessidade de complementação da avaliação psicossocial.

§3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável, aprovado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Vara da Infância e Juventude, acompanhado da manifestação do Ministério Público, será feita a inclusão da família no Serviço, mediante assinatura de um Termo de Adesão.

Art. 21 O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004E003A00540052004100, e o código: 310035004E003A00540052004100, em 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: [illegible] EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: [illegible] EM 21/05/2025 13:06:32
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
Assinatura eletrônica e digital é regulada pela Medida Provisória nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22 Atendidos todos os requisitos mencionados nos artigos anteriores, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos.

Art. 23 As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24 São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500340035003A00540052004100, e Código Verificador: 00000.0.017090/2024 (VOLUME 1) - 00000.9.167245/2025
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 10:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 25 A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada no Diário Oficial da União, nº 124, em 02 de julho de 2009.

Art. 26 O desligamento da família do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei;

comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 27 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal no valor de R$ 2.277 (dois mil duzentos e setenta e sete reais) para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIENE SENRA SILVA:31083599120 EM 21/05/2025 10:06:32 (GMT-04:00) E DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 10:05:26
Lei nº 12.965, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia; – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de R$ 2.277 (dois mil duzentos e setenta e sete reais), mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.

Art. 28 A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – a concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – a concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

III – nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500320030003A004F005200490047, e o código de verificação: 3006:32
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIMEIRE SENRA 31003500320030003A004F005200490047 EM 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 19:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 29 O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 30 Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 31 A regulamentação desta Lei, no que couber, será de competência do Poder Público Municipal, por meio dos instrumentos normativos próprios, visando à sua fiel execução.

Art. 32 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, de de 2025.

ABÍLIO BRUNINI

PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035004E003A00540052004100, e o código: 310035004E003A00540052004100, em 21/05/2025 13:06:32
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 21/05/2025 13:05:26
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 4876374E

IMPACTO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA COM PESSOAL SOBRE A RECEITA CORRENTE LÍQUIDA PREVSITA NA LOA 2025 (Art. 16 e 17 da LRF)

DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DEPESA

1	TIPO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL
X	Criação de Ação Governamental (Art. 16)
	Expansão ou Aperfeiçoamento de Ação Governamental(Art. 16)
	Despesa Obrigatória de Caráter Continuado derivada de Lei ou Ato Administrativo Normativo com execução superior a dois exercícios (Art. 17)

DESCRIÇÃO:
CÁLCULO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO REFERENTE À IMPLANTAÇÃO DO PROJETO FAMÍLIA ACOLHEDORA

2	CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA	
Órgão	11	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Unidade Orçamentária	601 / 602	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL / FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
Função	08	ASSISTÊNCIA SOCIAL
Subfunção	243 / 244	ASSISTÊNCIA A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE / ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA
Programa	0006	GESTÃO E EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Projeto/Atividade	2066 / 2079	APOIO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE / IMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3	FONTE DE RECURSO	
X	500	Recursos não Vinculados de Impostos
X	669	Outras Fontes

4	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO/FINANCEIRO				
		2025	2026	2027	Acumulado
	Valor Atual (ano anterior)	-	2.780.237,66	2.905.626,38	
	Impacto Anual	1.756.032,00	146.189,66	125.388,72	2.027.610,38
	Impacto Total	**1.756.032,00**	**2.926.427,33**	**3.031.015,10**	**2.027.610,38**

5	DECLARAÇÃO
	Declaramos, para os devidos fins estabelecidos no Art. 16 da Lei Complementar Federal Nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), que as despesas decorrentes do evento serão custeadas por meio das dotações orçamentárias específicas, as quais são suficientes para atender às necessidades de empenho para o exercício em questão. Certificamos que há adequação orçamentária e financeira no orçamento aprovado, bem como compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CUIABÁ EM 30/04/2025

_____

ORDENADOR DE DESPESA

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 10:32:53
Lei nº 13.019, de 31 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 8130F33E

Ofício nº 1873/ASSEJUR/SMSOCIAL/2025. Cuiabá, 22 de maio de 2025.

Ao Senhor
NIVALDO DE ALMEIDA CARVALHO JUNIOR
Secretário Municipal de Planejamento - SMPlan

Assunto: Informações em atenção ao Parecer Jurídico nº 154/PAAL/PGM/H/2025 - Projeto de lei – Serv de Acolhimento em Família Acolhedora
Siged: 017090/2024.

Prezado Secretário,

Cumprimentando-o cordialmente, utilizo-me do presente para, em atenção ao Parecer Jurídico nº 211/PAAL/PGM/H/2025, solicitar informações e providências quanto à atualização das informações constantes no Demonstrativo de Impacto orçamentário e financeiro, referente a implantação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora **(9.167245/2025)**.

Referido Parecer pontua a necessidade de conter outros elementos para melhor instrução processual conforme se depreende do item II.3 do Parecer, devendo conter:

> "d) **atualização e complementação** do estudo de impacto orçamentário e financeiro, **contemplando a estimativa detalhada da demanda prevista para o serviço, projeção dos custos da concessão da bolsa-auxílio**, além do cálculo das despesas administrativas e operacionais, aparentemente representadas na documentação 9.136755/2025 – pág. 292, 9.137532/2025 – pág. 293-296, apresentando plano de compensação conforme o art. 17 da LRF, assim como a **formalização da declaração atualizada e subscrita pelo ordenador de despesa, esclarecendo se os estudos apresentados e anexados se referem apenas à estrutura administrativa e recursos humanos, ou consideraram os demais aspectos e impactos para a implantação do serviço;"**

Em razão da urgência que o caso requer, solicitamos que as informações sejam prestadas ainda nesta data.

Nesta oportunidade, colocamo-nos à disposição para qualquer esclarecimento adicional e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

(assinado digitalmente)
Hélida Vilela de Oliveira
Secretária Adjunta de Assistência Social,
Direitos Humanos e Inclusão
SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 10:33:50
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 812935A8

PROJETO DE LEI Nº _____DE ___ DE _____ 2025.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CUIABÁ-MT: faço saber que a Câmara Municipal de Cuiabá aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no Município de Cuiabá-MT Serviço de Acolhimento Familiar, destinado à garantia de direitos de crianças e adolescentes de 0 (zero) a 18 (dezoito) anos de idade, afastados da família de origem por meio da medida protetiva no artigo 101, inciso VIII da Lei nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), determinada pela autoridade competente.

Art. 2º Para os efeitos desta lei, considera-se:

I – acolhimento: medida protetiva prevista no art. 101, incisos VII e VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, caracterizada pelo breve e excepcional afastamento da criança ou do adolescente da sua família natural ou extensa com vista à sua proteção integral;

II – prazo máximo de permanência: o tempo máximo de permanência da criança e/ou adolescente na família acolhedora, que não deverá ultrapassar 18 (dezoito) meses, salvo situações extremamente excepcionais, devidamente justificadas por decisão fundamentada da autoridade judiciária competente;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

III – família natural: a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes, nos termos do art. 25 do ECA;

IV – família extensa ou ampliada: aquela que se estende para além da unidade de pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos, com os quais a criança e o adolescente convivem e mantêm vínculos de afinidade e afetividade nos termos do parágrafo único do art. 25 do ECA;

V – família substituta: a colocação em família substituta far-se-á mediante guarda, tutela ou adoção, independente da situação jurídica da criança ou do adolescente, nos termos do parágrafo único do art.28 do ECA;

VI – família acolhedora: qualquer pessoa ou família, previamente cadastrada, avaliada e capacitada pelo Serviço de Acolhimento Familiar, que se disponha a acolher criança ou adolescente em seu núcleo familiar, sem pretensão de realizar adoção;

VII – bolsa-auxílio: é o valor em dinheiro a ser concedido à família acolhedora, por criança ou adolescente acolhido, para prestar apoio financeiro nas despesas do acolhido.

CAPÍTULO II

DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO FAMILIAR

Art. 3º O Serviço de Acolhimento Familiar a fim de assegurar a proteção integral das crianças e dos adolescentes, terá como objetivos:

I – garantir o direito fundamental à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes, possibilitando a reconstrução e o fortalecimento dos vínculos e o rompimento do ciclo de violações de direitos;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

II – atuar em conjunto com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos para promover o acolhimento de crianças e adolescentes afastados temporariamente de sua família natural ou extensa/ampliada, por meio da medida de proteção prevista no art. 101, inciso VIII, da Lei n.º 8.069/1990, determinada pela autoridade competente, em família acolhedora, para garantir a proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente;

III – proporcionar atendimento individualizado a crianças e adolescentes afastados de suas famílias naturais ou extensas/ampliadas, tendo em vista seus retornos às suas respectivas famílias quando possível, ou a inclusão em família substituta;

IV – contribuir para a superação da situação vivida por crianças ou adolescentes, com menor grau de sofrimento e perda, preparando-os para a reintegração familiar, a colocação em família substituta, ou para a vida autônoma no caso dos adolescentes;

V – articular com a rede socioassistencial e com as demais políticas públicas a fim de potencializar o cuidado e a proteção por parte das famílias acolhedoras e das famílias naturais e extensas.

Art. 4º A gestão do Serviço de Acolhimento Familiar é de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial que contará com a articulação e o envolvimento dos atores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes, notadamente:

I – Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

II – Ministério Público do Estado de Mato Grosso;

III – Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso;

IV – Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V – Órgãos municipais gestores das políticas das Secretarias de Assistência Social, Educação, Saúde, Habitação, Esporte e Lazer, Cultura e Trabalho;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

VI – Conselhos Tutelares.

Art. 5º O Serviço é destinado a crianças e adolescentes entre 0 (zero) e 18 (dezoito) anos de idade.

Art. 6º O Serviço de Acolhimento Familiar destina-se ao atendimento de crianças e adolescentes residentes no Município de Cuiabá que que tenham seus direitos ameaçados ou violados e que necessitem de proteção, sempre com determinação judicial.

Art. 7º O Serviço de Acolhimento deverá ser formalizado por meio de um Termo de Guarda Provisória, solicitado pelo Serviço de Acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada, o qual deverá ser expedido imediatamente após à aplicação da medida protetiva e início do acolhimento.

§ 1º Os profissionais do Serviço de Acolhimento Familiar farão contato com as famílias acolhedoras habilitadas ao acolhimento, observadas as características e as necessidades da criança ou do adolescente.

§ 2º A duração do acolhimento terá prazo máximo previsto no inciso II do art. 2º e poderá ser a qualquer momento interrompido por ordem judicial devidamente fundamentada.

CAPÍTULO III
DOS RECURSOS

Art. 8º O Serviço de Acolhimento Familiar contará com Recursos Orçamentários e Financeiros alocados no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, mediante o cofinanciamento dos 3 (três) entes federados, União, Estados e Município, podendo contar de forma complementar com recursos dos Fundos para a Infância e a Adolescência – FIA, conforme preconiza o art. 125 da Lei Municipal nº 6.004/2015.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

Art. 9º Os recursos alocados no Serviço de Acolhimento Familiar serão destinados a oferecer:

I – bolsa-auxílio para as famílias acolhedoras;

II – Capacitação continuada para a Equipe Técnica e de Apoio, preparação e formação das Famílias Acolhedoras;

III – Acompanhamento e trabalho de reintegração familiar junto à família de origem;

IV – Espaço físico adequado e equipamentos necessários para os profissionais prestarem atendimento e acompanhamento às famílias do Serviço;

V – Manutenção dos vencimentos da Equipe Técnica e de Apoio;

VI – Manutenção de veículo (s) disponibilizado (s) para o Serviço

CAPÍTULO IV

DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 10º Fica o Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, autorizado a editar normas e procedimentos de execução e fiscalização do Serviço de Acolhimento Familiar, por meio de decretos, que deverão seguir a legislação nacional, bem como políticas, planos e orientações dos demais órgão oficiais.

Art. 11 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar parcerias com organizações da sociedade civil e termos de convênio com outros órgãos públicos, na forma da legislação vigente, a fim de possibilitar a plena execução das atividades do Serviço de Acolhimento Familiar.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

Art. 12 O Poder Executivo deverá compatibilizar a quantidade de famílias acolhedoras e de crianças e adolescentes acolhidos com as dotações orçamentárias existentes.

CAPÍTULO V

DA EQUIPE TÉCNICA E COORDENAÇÃO DO SERVIÇO

Art. 13 O Serviço de Acolhimento Familiar de Cuiabá será coordenado por servidor do Município de Cuiabá, com formação de nível superior, indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial.

Art. 14 A Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar do Município de Cuiabá será formada por servidores do Município, os quais atuarão exclusivamente no serviço, composta na forma das Resoluções CNAS: nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17 de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, sem prejuízo de outras resoluções e leis que vierem a ser instituídas.

Art. 15 São atribuições da Coordenação do Serviço de Acolhimento Familiar, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – enviar o Termo de Adesão e o Termo de Desligamento da família acolhedora para a Coordenadoria de Proteção Social Especial de Média e alta Complexidade da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial;

II – encaminhar em tempo hábil relatório mensal ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, extraído do Sistema de Informação da Política de Assistência Social, no qual deverão

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

constar:

a) Data da inserção da família acolhedora;

b) Nome do responsável;

c) RG (Registro Geral) do responsável;

d) CPF (Cadastro de Pessoa Física) do responsável;

e) Endereço da família acolhedora;

f) Nome da criança (s)/adolescente (s) acolhido (s);

g) Data de nascimento;

h) Número da medida de proteção;

i) Período de acolhimento;

j) Se a criança e/ou adolescente necessita de cuidados especiais;

k) Valor a ser pago.

III – encaminhar, em tempo hábil, ao Departamento Administrativo e Financeiro da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, relação de nome das famílias, nome de banco e número da agência e da conta bancária para depósito da bolsa-auxílio;

IV – remeter, mensalmente, relatório, indicando todos os acolhidos no Serviço ao Juiz competente;

V – prestar informações ao Ministério Público e à autoridade judiciária competente sobre as crianças acolhidas;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.419, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

VI – encaminhar à autoridade judiciária competente o PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes acolhidos;

VII – cumprir as obrigações previstas nesta Lei, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, as orientações técnicas para os Serviços de Acolhimento e legislações e normativas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS);

VIII – monitorar, supervisionar e orientar a Equipe Técnica e de Apoio na execução do Serviço;

IX – acompanhar e monitorar a inserção, a permanência e o desligamento das famílias acolhedoras.

Art. 16 São atribuições da Equipe Técnica, sem prejuízo das demais atribuições não especificadas nesta lei:

I – cadastrar, avaliar e preparar as famílias acolhedoras;

II – acompanhar as famílias acolhedoras, família natural e extensa/ampliada, crianças e adolescentes durante o acolhimento;

III – acompanhar as crianças e as famílias nos casos de reintegração familiar ou de adoção;

IV – elaborar e acompanhar a execução do PIA (Plano Individual de Atendimento) de todas as crianças e adolescentes logo após o acolhimento;

V – acompanhar sistematicamente a família acolhedora, a criança ou o adolescente acolhido e a família natural e ou extensa/ampliada, contando com o apoio dos demais integrantes da rede de atenção e proteção social;

VI – monitorar as visitas entre crianças, adolescentes, família natural e/ou extensa e família

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 18 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

acolhedora;

§1º Sempre que solicitado pela autoridade judiciária ou quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações atualizadas e fundamentadas da criança e adolescente acolhidos e informará sobre a possibilidade ou não de reintegração familiar, bem como providenciará a realização de relatório com apontamento das vantagens e desvantagens da medida, com vistas a subsidiar as decisões judiciais.

§ 2º Quando entender necessário, a Equipe Técnica prestará informações ao Juiz sobre a situação da criança acolhida e as possibilidades ou não de reintegração familiar.

CAPÍTULO VI

DAS FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Art. 17 A família acolhedora prestará serviço de caráter voluntário, o qual não gerará, em nenhuma hipótese, vínculo empregatício, funcional, profissional ou previdenciário com o Município ou com a entidade de execução do serviço.

Art. 18 Cada família poderá receber apenas uma criança ou um adolescente por vez, à exceção dos grupos de irmãos.

Art. 19 São requisitos para que famílias sejam cadastradas no Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora:

I – ser maior de 18 (dezoito) anos, sem restrição quanto ao estado civil;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

II – ser residente exclusivamente do Município de Cuiabá há um ano;

III – declaração de não ter interesse em adoção e não estar habilitado em processo de adoção de criança ou adolescente;

IV – não ter nenhum membro da família que resida no domicílio envolvido com uso e abuso de álcool, drogas ou substâncias assemelhadas;

V – ter a concordância dos demais membros da família que convivem no mesmo domicílio;

VI – apresentar boas condições de saúde física e mental e que nenhum de seus membros tenha problemas psiquiátricos, comprovando mediante laudo, expedido por profissional de saúde que impeça o cadastramento no Serviço de Acolhimento de Crianças e Adolescentes em Família Acolhedora;

VII – comprovar idoneidade moral e apresentar certidão de antecedentes criminais de todos os membros que residem na residência da família acolhedora;

VIII – comprovar renda familiar;

IX – possuir espaço físico adequado na residência para acolher criança ou adolescente.

X – parecer psicossocial favorável, expedido pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar e por outros profissionais da rede, quando necessário;

XI – participar das capacitações (inicial e continuada), bem como comparecer às reuniões e aderir às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 20 A seleção da família interessada em participar do Serviço de Acolhimento Familiar está vinculada à avaliação preliminar da Equipe Técnica do serviço da Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, seguida da avaliação psicossocial realizada pela equipe interdisciplinar da Vara da Infância e Juventude e de parecer do Ministério Público.

§ 1º O estudo psicossocial envolverá todos os membros da família e será realizado pela equipe

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

técnica do Serviço de Acolhimento Familiar, através de visitas domiciliares, entrevistas, contatos colaterais, atividades grupais e observação das relações familiares e comunitárias.

§ 2º Toda a documentação da família deverá ser encaminhada pela Coordenação Geral do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora à Vara da Infância e Juventude para análise, através de sua equipe multidisciplinar, inclusive quanto à necessidade de complementação da avaliação psicossocial.

§ 3º Após a emissão de parecer psicossocial favorável, aprovado pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento Familiar da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Vara da Infância e Juventude, acompanhado da manifestação do Ministério Público, será feita a inclusão da família no Serviço, mediante assinatura de um Termo de Adesão.

Art. 21 O requerimento de cadastro como família acolhedora deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I – documento de identificação, com foto, de todos os membros da família;

II – certidão de nascimento ou casamento de todos os membros da família;

III – comprovante de residência;

IV – certidão negativa de antecedentes criminais de todos os membros da família que sejam maiores de idade;

V – comprovante de atividade remunerada de ao menos um membro da família;

VI – cartão do INSS (no caso de beneficiários da Previdência Social);

VII – atestado médico que comprove saúde física e mental dos responsáveis.

Art. 22 Atendidos todos os requisitos mencionados nos artigos anteriores, a família participante do Serviço assinará um Termo de Adesão ao Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

Parágrafo único. Em se tratando de casal, o Termo de Adesão será expedido em nome de ambos.

Art. 23 As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 24 As famílias cadastradas e habilitadas receberão acompanhamento, preparação contínua e orientação sobre os objetivos do serviço, a diferenciação com a medida de adoção, a recepção, a permanência e o desligamento das crianças.

Art. 25 São obrigações da família acolhedora:

I – prestar assistência material, moral, educacional e afetiva à criança e ao adolescente;

II – atender às orientações da Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora e participar do processo de acompanhamento e capacitação continuada;

III – prestar informações sobre a situação da criança ou do adolescente acolhido à Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

IV – contribuir na preparação da criança ou do adolescente para o retorno à família natural ou extensa, e, na impossibilidade, a colocação em família substituta, sempre sob orientação da Equipe Técnica;

V – comunicar à Equipe Técnica a impossibilidade da permanência do acolhido, responsabilizando-se pelos cuidados até novo encaminhamento, bem como a desistência em ser família acolhedora;

VI – participar dos encontros mensais de estudo e troca de experiência com todas as famílias, com abordagem sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, questões sociais relativas à

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.419, de 19 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

família de origem, relações intrafamiliares, guarda como medida de colocação em família substituta, papel da família acolhedora e outras questões pertinentes.

Art. 26 A família acolhedora e os acolhidos serão acompanhados e orientados pela Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento Familiar.

Parágrafo único. A preparação e acompanhamento psicossocial da criança ou do adolescente, da família acolhedora, da família de origem e da rede social de apoio deverá observar o disposto nas "Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, aprovadas pela Resolução Conjunta nº 1, de 18 de junho de 2009, do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) e do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), publicada no Diário Oficial da União, nº 124, em 02 de julho de 2009.

Art. 27 O desligamento da família do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora poderá ocorrer nas seguintes situações:

I – Solicitação por escrito na qual constem os motivos e o prazo para efetivação do desligamento, estabelecido em conjunto com a Equipe Técnica do Serviço;

II – Descumprimento ou perda dos requisitos estabelecidos no art. 19 desta Lei,

comprovado por meio de parecer técnico expedido pela Equipe Técnica do Serviço;

III – por determinação judicial.

CAPÍTULO VII

DA BOLSA-AUXÍLIO E DO INCENTIVO-FISCAL

Art. 28 Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder às famílias acolhedoras uma bolsa-auxílio mensal no valor de R$ 2.277 (dois mil duzentos e setenta e sete reais) para cada criança ou adolescente acolhido, por meio de depósito bancário em conta-corrente indicada

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

para esta finalidade pelo membro designado no Termo de Guarda e Responsabilidade.

§1º A bolsa-auxílio destina-se ao custeio das despesas com o acolhido, as quais compreendem: alimentação, vestuário, materiais escolares e pedagógicos, serviços e atendimentos especializados complementares à rede pública local, atividades de cultura e lazer, transporte e demais gastos relativos à garantia dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

§2º Cada família receberá bolsa-auxílio mensal, no valor per capita equivalente a uma criança ou adolescente, à exceção dos grupos de irmãos.

§3º Em caso de acolhimento, pela mesma família, de mais de uma criança ou adolescente, a quantidade de bolsas-auxílio será correspondente ao número de acolhidos.

§4º Em caso de acolhimento de crianças e adolescentes com necessidades especiais, devidamente comprovadas por meio de laudo médico, o valor mensal poderá ser ampliado em até 50% do valor estabelecido, considerando as seguintes situações:

I – pessoas usuárias de substância psicoativas;

II – pessoas que convivem com o HIV;

III – pessoas que convivem com neoplasia (câncer);

IV – pessoas com deficiência que não tenham condições de desenvolver as atividades da vida diária (AVDs) com autonomia; – excepcionalmente, a critério da Equipe Técnica do Serviço, pessoas que convivem com doenças degenerativas e psiquiátricas.

§5º A Coordenação e a Equipe Técnica do Serviço deverão manter em arquivo, na Sede do

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

Serviço, os laudos médicos com a descrição das necessidades especiais pelo período de no mínimo de 10 (dez) anos.

§6º O beneficiário do auxílio, uma vez apto a receber o recurso, estará isento da prestação de contas dos gastos, no entanto a equipe técnica acompanhará sistematicamente o atendimento prestado ao acolhido.

§7º A família acolhedora que receber o recurso na forma de bolsa-auxílio, mas não cumprir a responsabilidade familiar integral para com a criança ou o adolescente acolhido, ficará obrigada a ressarcir ao erário a importância recebida durante o período da irregularidade.

§ 8º O valor da bolsa-auxílio será de R$ 2.277 (dois mil duzentos e setenta e sete reais), mensais, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado dos últimos 12 (doze) meses, na data de 1º de março de cada ano.

Art. 29 A família acolhedora habilitada no Serviço Municipal de Acolhimento Familiar, independentemente de sua condição econômica, após receber a criança ou o adolescente em sua guarda, tem a garantia do recebimento de 01 (uma) bolsa-auxílio por acolhido, nos seguintes termos:

I – A concessão da bolsa-auxílio será realizada mensalmente à família acolhedora após a criança ou o adolescente ser entregue aos seus cuidados;

II – A concessão da bolsa-auxílio para a família acolhedora deverá ser realizada durante o período de acolhimento. Quando se inserir ou se retirar, a criança ou o adolescente acolhido da família acolhedora no decorrer do mês, pagar-se-á a esta o valor do mês integral, desde que o tempo total de acolhimento seja superior a 28 (vinte e oito) dias;

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.639, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

III – Nos casos em que o acolhimento for igual ou inferior a 28 (vinte e oito) dias, a família receberá a bolsa-auxílio proporcional aos dias de permanência;

IV – Os acolhidos que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC – ou qualquer outro benefício previdenciário ou assistencial terão 50% do benefício depositado em conta judicial, e, salvo nos casos em que houver determinação judicial diversa, o restante será administrado pela família acolhedora ou extensa que estiver com a guarda, visando ao atendimento das necessidades do acolhido.

Parágrafo único. A interrupção do acolhimento familiar, por quaisquer motivos, implica a suspensão imediata da concessão da bolsa-auxílio.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 30 O processo de Monitoramento e Avaliação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora será realizado pela Secretaria de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão - SMSocial, conforme preconiza o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, por meio do Ciclo de Monitoramento e Avaliação contínuo, pela Coordenação e Equipe Técnica do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA e aos Conselhos Tutelares acompanhar e fiscalizar a regularidade do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, bem como encaminhar ao Juiz da Infância e Juventude relatório circunstanciado sempre que observar irregularidades.

CAPÍTULO IX

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 10.098, de 11 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

CUIABÁ
PREFEITURA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31 Aplicam-se estas regras, no que couber, às entidades conveniadas com o Município para execução do Serviço de Acolhimento Familiar.

Art. 32 A regulamentação desta Lei, no que couber, será de competência do Poder Público Municipal, por meio dos instrumentos normativos próprios, visando à sua fiel execução, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 33 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 34 Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Alencastro, Cuiabá-MT, ____ de _____ de 2025.

ABÍLIO BRUNINI

PREFEITO MUNICIPAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 11.[illegible] de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 82220F07

CUIABÁ PREFEITURA | SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

PROCESSO: 00000.0. 0170902024

INTERESSADO: PREFEITURA DE CUIABÁ

ASSUNTO:

DESPACHO

A Senhora
HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA
Secretária de Assistência Social, Direitos Humanos e Inclusão

Prezada Secretária,

Em atenção ao solicitado através do SIGED nº017090/2024, conforme despacho da Diretoria de Orçamento, informamos que o impacto orçamentário foi elaborado com base nas informações constantes no quadro de despesas apresentado pela secretaria, conforme registrado à página 292 do processo. O referido quadro contempla as seguintes categorias: despesas com pessoal, outras despesas correntes e despesa em parcela única.

A atualização e subscrição da declaração do ordenador de despesas devem ser feitas pela SMSocial.

Palácio Alencastro, em Cuiabá/MT 22 de maio de 2025.

Atenciosamente,

Patricia Alonço dos Reis
Secretária Adjunta de Planejamento

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP n° 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 92407342

CUIABÁ
PREFEITURA

MANIFESTAÇÃO TÉCNICA Nº 001/GAB-SEC/SMSOCIAL/2025

Cuiabá-MT, 22 de maio de 2025.

SIGED: 017090/2024

Assunto: Minuta de Lei que institui o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora em Cuiabá.

Em atenção ao Parecer Jurídico nº 211/PAAL/PGM/H/2025, oriundo da Procuradoria Geral do Município, pelo qual solicita atualização da documentação e dados constantes do processo para melhor instrução processual, informamos, em síntese, que:

O Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora, trata-se de um serviço de acolhimento provisório, até que seja viabilizada uma solução de caráter permanente para a criança ou adolescente – reintegração familiar ou, excepcionalmente, adoção. É uma modalidade de acolhimento diferenciada, que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade, nem no de colocação em família substituta, no sentido estrito, porém podendo ser entendido como regime de colocação familiar preconizado no artigo 90 do Estatuto da Criança e do Adolescente. E tem como público alvo crianças e adolescentes de 0 a 18 anos de idade, que estão em medida protetiva.

O Serviço que organiza o acolhimento, em residências de famílias acolhedoras cadastradas, de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontrem-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para adoção, prevê que cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos, quando esse número poderá ser ampliado.

Assim, as famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam acolher crianças ou adolescentes em medida de proteção aplicada por autoridade competente, a qual encaminha a criança/

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031005600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 1055CB71

adolescente para inclusão nesse serviço, competindo ao mesmo a indicação da família que esteja disponível e em condições para acolhê-lo.

Para sua execução deverá ser respeitado o quadro de Recursos Humanos em número mínimo de profissionais necessários, a carga horária mínima e o cumprimento das atribuições abaixo elencadas.

Equipe Profissional Mínima[100]

Coordenador e equipe técnica, conforme detalhado abaixo:

Coordenador

Perfil	▪ Formação Mínima: Nível superior e experiência em função congênere ▪ Amplo conhecimento da rede de proteção à infância e juventude, de políticas públicas e da rede de serviços da cidade e região.
Quantidade	▪ 1 profissional por serviço
Principais Atividades Desenvolvidas	▪ Gestão e Supervisão do funcionamento do serviço ▪ Organização da divulgação do serviço e mobilização das famílias acolhedoras ▪ Organização da seleção e contratação de pessoal e supervisão dos trabalhos desenvolvidos ▪ Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas famílias; ▪ Articulação com a rede de serviços; ▪ Articulação com o Sistema de Garantia de Direitos

[100] A composição da equipe que deve atuar nos serviços de acolhimento para crianças e adolescentes foi regulamentada pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (Resolução Nº130, de 2005 do CNAS).

Equipe Técnica

Perfil	▪ Formação Mínima: Nível superior[101] ▪ Experiência no atendimento a crianças, adolescentes e famílias em situação de risco
Quantidade	▪ 2 profissionais para o acompanhamento de até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras ▪ Carga Horária Mínima Indicada: 30 horas semanais ▪ Destaca-se a necessidade de flexibilidade nos horários de trabalho dos profissionais, para atendimento às peculiaridades desta modalidade de atendimento (possível necessidade de atendimento fora do horário comercial).
Principais Atividades Desenvolvidas[102]	▪ Acolhida, avaliação, seleção, capacitação, acompanhamento, desligamento e supervisão das famílias acolhedoras; ▪ Articulação com a rede de serviços e Sistema de Garantia de Direitos; ▪ Preparação e acompanhamento psicossocial das famílias de origem, com vistas à reintegração familiar; ▪ Acompanhamento das crianças e adolescentes; ▪ Organização das informações de cada caso atendido, na forma de prontuário individual; ▪ Encaminhamento e discussão / planejamento conjunto com outros atores da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos das intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias; ▪ Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e Ministério Público de relatórios, com freqüência bimestral ou semestral, sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: i. possibilidades de reintegração familiar; ii. necessidade de aplicação de novas medidas; ou, iii. quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 1055CB71

Bem como, para sua execução deve contar com infraestrutura e espaços mínimos sugeridos:

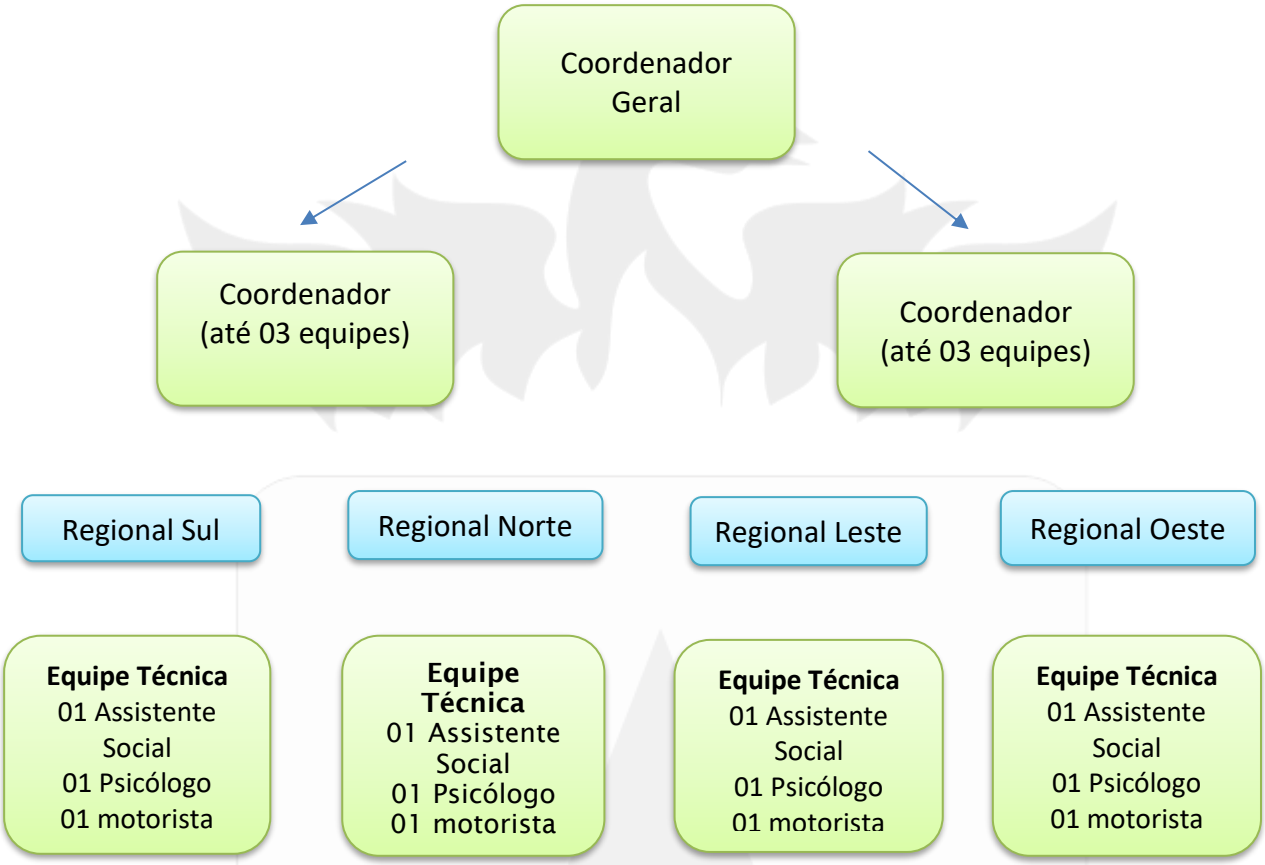
4.3.6 Infra-estrutura e espaços mínimos sugeridos

Espaços que deverão funcionar em área específica para atividades técnico-administrativas	
Cômodo	**Características**
Sala para equipe técnica	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica (elaboração de relatórios, atendimento, reuniões, etc), com independência e separação de outras atividades e/ou programas que a instituição desenvolva.
Sala de coordenação / atividades administrativas	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades administrativas (área contábil/financeira, documental, logística, etc. ▪ O espaço administrativo deve ter área reservada para guarda de prontuários das crianças e adolescentes, em condições de segurança e sigilo.
Sala de atendimento	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para atendimento individual ou familiar e condições que garantam privacidade.
Sala / espaço para reuniões	▪ Com espaço e mobiliário suficiente para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais.
▪ Deverá ser disponibilizado meio de transporte que possibilite a realização de visitas domiciliares e reuniões com os demais atores do Sistema de Garantia de Direitos e da Rede de Serviços.	

Às famílias acolhedoras do Serviço, será concedido uma Bolsa-Auxílio mensal no valor de **R$ 2.277,00 (dois mil, duzentos e setenta e sete reais)** para cada criança/adolescente acolhido, valor este que poderá ser ampliado até 50% em caso de acolhimento de crianças/adolescentes com deficiência.

Considerando que a atuação da Política de Assistência Social ocorre de forma descentralizada e por área de abrangência, estima-se a necessidade de garantir uma equipe por regional.

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 1055CB71



Por fim, demonstra-se a análise técnica e manifestação conclusiva e expressa por esta Secretaria Municipal de Assistência Social acerca da minuta final do Projeto de Lei, considerando os ajustes, alterações e supressões redacionais sugeridas, em observância ao Parecer Jurídico nº 211/PAAL/PGM/H/2025, na qual pontua a necessidade de conter conforme se depreende do item II.3 do Parecer, o que abaixo segue:

> "d) **atualização e complementação** do estudo de impacto orçamentário e financeiro, **contemplando a estimativa detalhada da demanda prevista para o serviço, projeção dos custos da concessão da bolsa-auxílio**, além do cálculo das despesas administrativas e operacionais, aparentemente representadas na documentação 9.136755/2025 – pág. 292, 9.137532/2025 – pág. 293-296, apresentando plano de compensação conforme o art. 17 da LRF, assim como a **formalização da declaração atualizada e subscrita pelo ordenador de despesa, esclarecendo se os estudos apresentados e anexados se referem apenas à estrutura administrativa e recursos humanos, ou consideraram os demais aspectos e impactos para a implantação do serviço;"**

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 1055CB71

Por fim, em resposta por meio do Despacho sem numeração (NUP: 9.169335/2025), a Secretaria Municipal de Planejamento informou que o impacto orçamentário foi elaborado com base nas informações constantes no quadro de despesas apresentado por esta Secretaria (Pág. 292 – NUP: 9.136755/2025), cumpre informar que o quadro de despesas já contempla o valor da bolsa-auxílio na categoria “Outras despesas”, com a previsão de atendimento de **37 (trinta e sete) acolhimentos mensais**, atendendo assim, a estimativa detalhada da demanda prevista para o serviço, projeção dos custos da concessão da bolsa-auxílio assim como a formalização da declaração atualizada e subscrita por esta ordenadora de despesa, esclarecendo que os estudos apresentados e anexados se referem à estrutura administrativa e recursos humanos e os demais aspectos e impactos para a implantação do serviço.

Na oportunidade, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO
SMSOCIAL

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade com o identificador 3100350031003600330003A005000520041000, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24

Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020

VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 1055CB71

OFÍCIO Nº 1902/ASSEJUR/GAB/SMSOCIAL/2025 **Cuiabá, 22 de maio de 2025.**

Ao Ilmo. Senhor,
HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE
Procuradoria Especializada de Assuntos Administrativos e Legislativos - PGM

Assunto: Projeto de Lei – Serviço de Acolhimento Familiar no Município de Cuiabá.

Referência: Ofício nº 158/2024/GAB.

SIGED Nº 00000.0.017090/2024.

Senhor Procurador-Geral,

Trata-se de Projeto de Lei que dispõe sobre a implantação do Serviço de Acolhimento Familiar que retornou a esta Secretaria Municipal de Assistência Social, Direitos Humanos da Pessoa com Deficiência para que fosse solicitada a manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, órgão vinculado ao Sistema Único de Assistência Social, responsável por fiscalizar, controlar e deliberar sobre a Política de Assistência Social.

Em resposta, o CMAS encaminhou a Resolução Conjunta CMAS e CMDCA nº 1 de 03 de outubro de 2024 que aprovou a Manifestação Conjunta nº 01/CMAS/CMDCA/2024 propondo algumas alterações, bem como o Ofício nº 017/2025/CMDCA, as quais foram incluídas no projeto de lei.

No entanto, a Exma. Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude encaminhou o Ofício nº 158/2024/GAB por meio do qual apresentou manifestação sobre as alterações recomendadas pelos Conselhos Municipais (CMAS e CMDCA). Sendo assim, fizemos as alterações conforme manifestação da Excelentíssima Juíza de Direito.

Nessa perspectiva, solicitamos manifestação jurídica da Procuradoria Geral do Município sobre as alterações propostas pelos Conselhos Supracitados, a qual apresentou o Parecer Jurídico nº 093/PCP/PGM/2024 recomendando aguardar o fim do período proibitivo eleitoral que se encerra com a posse dos eleitos para posteriormente ser

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 105427AE

concretizado o prosseguimento do processo legislativo.

Considerando que o processo passou por todos os procedimentos possíveis, isto é, houve manifestação do Conselho Municipal de Assistência Social em conjunto com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Procuradoria Geral do Município bem como contribuição da Excelentíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Especializada da Infância e Juventude.

Cumpre informar da juntada dos esclarecimentos constantes da MANIFESTAÇÃO TÉCNICA Nº 001/GAB-SEC/SMSOCIAL/2025 desta Secretaria Municipal em anexo onde contempla todos os os ajustes, alterações e supressões redacionais sugeridas, em observância ao Parecer Jurídico nº 211/PAAL/PGM/H/2025.

Considerando todo o exposto, vimos, por meio deste, encaminhar a minuta do projeto de lei bem como a declaração do ordenador de despesa devidamente assinada por esta titular da pasta (NUP: 168725/2025) para as demais providências cabíveis.

Sendo estas as informações que tínhamos a apresentar, agradecemos e aproveitamos o ensejo para renovar protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

Hélida Vilela de Oliveira
Secretária Municipal de Assistência Social,
Direitos Humanos e Inclusão
SMSocial

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o identificador 3100350031003600330003A00500052004100, Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LOGIN E SENHA POR: HÉLIDA VILELA DE OLIVEIRA (ASSINATURA) EM 22/05/2025 16:47:24
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 105427AE

CUIABÁ PREFEITURA | PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DESPACHO N.º 523/GAB/PAAL/PGM/H/2025

PROCESSO (SIGED): 00000.0.017090/2025
INTERESSADO (A): SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DIREITOS HUMANOS E INCLUSÃO – SMSocial
ASSUNTO: PROJETO DE LEI QUE DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM FAMÍLIA ACOLHEDORA NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Vistos, etc.

Cuida-se de processo administrativo que, **mais uma vez**, **retorna** a esta Procuradoria de Assuntos Administrativos e Legislativos (PAAL) para análise, destacando-se que esta unidade **já proferiu o Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025)**, no qual foram enfrentadas questões jurídicas fundamentais relativas à criação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá, com especial atenção aos aspectos de constitucionalidade, competência legislativa e conformidade com a legislação aplicável.

Posteriormente, o mencionado parecer foi **complementado** pelo **Parecer Jurídico n.º 211/PAAL/PGM/H/2025 (9.167245/2025 – pág. 316-337)**, que **analisou aspectos adicionais relevantes à matéria**, especialmente quanto à **adequação da técnica legislativa** e à **necessidade de ajustes** para aprimoramento do texto normativo, **assim como questões de ordem constitucional e legal**, promovendo a **integração e complementação das conclusões anteriormente lançadas no Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228)**.

Na manifestação jurídica complementar, **além das questões de ordem constitucional e legal**, foram também indicadas as **adequações necessárias de ordem técnica legislativa**, assim como ajustes de **coerência normativa** e **aperfeiçoamentos redacionais** na minuta do Projeto de Lei que visa instituir o **Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora** no Município de Cuiabá.

Cumpre enfatizar, ainda, que as manifestações jurídicas desta Procuradoria possuem natureza **opinativa**, destinando-se precipuamente a fornecer **subsídios técnico-jurídicos** à autoridade administrativa competente, a quem incumbe, com exclusividade, a **adoção das providências** e o **juízo de conveniência e oportunidade** quanto à implementação das medidas sugeridas, sempre em consonância com os princípios constitucionais.

As manifestações jurídicas desta Procuradoria permanecem **íntegras, válidas e eficazes**, consubstanciadas no já mencionado **Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228)**, *complementado* pelo **Parecer Jurídico n.º 211/PAAL/PGM/H/2025 (9.167245/2025 – pág. 316-337)**, nos quais **se concluiu, de forma exaustiva e fundamentada**, pela **viabilidade formal e constitucional** da minuta de **Projeto de Lei** que visa instituir o Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora no Município de Cuiabá, conforme os termos do Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228), recomendando, também, que fossem observadas e sanadas as ressalvas e pendências indicadas no corpo do Parecer Jurídico n.º 211/PAAL/PGM/H/2025 (9.167245/2025 – pág. 316-337).

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 31003500320033003A00540052004100, e o código verificador: 38:52
digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.
DOCUMENTO ASSINADO POR LUCIANE SENRA TEIXEIRA MORAIS DE CASTRO EM 28/05/2025 15:35:55
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 28/05/2025 15:35:55
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 57003FA2

Portanto, **ratificam-se** os termos do **Parecer Jurídico n.º 154/PAAL/PGM/H/2025 (9.109819/2025 – pág. 216-228)**, complementado pelo **Parecer Jurídico n.º 211/PAAL/PGM/H/2025 (9.167245/2025 – pág. 316-337).**

Importante observar, diante dos aspectos formais analisados, que a versão consolidada da **nova minuta anexada** (Documento nº **9.168725/2025 – pág. 351-367**) **apresenta inconsistências formais**, notadamente a **duplicidade indevida da redação dos artigos 23 e 24**, o que gerou descompasso na numeração sequencial dos dispositivos legais, além de comprometer a clareza e a precisão normativa do texto, ***sem desconsiderar a manutenção do "art. 34", que trata de conferir uma revogação genérica***.

Assim, **recomenda-se** a adoção da **versão anexada no Parecer Jurídico n.º 211/PAAL/PGM/H/2025**, que segue no **documento 9.167246/2025** no campo "arquivos para download" em formato editável.

Nesse sentido, os autos devem ser encaminhados à **autoridade administrativa competente**, para que, no exercício de suas atribuições legais, **avalie e delibere sobre a adoção das medidas recomendadas**, observando, especialmente, a necessidade de correção das inconsistências identificadas nos pareceres jurídicos já exarados, bem como a adequação normativa final do texto da minuta.

Cumpre destacar, todavia, que a **formalização e a responsabilização pela edição da norma** constituem **atribuições exclusivas** da autoridade administrativa competente, a quem **incumbe**, em última instância, o **juízo de conveniência, oportunidade e a convalidação das providências sugeridas**, nos termos do regime jurídico-administrativo, e sempre em consonância com os princípios da **legalidade, eficiência e segurança jurídica**.

Assim, **recomenda-se** que a autoridade competente **delibere sobre a aprovação e formalização do Projeto de Lei proposto**, em consonância com as recomendações e fundamentos constantes dos pareceres jurídicos anteriormente exarados por esta **Procuradoria Geral do Município de Cuiabá**, que aprovou a versão consolidada constante do **Parecer Jurídico n.º 211/PAAL/PGM/H/2025**, anexada ao **Documento n.º 9.167246/2025**, também disponível no campo "arquivos para download" em formato editável.

Assim, encaminham-se os presentes autos à **Secretaria Municipal de Governo** para ciência deste Despacho e para adoção das providências que se fizerem necessárias.

Cuiabá, *[data da assinatura eletrônica]*.

HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE

Assinado de forma digital por HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=AC OAB, ou=31522005000108, ou=Presencial, ou=Assinatura Tipo A3, ou=ADVOGADO, cn=HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE
Dados: 2025.05.28 15:35:55 -04'00'

Assinado digitalmente

HERMANO JOSÉ DE CASTRO LEITE
Procurador-Chefe de Assuntos Administrativos e Legislativos
ATO GP Nº 982/2025

Autenticar documento em https://legislativo.camaracuiaba.mt.gov.br/autenticidade
com o código: 310035HERMANO3005350DE0CASTRO0LEITE052025150355, ou vá diretamente ao endereço acima e informe o código
DOCUMENTO ASSINADO POR 1 USUÁRIO: HERMANO JOSE DE CASTRO LEITE (PROCURADOR) EM 28/05/2025 15:38:52
DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: EM 28/05/2025 15:35:55
Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020
VERIFIQUE A AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO EM https://cidadao.cuiaba.mt.gov.br/verificacao.aspx INFORMANDO O CODIGO: 57003FA2
Assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que institui a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.